



INSISTE

INDicadores do SISTema Educativo português 1986-2006

Rui Santos
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Sociologia Histórica/Departamento de Sociologia

Paulo Coelho Dias
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Fevereiro de 2007

INDICADORES DE ENTRADA (INPUT)

1.1. Financiamento

Os dados sobre o financiamento do sistema educativo português padecem de algumas limitações que importa explicitar à partida. Os números oficiais dizem respeito apenas à despesa pública (despesa das Administrações Públicas), e ao nível mais elevado de agregação (despesa total). Desta, só encontramos desagregações por funções e por tipos de despesa quanto à parte assumida pela administração pública central, mais precisamente pelos ministérios com tutela sobre o Sistema Educativo: o Ministério da Educação (ME) e, desde 2002, o Ministério da Ciência e do Ensino Superior (hoje Ministério da Ciência e do Ensino Superior, MCTES). De lado nestas desagregações, ficam as parcelas do financiamento público que cabem às administrações regionais e locais e a outros Ministérios com tutela sobre instituições específicas do sistema educativo (nomeadamente, dos subsistemas de ensino militar e das forças de segurança; de educação pré-escolar e de educação profissional).

Fica também de lado a despesa privada, nas componentes institucional (financiamento próprio das instituições de educação e ensino do sector privado) e familiar (despesa das famílias com educação para além das componentes orçamentadas como receitas próprias das instituições de ensino público)¹. Sem prejuízo de caber seguramente ao financiamento público captado pelos dados a parte determinante do volume de recursos financeiros do sistema educativo, as lacunas apontadas afectam, de modo variável mas não mensurável, quer os diferentes níveis do sistema, quer os volumes de recursos disponíveis ao longo do tempo, criando possíveis enviesamentos para a sua análise sectorial e diacrónica.

Por outro lado, a separação da tutela do Ensino Superior a partir de 2002 criou inevitavelmente uma fractura no apuramento dos recursos financeiros do sistema. Assim, se até 2001 dispomos de uma série institucionalmente homogénea de dados de gestão financeira do Ministério da Educação, 2002 foi um ano de transição de tutela com incidências orçamentais certamente complexas, e daí para a frente a série do financiamento público do sistema desdobra-se em duas, geridas por dois ministérios diferentes. Se a boa vontade e a diligência dos respectivos serviços de gestão financeira, que não é de mais reconhecer, permitiram com a prontidão possível actualizar a informação publicada e apurar valores, até agora inéditos, do volume de despesa dos últimos anos, é inevitável assinalar a quebra de série introduzida e o carácter provisório dos resultados obtidos pela junção das duas sub-séries.

Balizadas as limitações, passamos a apresentar os dados. A Tabela 1.1 mostra a **despesa total das Administrações Públicas em educação**, a **preços correntes**, a **preços constantes**, e **em percentagem do produto interno Bruto (PIB)**.

¹ Existem dados publicados sobre a despesa em consumo final das famílias em educação. J. M. Resende e M. M. Vieira, "Educação", in INE, *Portugal Social 1991-2001*, Lisboa, INE, 2002, p.71, apresentam valores entre 1995 e 2001; o INE publica o mesmo indicador para o período 1999-2003, in *Indicadores Sociais 2005*, www.ine.pt. No entanto, embora a fonte seja, em ambos os casos, as *Contas Nacionais*, há diferenças elevadas entre as duas séries nos anos comuns, pelo que optámos por não as utilizar.

Tabela 1.1 - Despesa pública em educação, 1990-2004 (milhões de Euros)

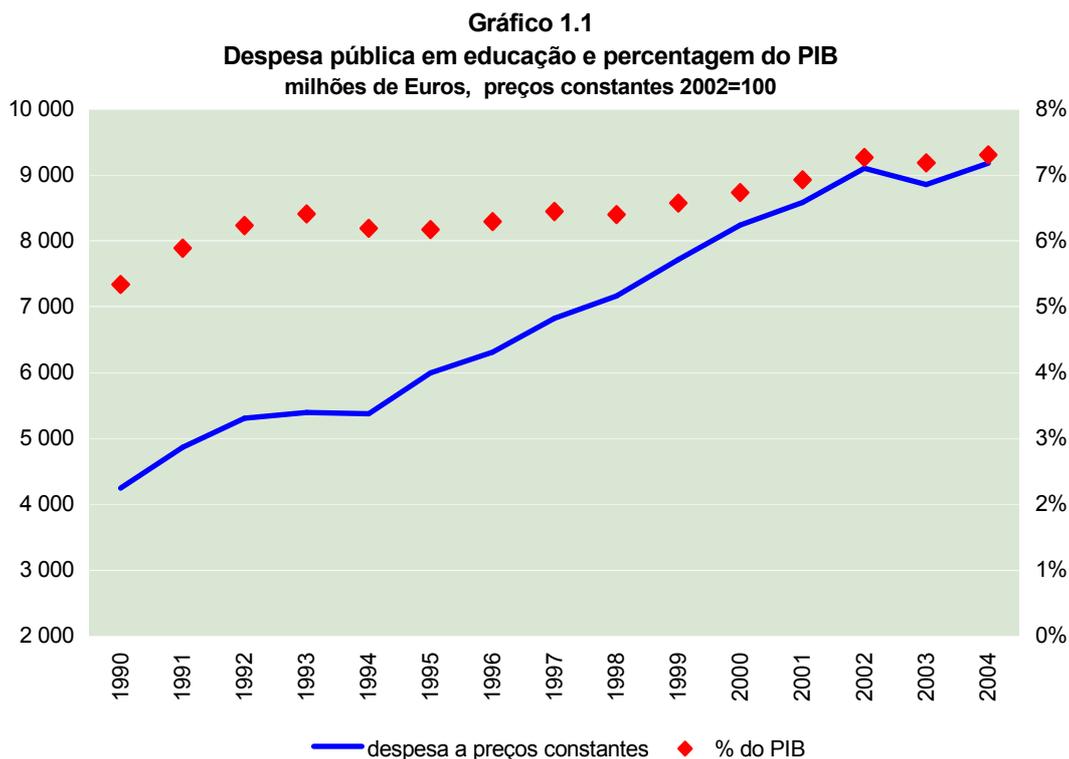
	Preços correntes ^(a)	Preços constantes de 2000 ^(a, b)	PIB pm ^(c)	Despesa em % do PIB
1990	2 623	4 242	49 157	5,34
1991	3 323	4 864	56 439	5,89
1992	3 965	5 303	63 642	6,23
1993	4 304	5 394	67 153	6,41
1994	4 519	5 373	72 969	6,19
1995	5 252	5 994	85 138	6,17
1996	5 697	6 307	90 508	6,29
1997	6 308	6 825	97 898	6,44
1998	6 806	7 165	106 400	6,40
1999	7 502	7 717	114 193	6,57
2000	8 235	8 235	122 270	6,73
2001	8 954	8 580	129 308	6,92
2002	9 837	9 102	135 434	7,26
2003 ⁽¹⁾	9 881	8 854	137 520	7,18
2004 ⁽²⁾	10 484	9 177	143 478	7,31

Fontes: (a) INE, *Contas Nacionais*: 1990-1999: in J. M. Resende e M. M. Vieira, "Educação", in INE, *Portugal Social 1991-2001*, Lisboa, INE, 2002, p.71; 1999-2004: in INE, *Indicadores Sociais 2005*, www.ine.pt. (b) Deflador: 1990-2004: Índice de preços no consumidor, 2000=100 OCDE, *Factbook 2006: Economic, Environmental and Social Statistics*; 2005: acrescido de 2,36%, variação do IPC 2004-2005, OCDE, *Main Economic Indicators* (Fev. 2007); (c) PIB a preços de mercado: 1990-1994: GIASE (2004c); 1995-2004: INE, *Contas Nacionais Anuais Preliminares (Base 2000)*, <http://www.ine.pt> (Dezembro de 2006) (2001-2003: dados provisórios; 2004: dados preliminares.

(1) Dados provisórios; (2) Dados preliminares

A despesa total das Administrações Públicas em educação quadruplicou desde 1990, a preços correntes. Em termos reais (i.e., a preços constantes), duplicou no mesmo período. O esforço de investimento público em educação, medido como proporção da riqueza nacional, foi multiplicado por 1,4, de 5,3 para 7,3 por cento do PIB.

Este importante investimento público, que ao longo do crescimento do produto dedicou uma parcela crescente da riqueza nacional à despesa pública em educação, conheceu apenas duas hesitações na despesa em termos reais: a primeira no período entre 1992 e 1994, e o segundo entre 2002 e 2004; por sua vez, a percentagem do produto dedicada à despesa pública em educação esteve praticamente estagnada pouco acima dos 6 por cento entre 1993 e 1998, situação que se repete entre 2002 e 2004, mas 1 por cento acima da segunda metade dos anos 90 (Gráfico 1.1).



As tabelas 1.II e 1.III mostram a evolução da **despesa pública executada pelos Ministérios com tutela sobre o sistema educativo** (ME e MCTES), decomposta **por funções** (despesa a que chamamos directa nos diferentes níveis de educação/ensino, despesa de apoio social e despesas de administração e outras), respectivamente **a preços correntes e a preços constantes**. Esta parcela, única susceptível de desagregação para análise mais fina, representa entre um máximo de 83 e um mínimo de 72 por cento da despesa total das Administrações Públicas em educação, percentagem que tendeu a decrescer com o tempo. Assim, a análise que se segue debruça-se sobre entre cerca de três quartos e de três quintos do investimento público em educação, diferença crescente ao longo do período que representa entre cerca de 1 e cerca de 2 por cento do PIB em investimento público não capturado pela despesa destes Ministérios.

O volume total de despesa dos Ministérios da tutela quase quadruplicou, a preços correntes, entre 1990 e 2005. A despesa total em termos reais (i.e., a preços constantes) quase duplicou (acréscimo de 97 por cento). Aumentou de forma especialmente acentuada no nível pré-escolar, onde, mercê dos baixos níveis de partida, quase septuplicou (acréscimo de 575 por cento), segundo-se à distância o acréscimo proporcional das despesas com o Ensino Superior, tanto directa como de apoio social, ambas com acréscimos de 146 por cento. Os níveis Básico e Secundário, que constituem a maior parcela da estrutura da despesa, e a Acção Social Escolar correspondente tiveram acréscimos de despesa de cerca de 80 por cento, ficando-se as despesas administrativas e outras pelos cerca de 15 por cento (Gráfico 1.2). O crescimento da despesa total a preços constantes não foi linear, sofrendo uma primeira interrupção entre 1992 e 1994. A partir de 1995, a expansão foi contínua, e a ritmo constante, até 2002, conhecendo depois a sua única inversão significativa de crescimento. A partir de 2003, a despesa pública em termos reais retomou a subida a ritmo muito lento, longe ainda do pico de 2002 (Gráfico 1.3).

Tabela 1.II - Despesa dos Ministérios com tutela sobre a educação por níveis de educação e outras funções, 1990-2005 (preços correntes, em milhões de Euros)

	Total	Pré-Escolar	Básico e Secundário	Superior	Acção Social Escolar			Administração e Outras
					Total	Não Superior	Superior	
1990	2 102	38	1 560	340	71	36	35	92
1991	2 742	54	2 080	384	86	41	45	139
1992	3 281	68	2 450	507	110	46	64	147
1993	3 450	72	2 573	530	120	48	72	154
1994	3 639	79	2 713	559	129	49	80	159
1995	4 051	86	3 008	629	159	66	93	169
1996	4 404	99	3 312	716	168	71	97	109
1997	4 842	118	3 647	765	182	74	109	129
1998	5 328	208	3 891	887	204	72	132	138
1999	5 785	258	4 183	959	217	77	140	169
2000	6 191	312	4 360	1 078	274	114	161	167
2001	6 719	299	4 740	1 200	275	109	166	205
2002 ^{(a)(b)}	7 478	407	5 126	1 473	270	118	153	201
2003 ^(a)	7 365	427	5 031	1 472	264	114	150	171
2004 ^(a)	7 575	480	5 134	1 521	281	116	164	160
2005 ^(a)	7 849	485	5 298	1 583	282	119	163	201

Fontes: 1990-2001: GIASE (2004c); 2002-2005: GGF/ME, *Relatórios de Execução Orçamental*; GGF/MCTES

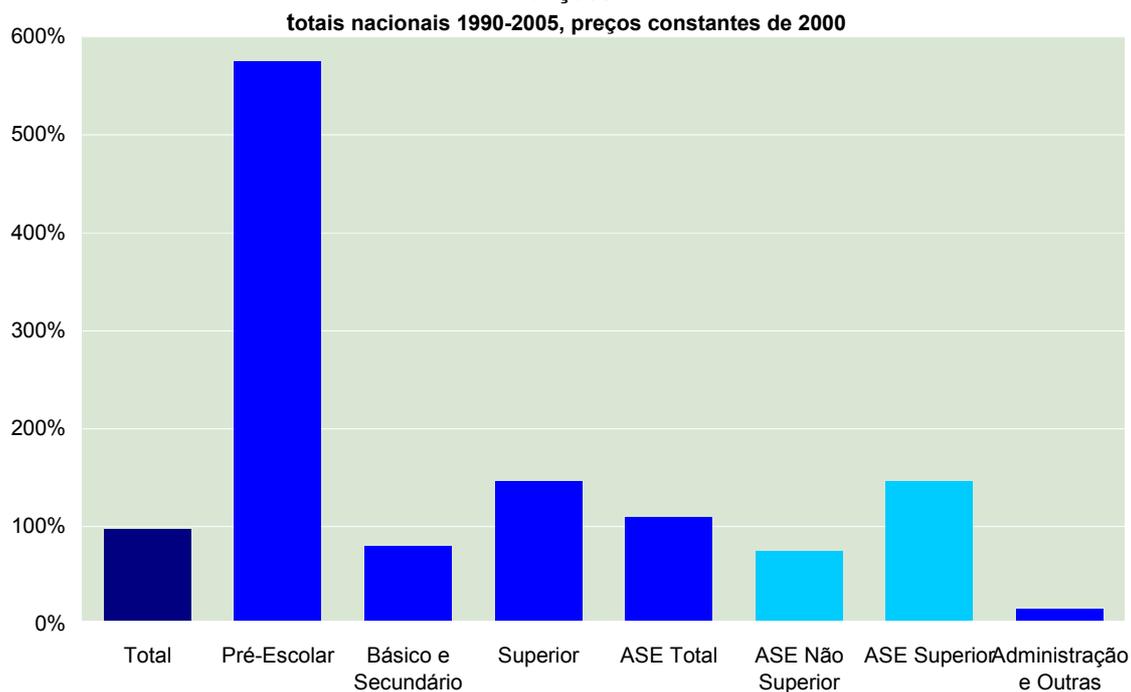
(a) - valores provisórios; (b) quebra de série

Tabela 1.III - Despesa dos Ministérios com tutela sobre a educação por níveis de educação e outras funções, 1990-2005 (preços constantes de 2000, em milhões de Euros)

	Total	Pré-Escolar	Básico e Secundário	Superior	Acção Social Escolar			Administração e Outras
					Total	Não Superior	Superior	
1990	3 399	61	2 523	550	115	58	57	149
1991	4 014	79	3 045	562	126	60	66	203
1992	4 388	91	3 277	678	147	62	86	197
1993	4 324	90	3 225	664	150	60	90	193
1994	4 327	94	3 226	665	153	58	95	189
1995	4 623	98	3 433	718	181	75	106	193
1996	4 875	110	3 666	793	186	79	107	121
1997	5 239	128	3 946	828	197	80	118	140
1998	5 609	219	4 096	934	215	76	139	145
1999	5 951	265	4 303	987	223	79	144	174
2000	6 191	312	4 360	1 078	274	114	161	167
2001	6 439	286	4 542	1 149	264	105	159	197
2002	6 920	377	4 743	1 363	250	109	141	186
2003	6 599	383	4 508	1 319	237	102	135	153
2004	6 631	420	4 494	1 331	246	102	144	140
2005	6 712	415	4 531	1 354	241	102	139	172

Fontes: Tabela I.1; Deflator: Índice de Preços no Consumidor, 2000=100, OCDE, *Factbook 2006: Economic, Environmental and Social Statistics*; 2005: 2004+2,36%, variação do IPC 2004-2005, OCDE, *Main Economic Indicators*, <http://www.oecd.org/dataoecd/43/20/35827900.pdf> (Fev. 2007)

Gráfico 1.2
Varição da despesa pública (ME+MCTES) por níveis de educação e outras
funções



Na evolução proporcional da despesa nas diferentes funções destaca-se a aceleração do crescimento do nível pré-escolar a partir de 1997, assinalando a sua definição como uma nova prioridade política; e o crescimento das componentes directa e de apoio social da despesa com o Ensino Superior, a primeira destacando-se acentuadamente da segunda até 2001 e inflectindo depois para se situar no mesmo patamar de crescimento proporcional nos derradeiros anos da série (Gráfico 1.4).

Gráfico 1.3
Despesa pública (ME+MCTES) por níveis de educação e outras funções
totais nacionais 1990-2005, milhões de Euros, preços constantes de 2000

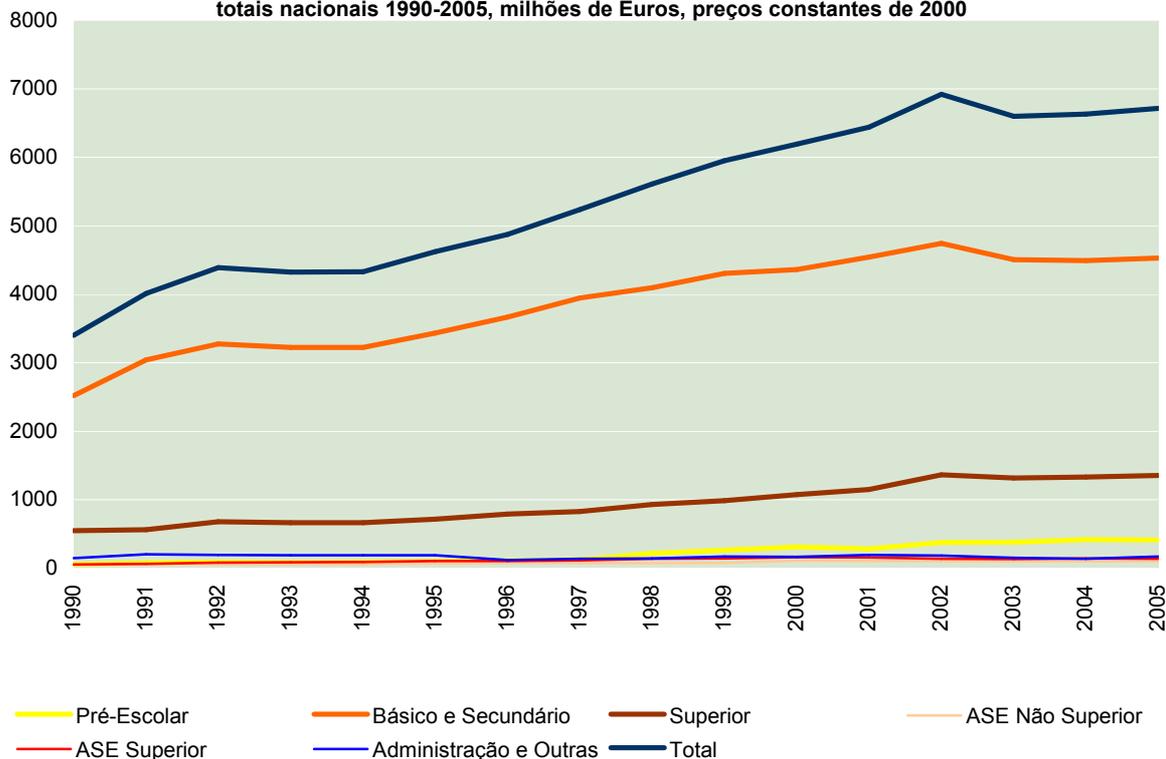
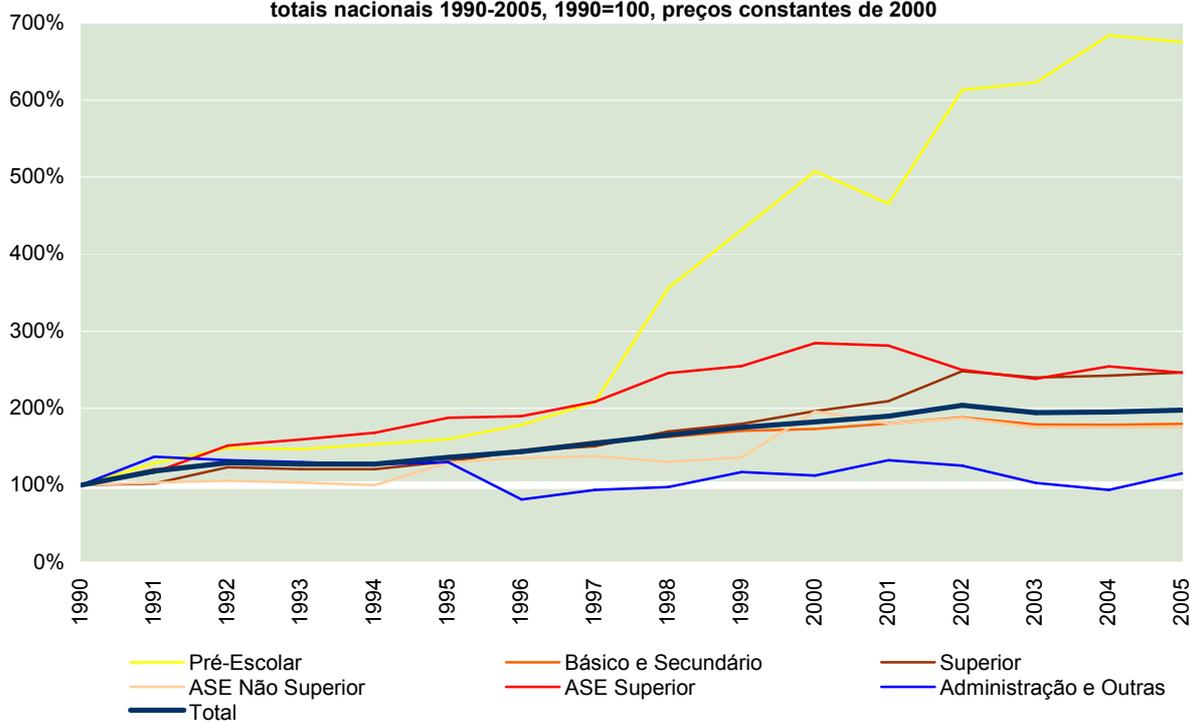


Gráfico 1.4
Índices de despesa pública (ME+MCTES) por níveis de educação e outras funções
totais nacionais 1990-2005, 1990=100, preços constantes de 2000



A **estrutura da despesa dos Ministérios com tutela sobre a educação por funções**, nos seus traços gerais, foi relativamente estável ao longo de todo o período: largo predomínio da despesa directa com os níveis básico e secundário, absorvendo cerca de três quartos do total do financiamento até 1998, fracção que se reduziu paulatinamente até pouco mais de dois terços no presente; segue-se a despesa directa com o nível superior, que cresceu gradualmente de perto de 15 por cento até aos cerca de 20 por cento actuais; e a despesa directa com o nível pré-escolar, de cujo crescimento relativo já demos conta, cujo peso relativo triplicou dos 2 por cento iniciais para os 6 por cento do total no presente, sobrepondo-se às despesas administrativas e outras a partir de 1998. As despesas de apoio social acompanham o crescimento mantendo um peso relativamente estável, absorvendo no seu conjunto entre 3 e 4 por cento da despesa total (Tabela 1.IV e Gráfico 1.5).

Tabela 1.IV - Estrutura da despesa dos Ministérios com tutela sobre a educação por níveis de educação e outras funções, 1990-2005 (em percentagem)

	Total	Pré-Escolar	Básico e Secundário	Superior	Acção Social Escolar			Administração e Outras
					Total	Não Superior	Superior	
1990	100	1,8	74,2	16,2	3,4	1,7	1,7	4,4
1991	100	2,0	75,9	14,0	3,1	1,5	1,6	5,1
1992	100	2,1	74,7	15,5	3,4	1,4	2,0	4,5
1993	100	2,1	74,6	15,4	3,5	1,4	2,1	4,5
1994	100	2,2	74,6	15,4	3,5	1,3	2,2	4,4
1995	100	2,1	74,3	15,5	3,9	1,6	2,3	4,2
1996	100	2,2	75,2	16,3	3,8	1,6	2,2	2,5
1997	100	2,4	75,3	15,8	3,8	1,5	2,3	2,7
1998	100	3,9	73,0	16,6	3,8	1,4	2,5	2,6
1999	100	4,5	72,3	16,6	3,8	1,3	2,4	2,9
2000	100	5,0	70,4	17,4	4,4	1,8	2,6	2,7
2001	100	4,4	70,5	17,9	4,1	1,6	2,5	3,1
2002	100	5,4	68,5	19,7	3,6	1,6	2,0	2,7
2003	100	5,8	68,3	20,0	3,6	1,5	2,0	2,3
2004	100	6,3	67,8	20,1	3,7	1,5	2,2	2,1
2005	100	6,2	67,5	20,2	3,6	1,5	2,1	2,6

Fonte: Tabela 1.I

Assim, ao longo do período ganharam peso na estrutura da despesa pública os níveis pré-escolar e superior, à custa dos níveis básico e secundário e das despesas de administração e outras (Gráfico 1.6).

Gráfico 1.5
Estrutura da despesa pública (ME+MCTES) por níveis de educação e
outras funções
totais nacionais 1990-2005

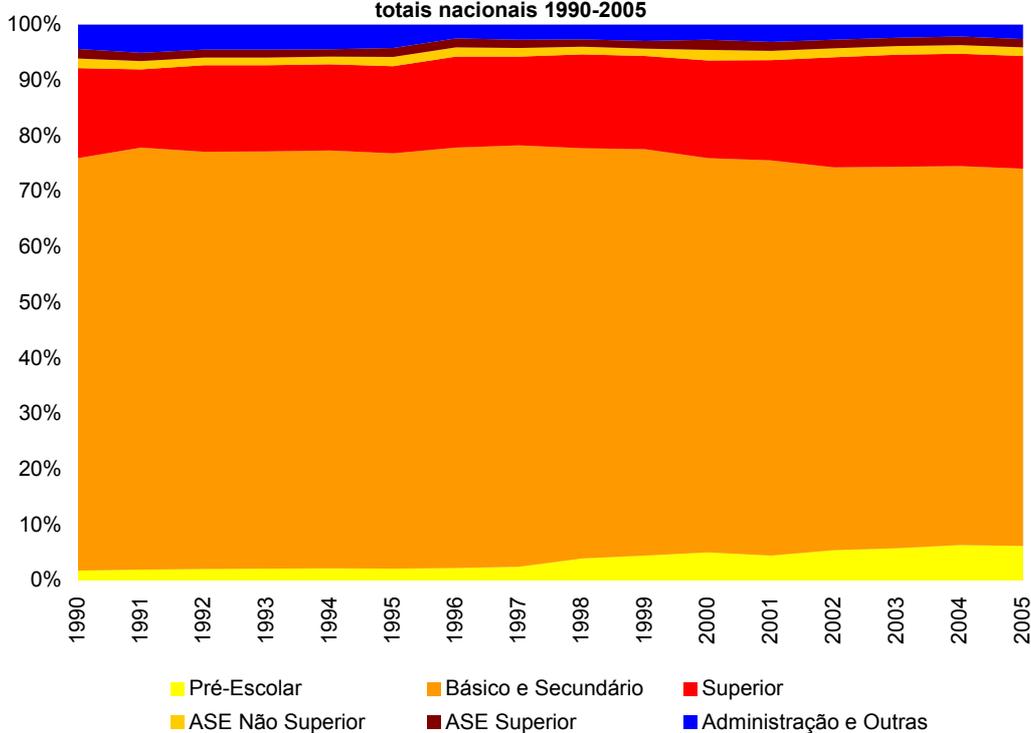
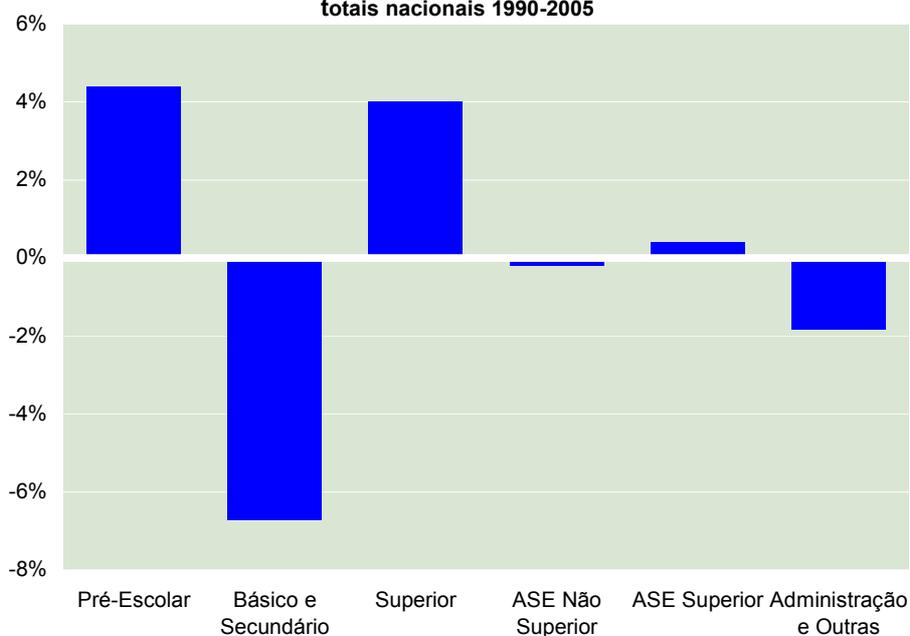


Gráfico 1.6
Varição da estrutura da despesa pública (ME+MCTES) por
níveis de educação e outras funções
totais nacionais 1990-2005



A tabelas 1.V apresenta os valores da **despesa dos Ministérios com tutela sobre a educação segundo os tipos de despesa**, a preços correntes e constantes

Tabela 1.V - Despesa dos Ministérios com tutela sobre a educação por tipos de despesa, 1990-2005 (preços correntes, em milhões de Euros)

	Preços correntes				Preços constantes			
	Desp. Correntes		Desp. Capital	Total ^(a)	Desp. Correntes		Desp. Capital	Total
	Pessoal	Outras			Pessoal	Outras		
1990	1 487	420	191	2 098	2 405	680	308	3 393
1991	2 017	540	186	2 743	2 952	791	272	4 015
1992	2 660	384	238	3 282	3 558	513	318	4 389
1993	2 759	435	256	3 450	3 458	545	320	4 324
1994	2 926	471	243	3 639	3 478	560	289	4 327
1995	3 172	559	321	4 051	3 620	638	366	4 624
1996	3 465	652	288	4 404	3 835	722	318	4 875
1997	3 822	703	318	4 842	4 135	760	344	5 239
1998	4 127	853	347	5 328	4 345	898	366	5 608
1999	4 542	910	334	5 785	4 672	936	343	5 951
2000	4 931	968	292	6 191	4 931	968	292	6 191
2001	5 362	1 020	338	6 719	5 138	977	324	6 439
2002 ⁽¹⁾	5 846	x	x	7 478	5 409	x	x	6 920
2003 ⁽¹⁾	5 871	1 179	315	7 365	5 260	1 057	282	6 599
2004 ⁽¹⁾	5 948	1 343	284	7 575	5 207	1 176	248	6 631
2005 ⁽¹⁾	6 165	1 413	271	7 849	5 272	1 208	232	6 712

Fontes: GGF/ME, *Relatórios de Execução Orçamental*; 2002-2005, componente Ensino Superior: GGF/MCTES; Deflator 1990-2004: Índice de preços no consumidor, 2000=100 OCDE Factbook 2006: Economic, Environmental and Social Statistics; 2005: acrescido de 2,36%, variação do IPC 2004-2005, OCDE, Main Economic Indicators (Fev. 2007)

(a) Verificam-se pequenas discrepâncias nos totais dos primeiros anos da série relativamente aos anteriormente apresentados, devidos a diferença das fontes.

(1) valores provisórios

x Não disponível

A preços constantes, o crescimento da despesa dos Ministérios da tutela foi totalmente absorvido pelas despesas correntes, tendo as de pessoal mais do que duplicado (incremento de 119 por cento) e as outras despesas correntes aumentado 78 por cento. As despesas de capital ao invés, decresceram 25 por cento em termos reais (Gráfico 1.7). O crescimento absoluto das despesas de pessoal determinou o essencial do crescimento da despesa total durante todo o período, tendo sido interrompido brevemente entre 1992 e 1994, e de novo nos últimos anos da série, desde 2002. As outras despesas correntes, depois da inflexão de 1992, não pararam de crescer desde então, a ritmo idêntico ao das despesa de pessoal, em termos proporcionais. As despesas de capital, por seu lado, mostram uma tendência geral ascendente até 1998, embora com flutuações, e claramente descendente a partir daí (Gráficos 1.8 e 1.9).

Gráfico 1.7
Variação da despesa pública (ME+MCTES) por tipos
 totais nacionais 1990-2005, preços constantes de 2000

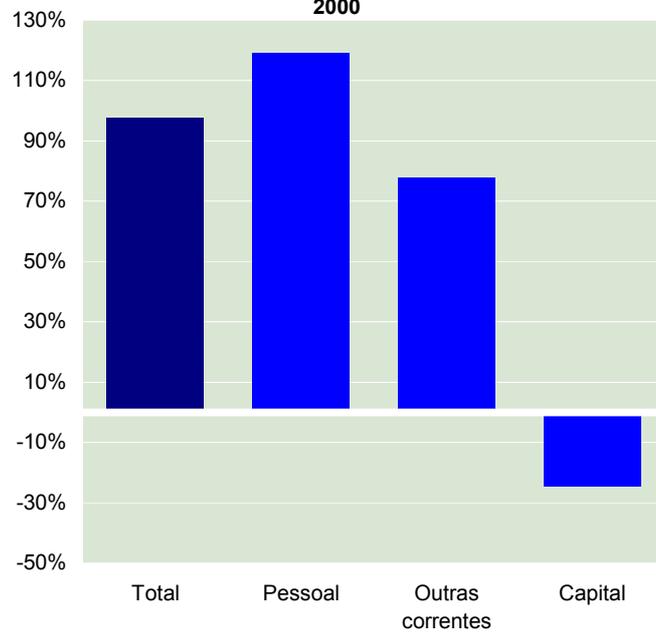


Gráfico 1.8
Despesa pública (ME+MCTES) por tipos
 totais nacionais 1990-2005, milhões de Euros, preços constantes de 2000

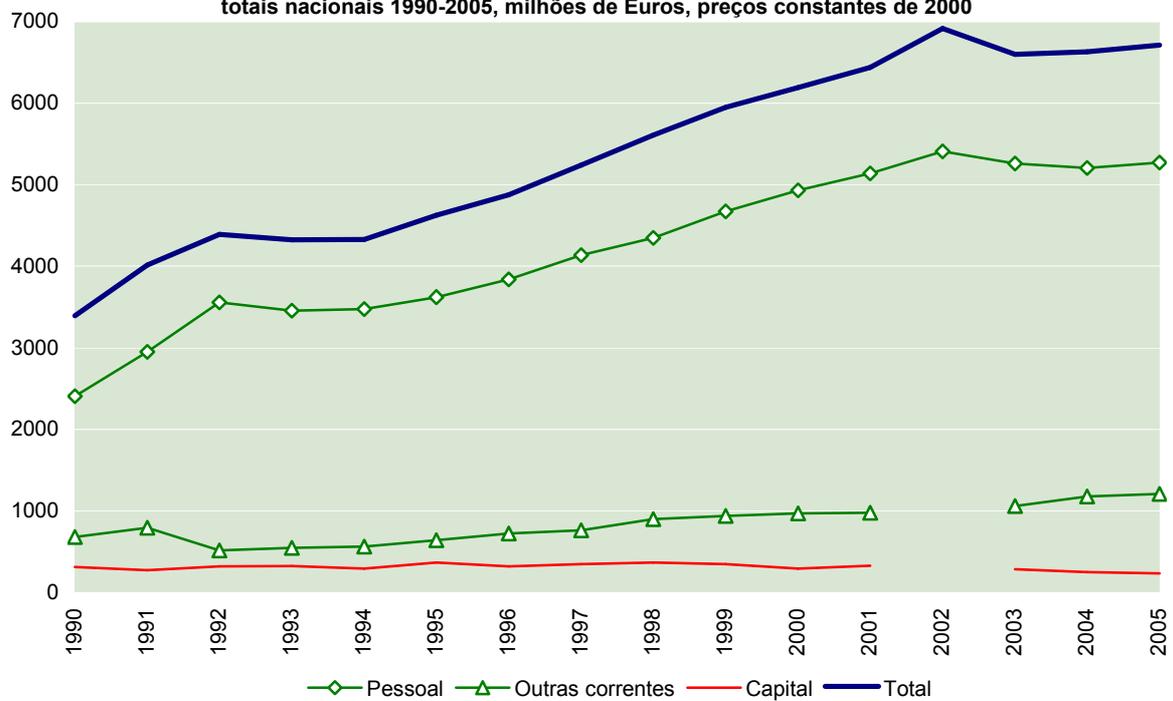


Gráfico 1.9
Índices de despesa pública (ME+MCTES) por níveis de educação e outras funções
 totais nacionais 1990-2005, 1990=100, preços constantes de 2000

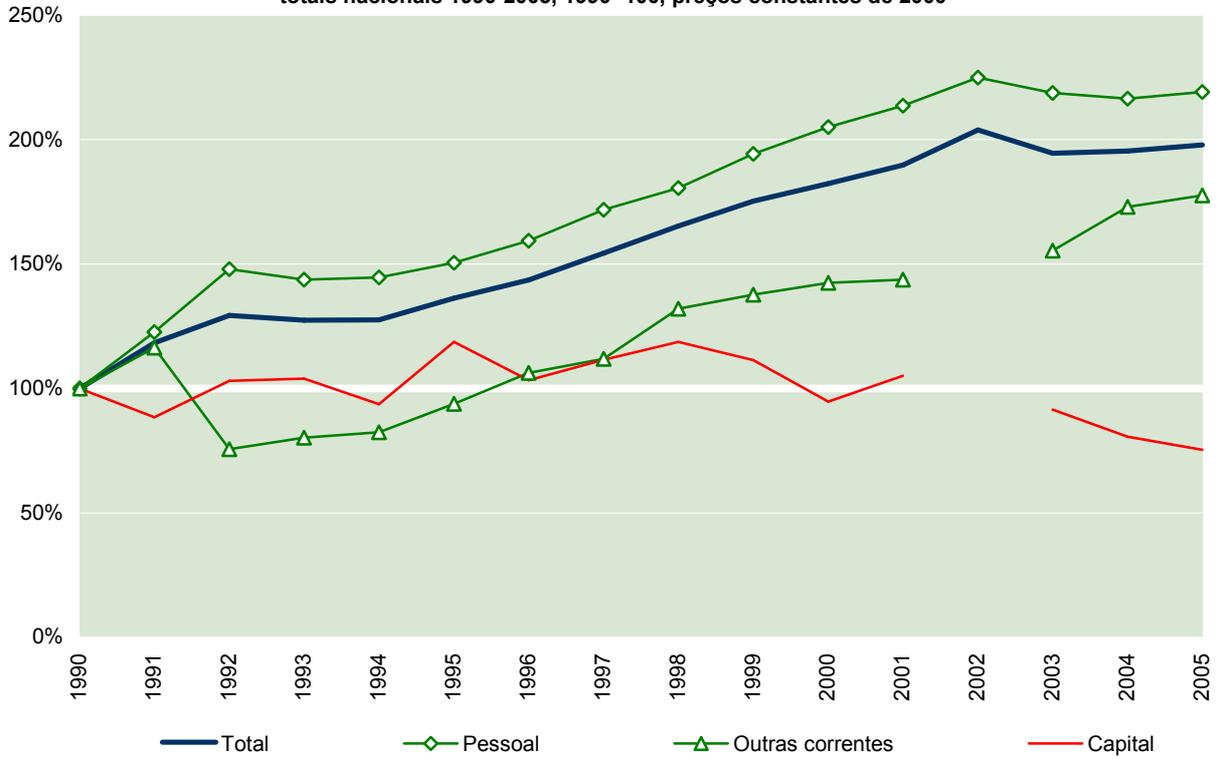
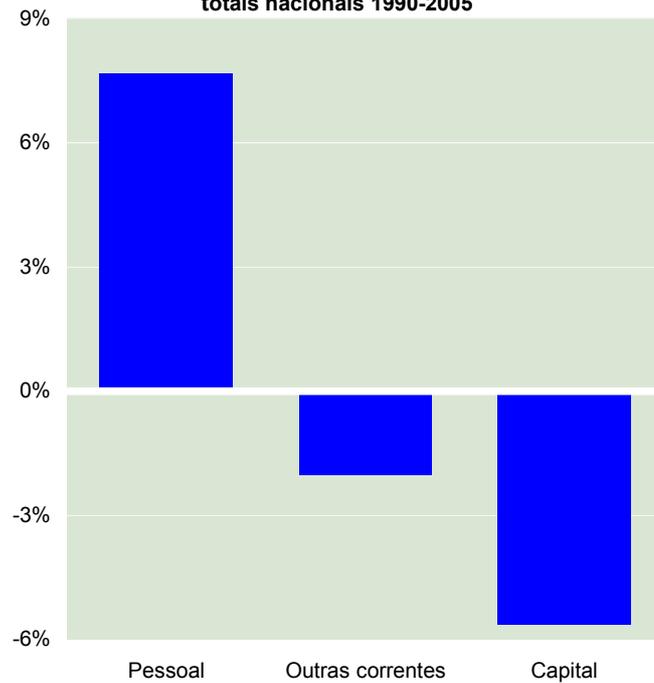
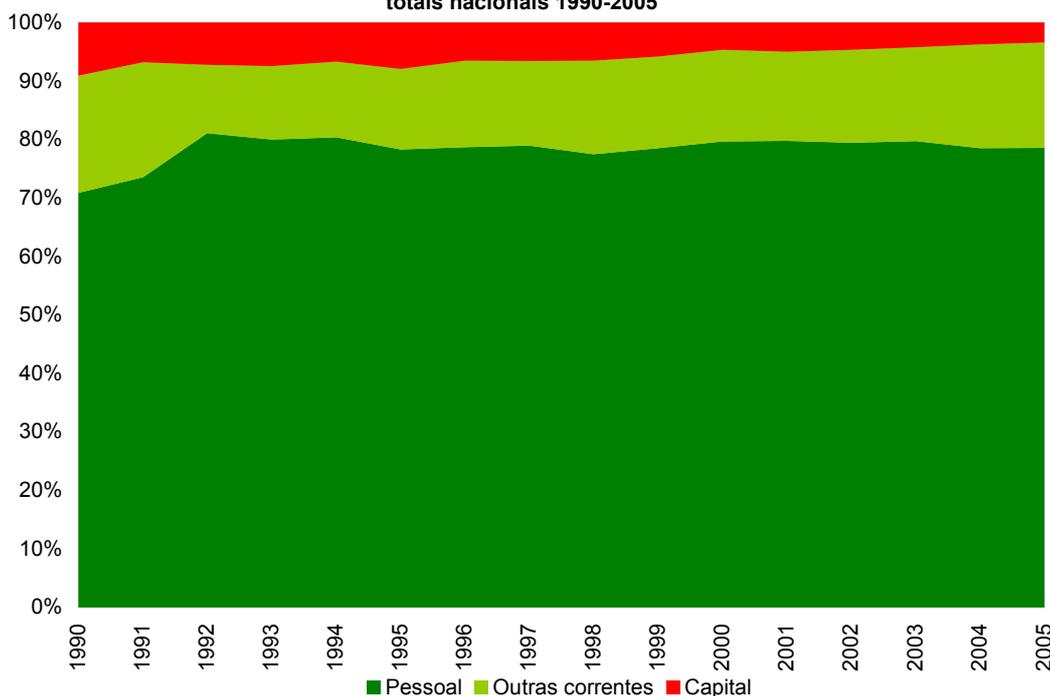


Gráfico 1.10
Varição da estrutura da despesa pública
(ME+MCTES) por tipos
 totais nacionais 1990-2005



Ente o início e o fim do período, só as despesas com pessoal ganharam peso na estrutura da despesa pública (o seu peso no total da despesa aumentou 8 por cento), à custa da queda do peso relativo das outras despesas correntes (menos 2 por cento) e, sobretudo, das despesas de capital (menos 6 por cento). Note-se, entretanto, que o ganho do peso estrutural das despesas de pessoal, e a perda correlativa das outras despesas correntes, se jogou essencialmente até 1992, data a partir da qual estas últimas recuperaram lentamente algum terreno. Pelo contrário, a erosão do peso estrutural das despesas de capital foi uma tendência praticamente contínua (Gráficos 1.10 e 1.11).

Gráfico 1.11
Estrutura da despesa pública (ME+MCTES) por tipos
totais nacionais 1990-2005



Interessa finalmente perceber como evoluiu a **despesa dos Ministérios com tutela sobre a educação por aluno matriculado no sector público** (Tabela 1.VI),² Devido ao modo de agregação da despesa com a Acção Social Escolar, repartida entre superior e não superior sem mais discriminação dentro deste último, usaremos esta mesma segmentação dos dados por níveis de ensino para calcular este indicador para a despesa total. Ainda assim, esta desagregação por níveis não terá em conta as despesas da categoria "administrativas e outras", que as fontes não diferenciam por níveis de educação/ensino.

² Embora haja despesa pública executada para servir alunos matriculados no sector privado, nomeadamente mediante protocolos do ME com instituições de educação e ensino privadas, o grosso da despesa dos Ministérios da tutela diz evidentemente respeito a encargos do sector público do Sistema Educativo, razão pela qual optámos por restringir a capitação aos alunos matriculados no sector público. Constituindo um erro menor do que a opção de tomar a totalidade dos alunos como denominador, é provável que o efeito desta decisão seja enviesado para inflacionar especialmente o indicador no nível pré-escolar.

Tabela 1.VI Despesa dos Ministérios com tutela sobre a educação por aluno matriculado no sector público, segundo o nível de educação, 1990-2005 (Euros por aluno, preços constantes de 2000)

	Despesa a preços constantes			Nº Alunos matriculados			Despesa por aluno		
	Total	Não Superior ^(a)	Superior ^(a)	Total	Não Superior	Superior	Total	Não Superior ^(a)	Superior ^(a)
1990	3 399	2 643	606	1 899 308	1 706 138	122 440	1 790	1 549	4 953
1991	4 014	3 184	628	1 896 979	1 684 655	137 283	2 116	1 890	4 574
1992	4 388	3 429	764	1 971 979	1 744 793	150 685	2 225	1 965	5 068
1993	4 324	3 375	755	1 932 495	1 689 933	165 827	2 238	1 997	4 550
1994	4 327	3 378	760	1 959 891	1 699 903	182 251	2 208	1 987	4 169
1995	4 623	3 606	824	1 971 365	1 694 008	195 405	2 345	2 129	4 217
1996	4 875	3 855	900	1 927 807	1 641 123	203 856	2 529	2 349	4 415
1997	5 239	4 154	946	1 907 289	1 586 471	226 288	2 747	2 618	4 179
1998	5 609	4 391	1 073	1 881 217	1 544 069	236 395	2 981	2 844	4 538
1999	5 951	4 648	1 131	1 847 321	1 502 947	238 857	3 221	3 092	4 733
2000	6 191	4 786	1 239	1 843 185	1 474 533	255 008	3 359	3 246	4 859
2001	6 439	4 933	1 309	1 834 792	1 444 036	273 530	3 509	3 416	4 784
2002	6 920	5 229	1 505	1 802 759	1 394 910	284 789	3 838	3 749	5 283
2003	6 599	4 992	1 454	1 784 653	1 366 433	290 532	3 698	3 654	5 003
2004	6 631	5 016	1 475	1 779 117	1 357 455	288 309	3 727	3 695	5 116
2005	6 712	5 047	1 493	1 752 962	1 334 347	281 888	3 829	3 783	5 297

Fontes: Tabela 1.III; Alunos matriculados: GIASE (2006b)

(a) Os valores de despesa por níveis Superior e Não Superior excluem a rubrica Administração e Outras despesas

O aumento da despesa dos Ministérios da tutela em termos reais entre 1990 e 2005 não se deveu a uma expansão do número de alunos; o total de alunos, com efeito, estava já em declínio, arrastada pelo decréscimo demográfico das classes de idade correspondentes à frequência do Ensino Básico e, mais tarde, do Secundário, combinada, como veremos no capítulo 2, com a estagnação das taxas reais de escolarização nesses níveis. Assim, com excepção do nível superior, a despesa cresceu enquanto o número de alunos decrescia, traduzindo-se isso num aumento acentuado da despesa média por aluno, que aumentou 114 por cento ao longo dos 16 anos observados, de 1790 Euros/aluno para 3829 Euros/aluno, a preços constantes. Esse aumento deu-se sobretudo na educação não superior (níveis pré-escolar, básico e secundário), cuja despesa agregada por aluno cresceu 140 por cento, de 1549 para 3783 Euros. No nível superior, onde a despesa por aluno era no início mais que tripla da do conjunto dos outros níveis, o crescimento da despesa por aluno ficou-se pelos 7 por cento, de 4953 Euros para 5297 Euros, sempre a preços constantes.³ Por outro lado, enquanto o crescimento da despesa por aluno dos níveis não superiores foi quase ininterrupto, com as quebras dos períodos 1992-1994 e 2002-2005, o indicador conheceu no nível superior duas tendências contraditórias, uma descendente até 1997, e outra ascendente daí até ao fim da

³ Deve referir-se que a imputação da despesa total das instituições de Ensino Superior, mormente das Universidades, como custos de ensino e como tal divisíveis pelo número de alunos é discutível, dada a dupla missão de ensino e de investigação dessas instituições. A título de exemplo, é prática estatística internacional imputar 40 a 50 por cento dos Fundos Gerais das Universidades (em que os salários dos docentes têm um peso preponderante) aos orçamentos nacionais ou regionais de Investigação e Desenvolvimento.

série, que repôs com pouco excesso a despesa por aluno no nível de partida (Gráficos 1.12, 1.13 e 1.14).

Gráfico 1.12
Varição da despesa pública (ME+MCTES) por
aluno do sector público segundo os níveis de
educação
totais nacionais 1990-2005, preços constantes
de 2000

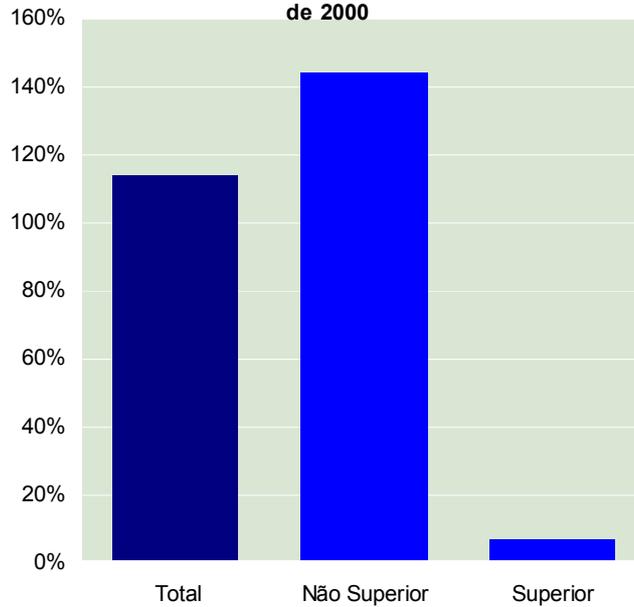
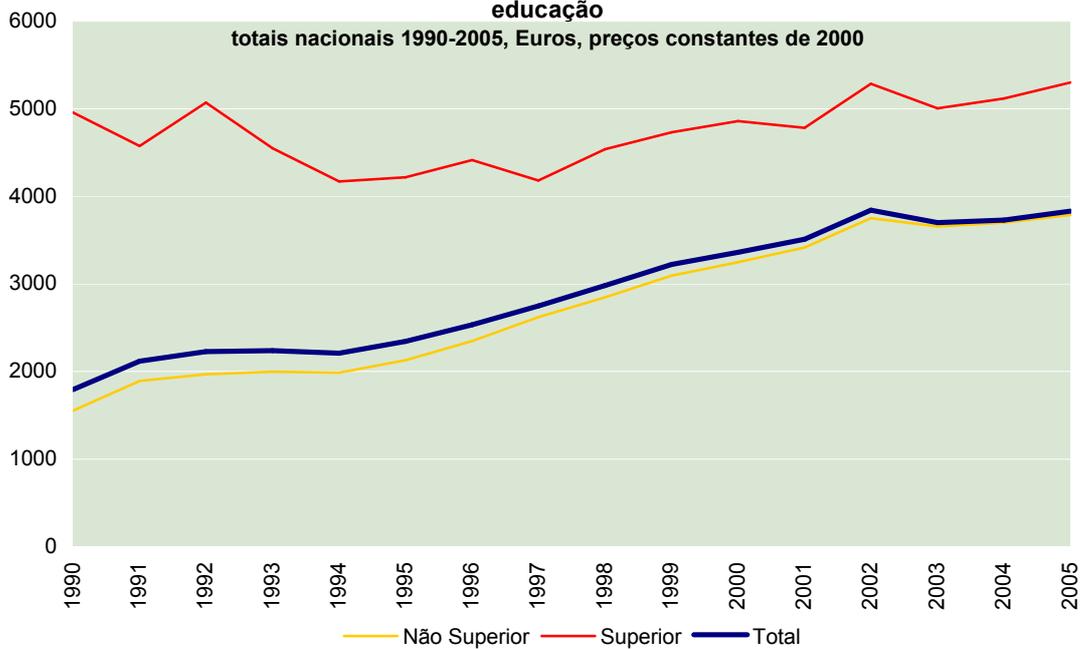


Gráfico 1.13
Despesa pública por aluno no sistema público segundo os níveis de
educação
totais nacionais 1990-2005, Euros, preços constantes de 2000



1.2 Docentes

Os dados disponíveis sobre os recursos docentes do sistema, embora abundantes, caracterizam-se por algumas variações na disponibilidade temporal e nos modos de agregação por níveis de ensino que tornam complexa a análise diacrónica. A carência de informação sobre categorias de docentes e educadores (nomeadamente, os da Educação Pré-Escolar não incluídos na rede do Ministério da Educação e os do Ensino Superior do sector privado) durante grande parte do período em análise impede a computação de totais com um mínimo de latitude diacrónica. Por outro lado, a contabilização é feita apenas por indivíduos, e não em percentagem de tempo integral, o que pode afectar a percepção do volume efectivo de recursos docentes; por isso, pelo menos no Ensino Superior, essa mesma contagem não pode compensar as co-ocorrências dos mesmos indivíduos em diferentes subsistemas (Universitário e Politécnico) e/ou sectores institucionais (público e privado ou cooperativo), pelo que as somas dos totais parciais são sempre superiores ao total efectivo. Finalmente, há um conjunto de variáveis de caracterização que, por constrangimentos de espaço e de tempo útil, não são apresentados no presente relatório, podendo eventualmente sê-lo em publicação futura. Vamos pois restringir-nos à descrição de um conjunto de indicadores essenciais à compreensão das evoluções de conjunto, mau grado as deficiências da informação diacrónica. Pelo mesmo motivo, optámos por considerar apenas os recursos docentes, e não a totalidade dos recursos humanos do sistema.

Tabela 1.VII - DOCENTES EM EXERCÍCIO, SEGUNDO O NÍVEL DE EDUCAÇÃO / ENSINO, POR ANO LECTIVO (totais nacionais)

	Total	Total Não Superior	Pré-Escolar			Básico 1.º Ciclo	Básico (2.º e 3.º Ciclos) e Secundário			Superior ^(b)		
			Total	Rede do M.E.	Redes de Outros Ministérios		Total	2.º Ciclo	3.º Ciclo e Secundário	Total	Universitário	Politécnico
1991/92	x	x	x	5 565	x	40 044	99 383	x	x	x	x	x
1992/93	x	x	x	5 717	x	39 028	100 639	x	x	x	x	x
1993/94	x	x	x	5 813	x	36 475	104 841	x	x	x	x	x
1994/95	x	x	x	6 428	x	36 130	107 183	x	x	x	x	x
1995/96	x	x	x	7 172	x	36 300	110 003	x	x	x	x	x
1996/97	x	x	x	7 965	x	37 878	114 131	x	x	x	x	x
1997/98	x	168 249	13 525	9 433	4 092	36 613	118 111	33 317	84 794	x	x	x
1998/99	x	170 558	14 343	10 026	4 317	37 397	118 818	34 525	84 293	x	x	x
1999/2000	x	175 209	15 437	10 690	4 747	39 022	120 750	35 180	85 570	x	x	x
2000/01	x	176 707	16 007	11 115	4 892	39 243	121 457	35 250	86 207	x	x	x
2001/02	213 668	180 880	16 194	11 360	4 834	40 308	124 378	36 742	87 636	32 788	21 973	13 767
2002/03	211 895	178 720	16 666	11 820	4 846	39 853	122 201	36 108	86 093	33 175	21 984	14 205
2003/04	213 683	180 180	16 628	11 964	4 664	39 669	123 883	36 887	86 996	33 503	22 008	14 394
2004/05 ⁽¹⁾	214 274	180 344	16 630	12 123	4 507	38 751	124 963	36 416	88 547	33 930	22 102	14 671
2005/06 ⁽¹⁾	x	172 211	16 835	12 313	4 522	35 890	119 486	34 671	84 815	x	x	x

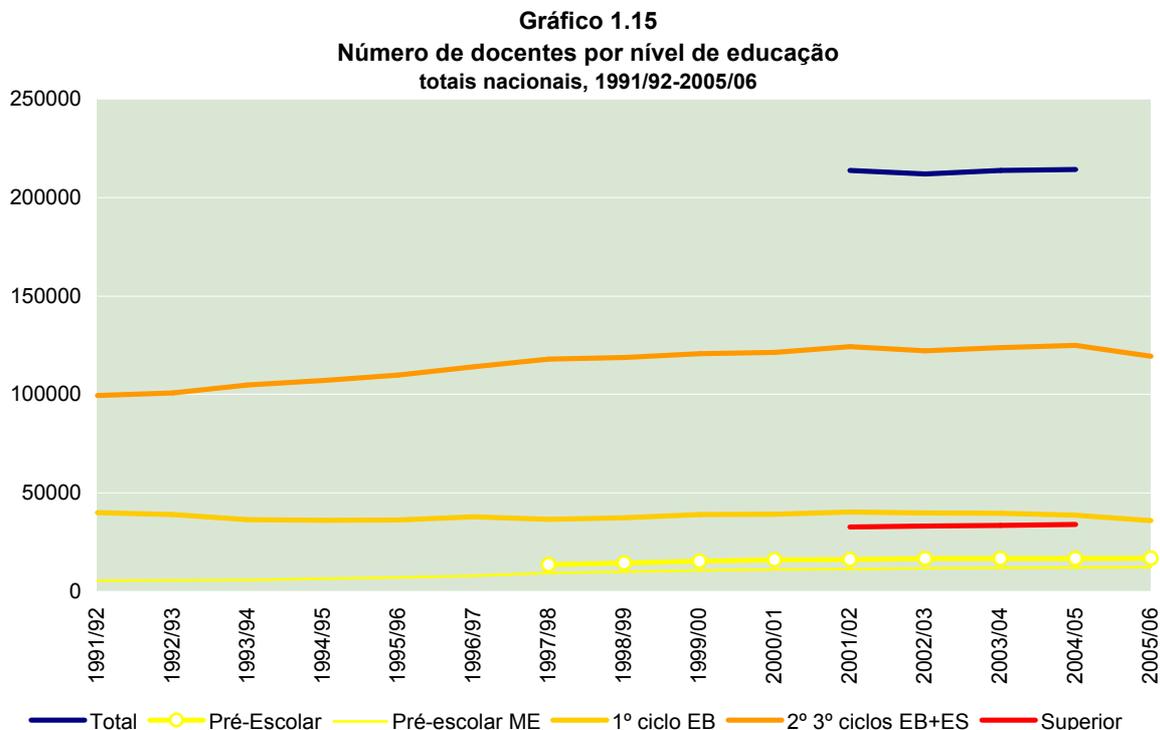
(a) Fonte: GIASE (2006c).

(b) OCES, base REBIDES; o total é inferior à soma dos dois subsistemas devido às co-ocorrências de indivíduos.

(1) - Dados preliminares.

A tabela 1.VII mostra o **número total de docentes em exercício, por níveis de educação/ensino**. Devido às deficiências de cobertura da informação sobre o nível pré-escolar

fora da rede do Ministério da Educação e sobre o sector privado e cooperativo do Ensino Superior, só é possível contabilizar o volume total dos recursos docentes do sistema durante 4 anos lectivos (2001/02 a 2004-05), o que impossibilita uma abordagem diacrónica à estrutura. O gráfico 1.15 mostra a evolução dos principais agregados.



O grosso dos docentes encontrou-se sempre em exercício nos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário. Destes, perto de três quartos estava afectados ao 3º ciclo do Ensino Básico e ao Ensino Secundário, nos anos para que essa informação existe. Em termos de crescimento, é no nível pré-escolar, na rede do Ministério da Educação, que encontramos o maior aumento, com um acréscimo de 120 por cento entre 1990 e 2005. Segue-se a grande massa dos docentes do 2º e 3º ciclos e secundário, com um crescimento de perto de 20 por cento durante o período observado, mas com o volume praticamente estagnado desde 2001/02, e em decréscimo no último ano da série. O 1º ciclo do Ensino Básico, finalmente, apresenta uma curva praticamente estagnada, saldando-se o período num ligeiro decréscimo de cerca de 4 por cento.

Na tabela 1.VIII, encontramos o **número de docentes em exercício no sector público, por níveis de educação/ensino**. Neste caso, a mais longa disponibilidade de dados sobre o Ensino Superior permite um cômputo de totais para um número ligeiramente maior de anos, ainda assim restrito pela carência de informação sobre os educadores do nível pré-escolar fora da rede do Ministério da Educação.

Tabela 1.VIII - DOCENTES EM EXERCÍCIO, SEGUNDO O NÍVEL DE EDUCAÇÃO / ENSINO, POR ANO LECTIVO (sector público)

	Total	Total Não Superior	Pré-Escolar			Básico 1.º Ciclo	Básico (2.º e 3.º Ciclos) e Secundário			Superior ^(b)		
			Total	Rede do M.E.	Redes de Outros Ministérios		Total	2.º Ciclo	3.º Ciclo e Secundário	Total	Universitário	Politécnico
1989/90	x	x	x	x	x	x	x	x	x	13059	10482	2577
1990/91	x	x	x	x	x	x	x	x	x	13979	11003	2976
1991/92	x	x	x	4 223	x	37 904	89 991	x	x	x	x	x
1992/93	x	x	x	4 323	x	36 828	90 677	x	x	14 310	11189	3 121
1993/94	x	x	x	4 261	x	34 218	94 894	x	x	14 685	11404	3 281
1994/95	x	x	x	4 809	x	33 918	98 352	30 334	68 018	15 669	12058	3 611
1995/96	x	x	x	5 054	x	33 726	101 278	30 454	70 824	16 087	12153	3 934
1996/97	x	x	x	6 006	x	35 327	104 762	30 237	74 525	16 677	12384	4 293
1997/98	166 822	149 044	7 114	6 767	347	34 072	107 858	30 533	77 325	17 778	12837	4 941
1998/99	170 042	151 157	7 643	7 235	408	34 710	108 804	31 699	77 105	18 885	13402	5 483
1999/2000	175 156	155 350	8 532	8 068	464	36 211	110 607	32 322	78 285	19 806	13688	6 118
2000/01	x	155 611	8 650	8 244	406	36 319	110 642	32 463	78 179	x	x	x
2001/02	184 076	159 780	8 848	8 466	382	37 371	113 561	33 834	79 727	24 296	14455	9 841
2002/03	182 042	157 474	9 199	8 813	386	36 961	111 314	33 175	78 139	24 568	14520	10 048
2003/04	183 772	158 978	9 428	9 091	337	36 840	112 710	33 833	78 877	24 794	14590	10 204
2004/05 ⁽¹⁾	184 226	158 858	9 568	9 241	327	36 006	113 284	33 235	80 049	25 368	14858	10 510
2005/06 ⁽¹⁾	x	151 075	9 774	9 440	334	33 110	108 191	31 629	76 562	x	x	x

(a) Fonte: GIASE (2006c).

(b) Quebra de série em 2001/02. Fontes: 1989/90 a 1999/2000: GIASE (2004c); 2001/02 a 2004/05: OCES, base REBIDES. Pode haver duplicações por repetição de docentes nos dois subsistemas do Ensino Superior, pelo que o total está sobrestimado.

1 - Dados preliminares.

x - Valor não disponível

As tendências são muito semelhantes às acima encontradas para os totais, com era de esperar, dado o peso do sector público no conjunto da oferta educativa. A principal diferença é podermos aqui contar com uma série mais completa dos docentes do Ensino Superior, que evidenciam o crescimento dos seus recursos docentes ao longo do período (aumento de 77 por cento), impulsionado pelo subsistema politécnico, que aparentemente terá quadruplicado (mas há que encarar estes valores com as reservas acima apontadas, quanto à eventual quebra de série em 2001/02, à certeza de repetições de docentes e à não diferenciação dos exercícios em tempo parcial). Para o total, os números sugerem um aumento até finais da década de 90, seguido de estagnação até ao fim da série (Gráfico 1.16).

Gráfico 1.16
Número de docentes por nível de educação e ano lectivo
totais nacionais no sector público, 1991/92-2005/06

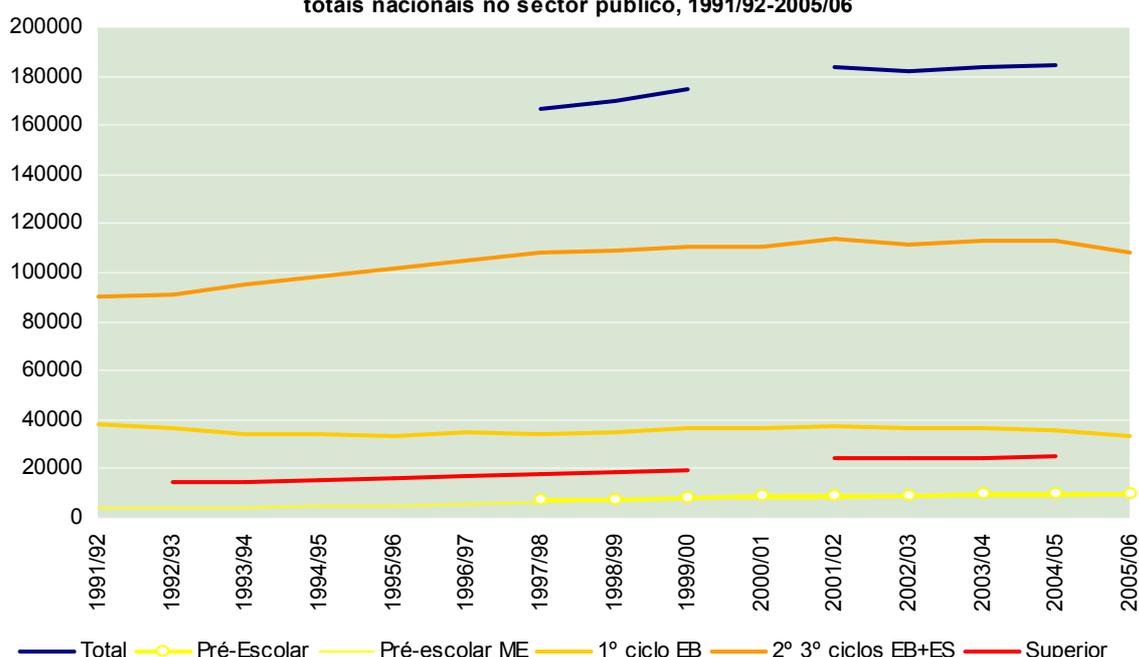


Tabela 1.IX - DOCENTES EM EXERCÍCIO, SEGUNDO O NÍVEL DE EDUCAÇÃO / ENSINO, POR ANO LECTIVO (Sector Privado)

Ano Lectivo	Total	Total Não Superior	Pré-Escolar			Básico 1.º Ciclo	Básico (2.º e 3.º Ciclos) e Secundário			Superior ^(b)		
			Total	Rede do M.E.	Redes de Outros Ministérios		Total	2.º Ciclo	3.º Ciclo e Secundário	Total	Universitário	Politécnico
1991/92	x	x	x	1 342	x	2 140	9 392	x	x	x	x	x
1992/93	x	x	x	1 394	x	2 200	9 962	x	x	x	x	x
1993/94	x	x	x	1 552	x	2 257	9 947	x	x	x	x	x
1994/95	x	x	x	1 619	x	2 212	8 831	x	x	x	x	x
1995/96	x	x	x	2 118	x	2 574	8 725	x	x	x	x	x
1996/97	x	x	x	1 959	x	2 551	9 369	x	x	x	x	x
1997/98	x	19 205	6 411	2 666	3 745	2 541	10 253	2 784	7 469	x	x	x
1998/99	x	19 401	6 700	2 791	3 909	2 687	10 014	2 826	7 188	x	x	x
1999/2000	x	19 859	6 905	2 622	4 283	2 811	10 143	2 858	7 285	x	x	x
2000/01	x	21 096	7 357	2 871	4 486	2 924	10 815	2 787	8 028	x	x	x
2001/02	32 544	21 100	7 346	2 894	4 452	2 937	10 817	2 908	7 909	11 444	7 518	3 926
2002/03	32 867	21 246	7 467	3 007	4 460	2 892	10 887	2 933	7 954	11 621	7 464	4 157
2003/04	32 810	21 202	7 200	2 873	4 327	2 829	11 173	3 054	8 119	11 608	7 418	4 190
2004/05 ⁽¹⁾	32 891	21 486	7 062	2 882	4 180	2 745	11 679	3 181	8 498	11 405	7 244	4 161
2005/06 ⁽¹⁾	x	21 136	7 061	2 873	4 188	2 780	11 295	3 042	8 253	x	x	x

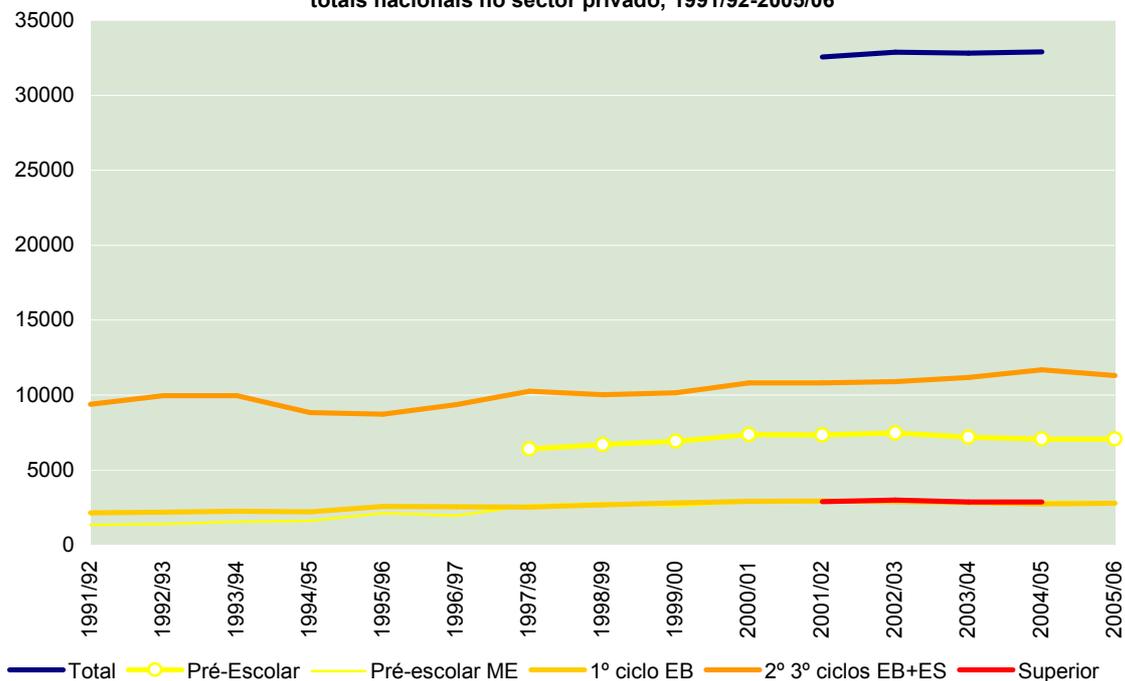
(a) Fonte: GIASE (2006c).

(b) Fontes: 1989/90 a 1999/2000: GIASE (2004c); 2001/02 a 2004/05: OCES, base REBIDES. Pode haver duplicações por repetição de docentes nos dois subsistemas do Ensino Superior, pelo que o total está sobrestimado.

x - Valor não disponível

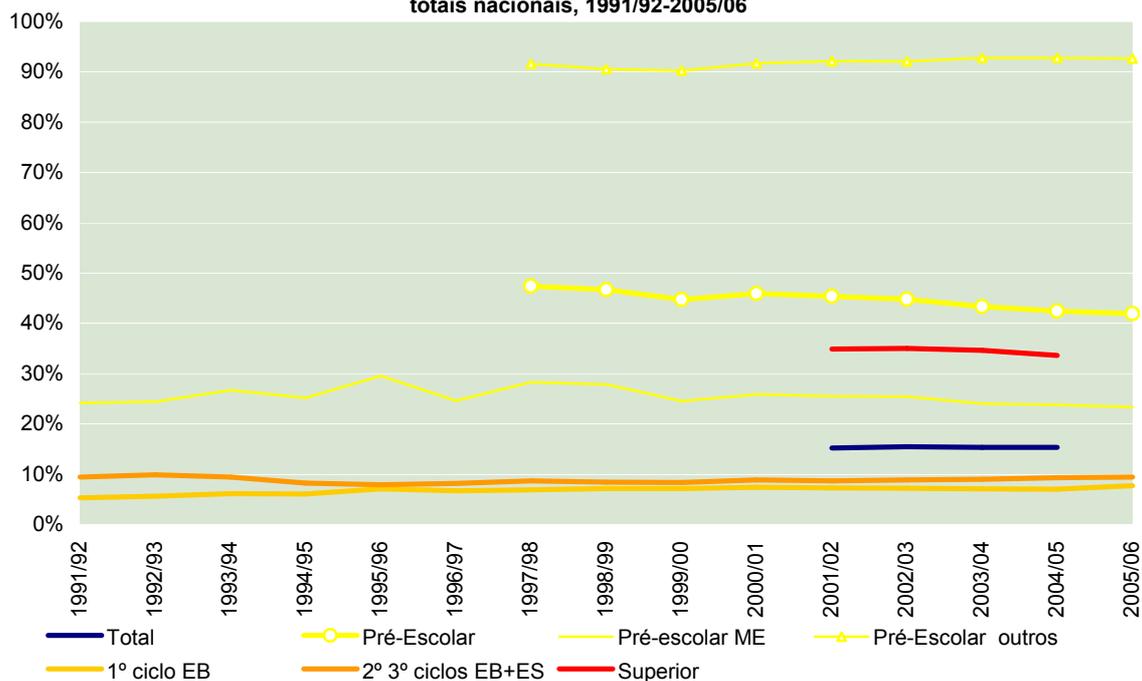
Finalmente, a tabela 1.IX faculta o **número de docentes em exercício no sector privado, por níveis de educação/ensino**. Além dos menores números, diferencia-se do sector público pelo maior peso relativo do nível pré-escolar, e menor do superior, sem que haja em qualquer dos casos variações dignas de nota ao longo do período. (Gráfico 1.17).

Gráfico 1.17
Número de docentes por nível de educação e ano lectivo
totais nacionais no sector privado, 1991/92-2005/06



O gráfico 1.18 mostra o peso relativo do sector privado no total dos docentes do sistema educativo, segundo os níveis de educação/ensino.

Gráfico 1.18
Percentagem dos docentes do sector privado no total, por nível de educação e ano lectivo
totais nacionais, 1991/92-2005/06



Para os poucos anos em que o apuramento é possível, vemos que o peso do sector privado na afectação dos docentes em exercício no sistema educativo é de cerca de 15 por cento. Durante todo o período, esse peso não excede os 10 por cento dos docentes do Ensino Básico e Secundário. A sua posição mais destacada é relativamente aos docentes do Ensino Superior, com cerca de um terço nos poucos anos para que há informação, e, sobretudo, no pré-escolar, onde entre 1997/98 o seu peso relativo baixou de 47 para 42 por cento e onde deteve sempre mais de 90 por cento dos docentes das redes de outros Ministérios.

Gráfico 1.19
Estrutura da população docente por níveis de
educação

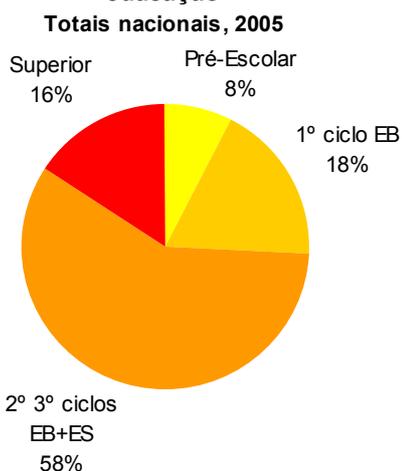
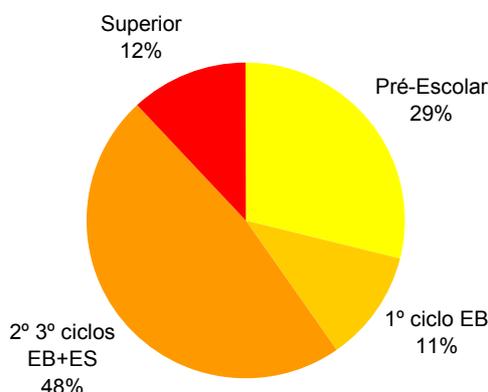


Gráfico 1.20
Estrutura da população docente por níveis de
educação



Gráfico 1.21
Estrutura da população docente por níveis de
educação

Totais nacionais no sector privado, 2005



Os gráficos 1.19 a 1.21 permitem comparar, para o ano mais recente, a **distribuição dos recursos docentes por níveis de educação/ensino por sectores público e privado**, e entre estes e o total. Resulta clara a concentração dos recursos docentes do sector público nos ensinos básico e secundário, somando mais de 80 por cento, níveis que no sector privado somam percentagens claramente menores, sendo o seu espaço ocupado pelos educadores do nível pré-escolar, com 29 por cento dos efectivos contra apenas 5 por cento no sector público.

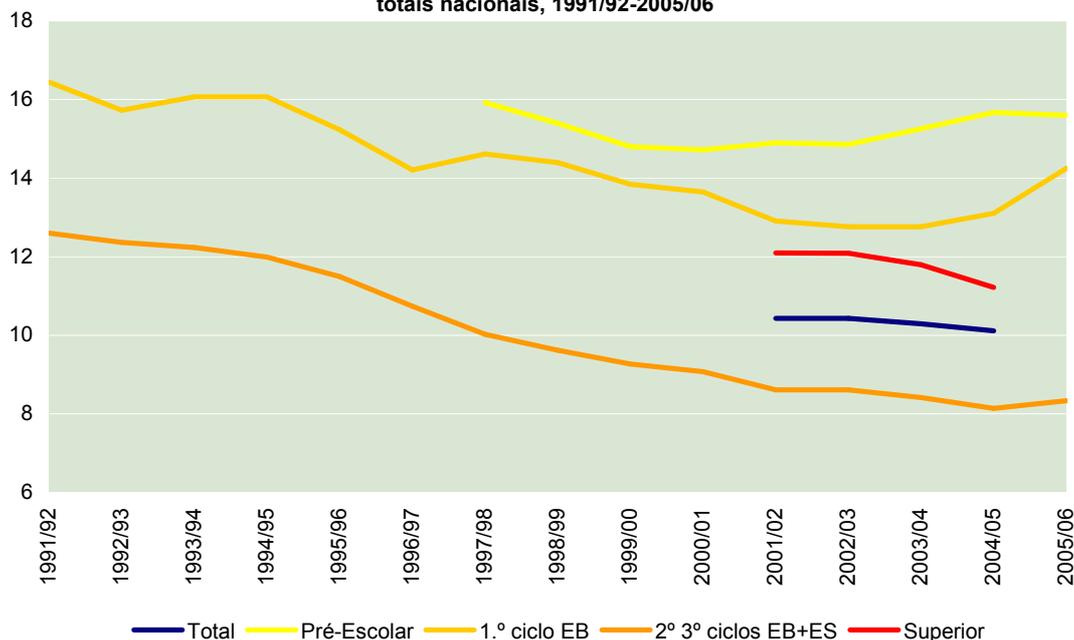
Finalmente, à semelhança do que efectuámos acima relativamente à despesa, importa perceber a relação entre os volumes de recursos docentes e de alunos. As tabelas 1.X a 1.XII e os gráficos 1.22 a 1.24 apresentam os valores do indicador **número de alunos matriculados por docente em exercício segundo os níveis de educação/ensino**, respectivamente no total do sistema e nos sectores público e privado.

Tabela 1.X - Número de alunos matriculados por docente , segundo o nível de educação (total)

Ano lectivo	Total	Pré-Escolar	1.º Ciclo	2.º e 3.º Ciclos e Secundário	2.º Ciclo	3.º Ciclo e Secundário	Superior ^(b)
1991/92	x	x	16,4	12,6	x	x	x
1992/93	x	x	15,7	12,4	x	x	x
1993/94	x	x	16,1	12,2	x	x	x
1994/95	x	x	16,1	12,0	x	x	x
1995/96	x	x	15,2	11,5	x	x	x
1996/97	x	x	14,2	10,7	x	x	x
1997/98	x	15,9	14,6	10,0	8,6	10,6	x
1998/99	x	15,4	14,4	9,6	8,1	10,2	x
1999/2000	x	14,8	13,8	9,3	7,9	9,8	x
2000/01	x	14,7	13,6	9,1	7,7	9,6	x
2001/02	10,4	14,9	12,9	8,6	7,4	9,1	12,1
2002/03	10,4	14,9	12,8	8,6	7,6	9,0	12,1
2003/04	10,3	15,3	12,8	8,4	7,4	8,8	11,8
2004/05 ⁽¹⁾	10,1	15,7	13,1	8,1	7,3	8,5	11,2
2005/06 ⁽¹⁾	x	15,6	14,2	8,3	7,5	8,7	x

Fontes: Tabela 1.VII; Alunos matriculados: GIASE (2006b)

Gráfico 1.22
Número de alunos por docente segundo o nível de educação, por ano lectivo
totais nacionais, 1991/92-2005/06



Relativamente ao total do sistema, o número de alunos por docente sofreu uma redução drástica entre 1991/92 e 2005/06, tanto no 1º ciclo do Ensino Básico, até 2003/04, quando encetou uma ligeira recuperação, quer sobretudo nos 2º e 3º ciclo e no nível secundário, onde passou de cerca de 13 para 8 alunos por docente. Os escassos dados sobre o Ensino Superior revelam também uma tendência para a baixa deste indicador, muito acima, contudo, do registado nos dois ciclos mais elevados do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Tabela 1.X e Gráfico 1.22).

Relativamente ao sector público, a tendência é semelhante no 1º ciclo do Ensino Básico e no agregado dos dois restantes ciclos do nível básico e do secundário. No nível pré-primário, algumas oscilações na viragem da década de 90 para a seguinte acabaram por convergir para valores próximas aos do 1º ciclo. Finalmente, no Ensino Superior, partindo de valores muito baixos (cerca de 9 alunos por docente no princípio da década de 90), assiste-se primeiro a uma subida até 1996/97 (14 alunos por docente), invertendo-se aí a tendência até atingir os 11 alunos por docente em 2003/04, muito acima dos 8 alunos por docente dos 2º e 3º ciclo e do secundário, e igualmente abaixo dos 13 a 4 alunos por docente do nível pré-escolar e do 1º ciclo do Ensino Básico (Tabela 1.XI e Gráfico 1.23).

No sector privado, a tendência é para, em todos os níveis, haver um número mais elevado de alunos por docente do que no sector público. A excepção é a do Ensino Superior, nos poucos anos para que há dados, variando entre 10 e 8 alunos por docente; mas é provável que aqui o efeito não controlável dos docentes a tempo parcial se faça especialmente sentir. No 1º ciclo, o indicador desce do valor extremamente elevado de mais de 24 alunos por docente, no início da década de 90, para estabilizar em cerca de 10 alunos por docente a partir de 1997/98; um percurso seguido de perto pelo pré-primário, com valores um pouco inferiores. Diferença mais destacada, nos 2º e 3º ciclos do nível Básico e no secundário, o número de alunos por docente, que subiu de 12 para 15 até 1995/96, voltou a baixar para estabilizar perto dos 13, descendo no fim do período para os 12 com que havia começado, 50 por cento acima do valor do sector público (Tabela 1.XII e Gráfico 1.24).

Tabela 1.XI - Número de alunos matriculados por docente , segundo o nível de educação (sector público)

Ano lectivo	Total	Pré-Escolar	1.º Ciclo	2.º e 3.º Ciclos e Secundário	2.º Ciclo	3.º Ciclo e Secundário	Superior ^(b)
1989/90	x	x	x	x	x	x	9,4
1990/91	x	x	x	x	x	x	9,8
1991/92	x	x	16,0	12,7	x	x	x
1992/93	x	x	15,4	12,4	x	x	11,6
1993/94	x	x	15,8	12,2	x	x	12,4
1994/95	x	x	15,7	11,8	9,8	11,2	12,5
1995/96	x	x	15,0	11,2	9,5	10,2	12,7
1996/97	x	x	13,9	10,4	9,2	9,3	13,6
1997/98	11,3	12,2	14,4	9,8	8,5	8,7	13,3
1998/99	10,9	11,6	14,1	9,3	8,0	8,5	12,6
1999/00	10,5	10,6	13,5	8,9	7,7	8,1	12,9
2000/01	x	13,6	13,3	8,7	7,5	7,9	x
2001/02	9,8	13,9	12,5	8,2	7,1	7,5	11,7
2002/03	9,8	13,9	12,4	8,2	7,3	7,6	11,8
2003/04	9,7	14,1	12,4	8,0	7,2	7,4	11,6
2004/05	9,5	14,3	12,7	7,7	7,2	7,2	11,1
2005/06	x	14,1	13,9	7,9	7,3	7,5	x

Fontes: Tabela 1.VII; Alunos matriculados: GIASE (2006b)

Gráfico 1.23
Número de alunos por docente segundo o nível de educação, por ano lectivo totais nacionais no sector público, 1990/91-2005/06

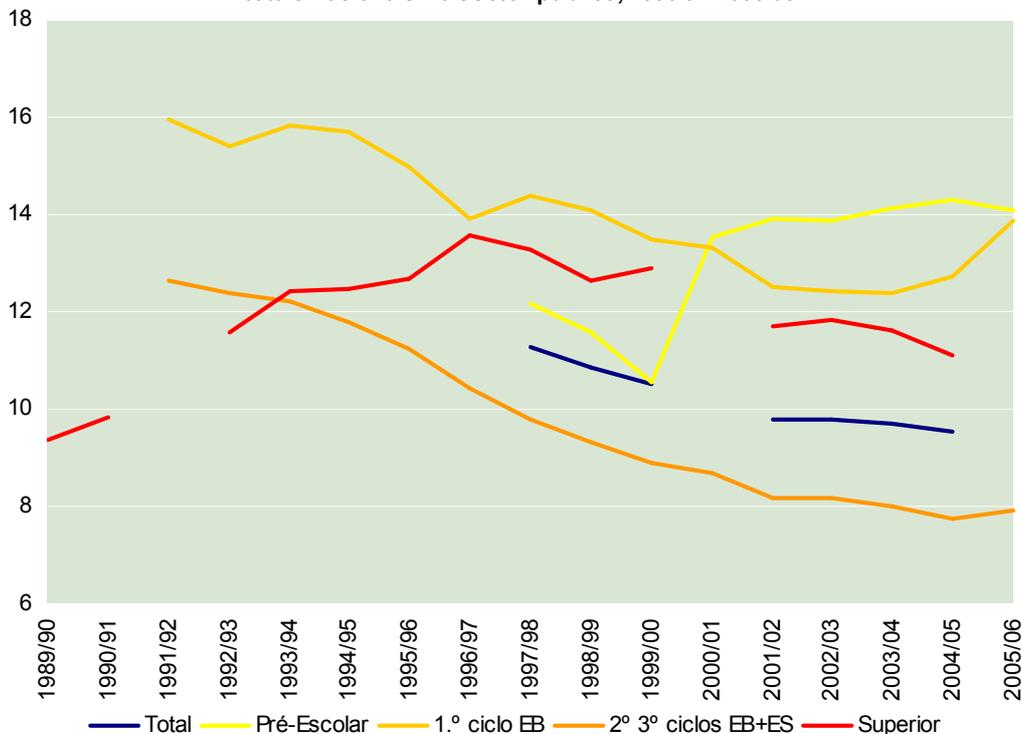
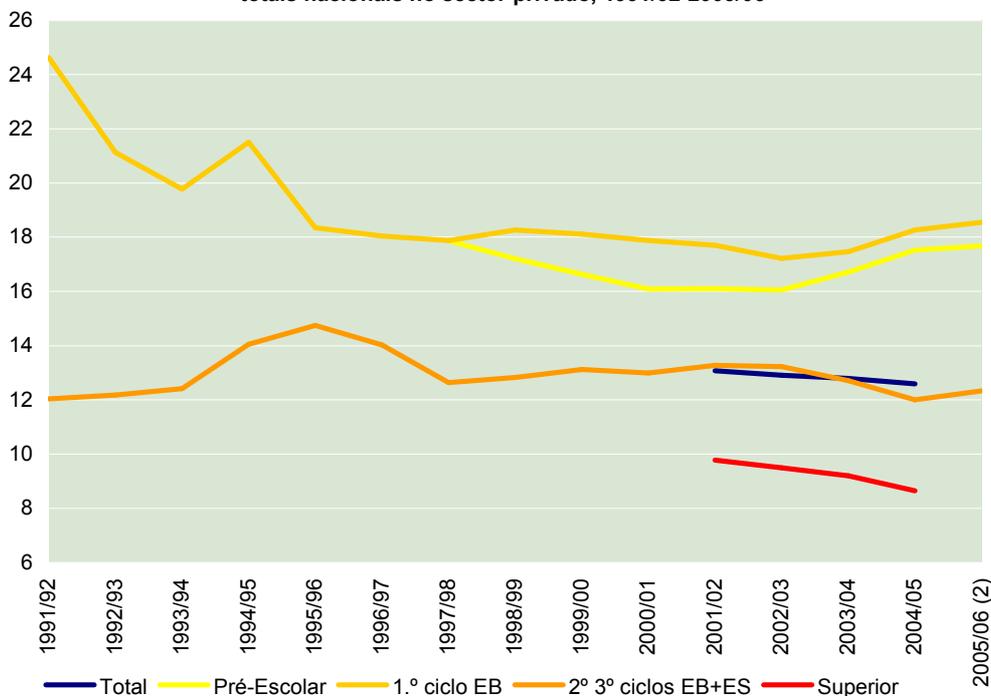


Tabela 1.XII - Número de alunos matriculados por docente , segundo o nível de educação (sector privado)

Ano lectivo	Total	Pré-Escolar	1.º Ciclo	2.º e 3.º Ciclos e Secundário	2.º Ciclo	3.º Ciclo e Secundário	Superior ^(b)
1991/92	x	x	24,6	12,0	x	x	x
1992/93	x	x	21,1	12,2	x	x	x
1993/94	x	x	19,8	12,4	x	x	x
1994/95	x	x	21,5	14,0	x	x	x
1995/96	x	x	18,3	14,7	x	x	x
1996/97	x	x	18,0	14,0	x	x	x
1997/98	x	17,9	17,9	12,6	9,6	13,8	x
1998/99	x	17,2	18,3	12,8	9,8	14,0	x
1999/00	x	16,6	18,1	13,1	9,9	14,4	x
2000/01	x	16,1	17,9	13,0	10,1	14,0	x
2001/02	13,1	16,1	17,7	13,3	10,0	14,5	9,8
2002/03	12,9	16,0	17,2	13,2	10,5	14,2	9,5
2003/04	12,8	16,7	17,5	12,7	10,0	13,7	9,2
2004/05	12,6	17,5	18,3	12,0	9,2	13,1	8,7
2005/06 ⁽²⁾	x	17,7	18,5	12,3	9,6	13,3	x

Fontes: Tabela 1.IX; Alunos matriculados: GIASE (2006b)

Gráfico 1.24
Número de alunos por docente segundo o nível de educação, por ano lectivo totais nacionais no sector privado, 1991/92-2005/06



2. INDICADORES DE MORFOLOGIA

A tabela 2.1 mostra a evolução do *número de alunos matriculados* no conjunto do sistema de ensino, ao longo de todo o período em análise.

Tabela 2.1 - ALUNOS MATRICULADOS, SEGUNDO O NÍVEL DE EDUCAÇÃO/ENSINO, POR ANO LECTIVO (dados nacionais)^(a)

Ano lectivo	Total	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	CET ⁽¹⁾	Ensino Médio	Ensino Superior	
			Total	1º Ciclo	2º Ciclo					3º Ciclo
1985/86	2 103 398	128 089	1 639 405	874 262	388 994	376 149	221 951	x	7 737	106 216
1986/87	2 111 013	137 869	1 606 932	839 229	395 064	372 639	243 028	x	6 056	117 128
1987/88	2 135 474	148 348	1 583 661	791 418	394 536	397 707	276 405	x	3 553	123 507
1988/89	2 123 589	155 857	1 555 573	753 649	372 450	429 474	276 222	x	x	135 937
1989/90	2 162 693	161 629	1 531 114	715 881	370 607	444 626	309 568	x	x	160 382
1990/91	2 190 912	171 552	1 484 256	669 525	356 420	458 311	347 911	x	x	187 193
1991/92	2 306 691	176 822	1 509 182	658 305	354 631	496 246	401 263	x	x	219 424
1992/93	2 284 408	179 135	1 441 889	613 697	339 244	488 948	415 861	x	x	247 523
1993/94	2 327 956	183 298	1 429 824	586 034	343 437	500 353	438 300	x	x	276 534
1994/95	2 351 304	185 088	1 408 449	580 483	321 492	506 474	457 194	x	x	300 573
1995/96	2 327 518	191 023	1 339 749	552 724	315 209	471 816	477 221	x	x	319 525
1996/97	2 315 295	200 490	1 305 723	538 122	304 387	463 214	458 232	x	x	350 850
1997/98	2 294 387	215 279	1 276 376	535 112	285 088	456 176	442 783	x	x	359 949
1998/99	2 258 043	220 775	1 259 473	538 273	281 101	440 099	421 005	x	x	356 790
1999/2000	2 260 745	228 459	1 240 836	539 943	276 529	424 364	417 705	x	x	373 745
2000/01	2 260 212	235 610	1 223 151	535 580	271 793	415 778	413 748	x	x	387 703
2001/02	2 228 352	241 288	1 192 931	520 211	270 825	401 895	397 532	x	x	396 601
2002/03	2 208 991	247 521	1 174 412	508 472	274 169	391 771	385 589	638	x	400 831
2003/04	2 198 954	253 635	1 166 277	506 121	274 123	386 033	382 212	1 767	x	395 063
2004/05 ⁽²⁾	2 167 276	260 512	1 154 592	507 614	267 592	379 386	369 580	2 040	x	380 552
2005/06 ⁽²⁾	x	262 527	1 162 203	511 296	260 379	390 528	344 458	860	x	x

(a) Fonte: GIASE (2006b).

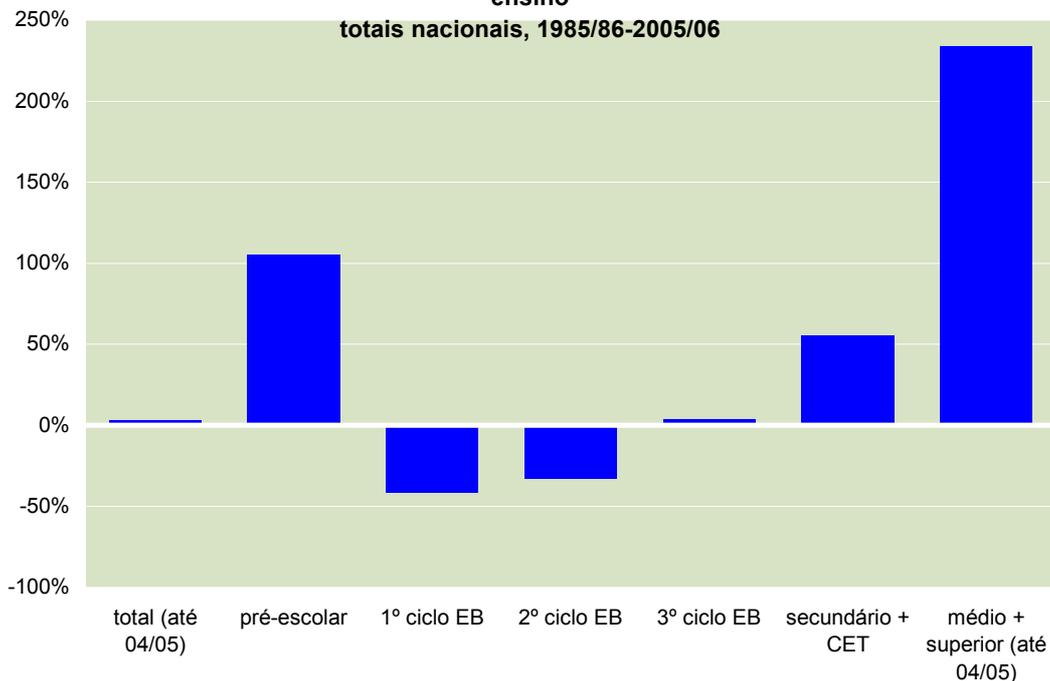
1 - Cursos de Especialização Tecnológica.

2 - Dados preliminares; Ensino Recorrente dos 1º e 2º ciclos - valores estimados.

x - Valor não disponível

Nos dois decénios observados, a população discente do conjunto do sistema cresceu 3 por cento. Este parco crescimento foi, contudo, o produto de movimentos contraditórios, e de amplitude e cronologia diversas, entre os diferentes níveis de ensino. O gráfico 2.1 mostra a variação percentual por nível de ensino, entre os anos extremos. Para efeito de tratamento dos dados, optámos por agregar os números das curtas séries dos Cursos de Especialização Tecnológica aos do Ensino Secundário, e do Ensino Médio ao Ensino Superior.

Gráfico 2.1
Variação percentual do número de alunos matriculados por nível de ensino

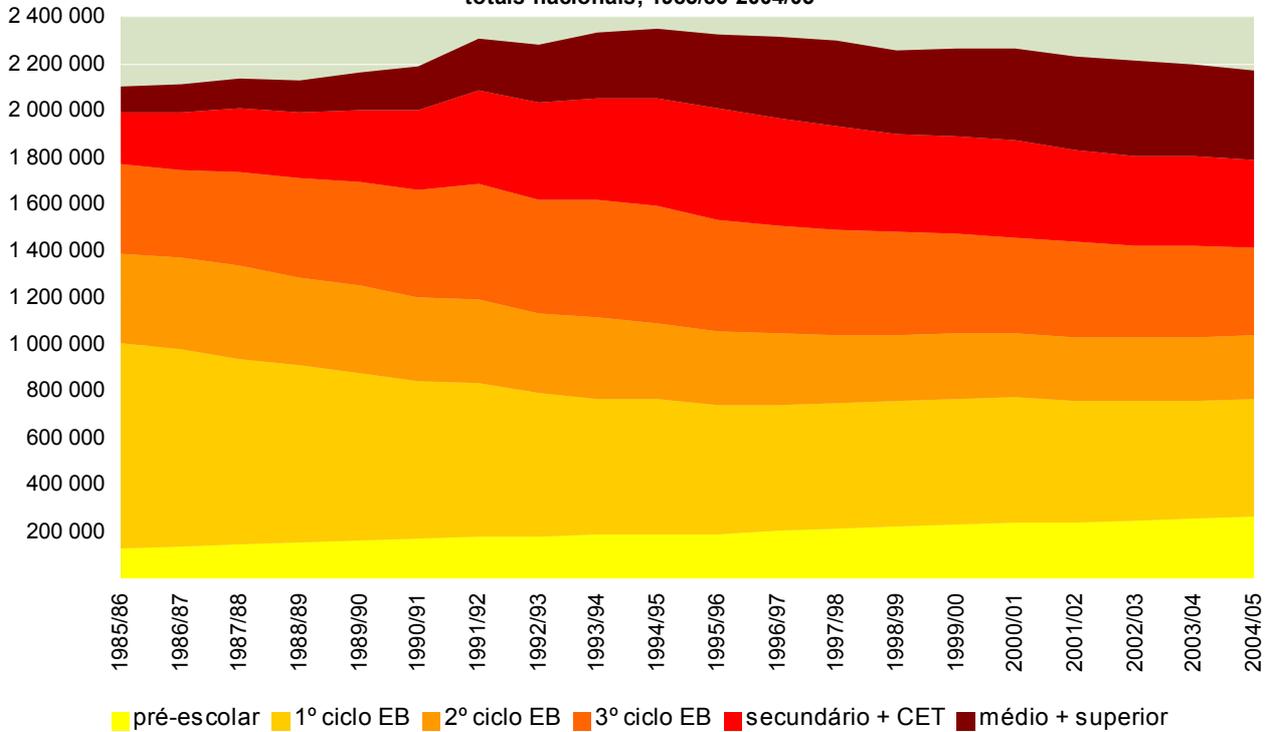


Enquanto o número alunos a frequentar a educação pré-escolar mais do que duplicou (variação de 105 por cento) e o de alunos do Ensino Superior mais do que triplicou (variação de 238 por cento, contando com o ensino médio na fase inicial da série), o Ensino Secundário aumentou em 52 por cento e o Ensino Básico diminuiu, no seu conjunto, 29 por cento. Dentro deste último, o recuo foi tanto maior quanto mais baixo o ciclo e, conseqüentemente, mais jovem a população-tipo da sua frequência. Verificaram-se decréscimos de 42 por cento no 1º ciclo, de 33 por cento no 2º ciclo, e apenas o 3º ciclo cresceu um pouco, cerca de 4 por cento.

O gráfico 2.2. dá uma visão mais fina da variação total do volume do sistema ao longo do período, desagregada por níveis. No seu conjunto, o cresceu até 1994/95, embora o 1º e o 2º ciclos do Ensino Básico se encontrassem já em acentuado declínio, até aí compensado pelo aumento de todos os outros níveis. O ano de 1995/96 marcou o início da viragem, quando o 3º ciclo do Ensino Básico, em crescimento já atenuado desde 1991/92, inverteu por sua vez a tendência e começou a perder alunos de modo irreversível; um ano depois, em 1996/97, foi a vez de o Ensino Secundário virar para a baixa, na sequência de uma desaceleração de crescimento desde havia 5 anos. O Ensino Superior, em desaceleração desde 1996/97, manteve ainda o crescimento até 2002/2003, inflectindo finalmente nos últimos anos da série. Só o nível pré-escolar aumentou ininterruptamente durante todo o período. Durante o decénio de 1995/96 a 2004/05, o sistema perdeu no seu todo 184 mil alunos, 7 por cento do volume inicial, com

quebras de 14 por cento no Ensino Básico e 22 por cento no Secundário, só em parte compensadas pelas subidas de 36 por cento do Pré-escolar e de 19 por cento no Superior.

Gráfico 2.2
Alunos matriculados no conjunto do sistema, por nível de ensino
 totais nacionais, 1985/86-2004/05



Os gráficos 2.3 e 2.4 mostram as variações não acumuladas dos efectivos discentes dos vários níveis de educação, respectivamente em valores absolutos e em valores indiciais reportados ao princípio da série, facilitando a visão comparativa das tendências que acabámos de traçar.

Gráfico 2.3
Alunos matriculados por nível de ensino
totais nacionais, 1985/86-2005/06

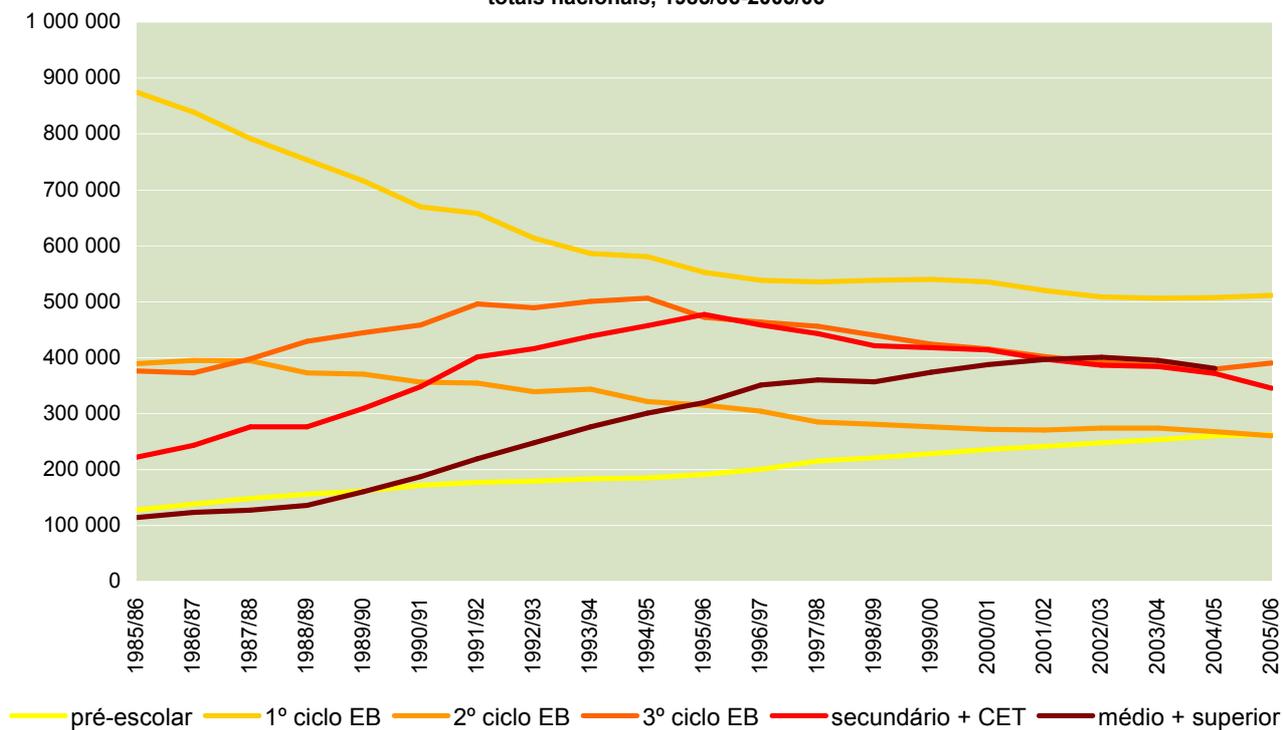
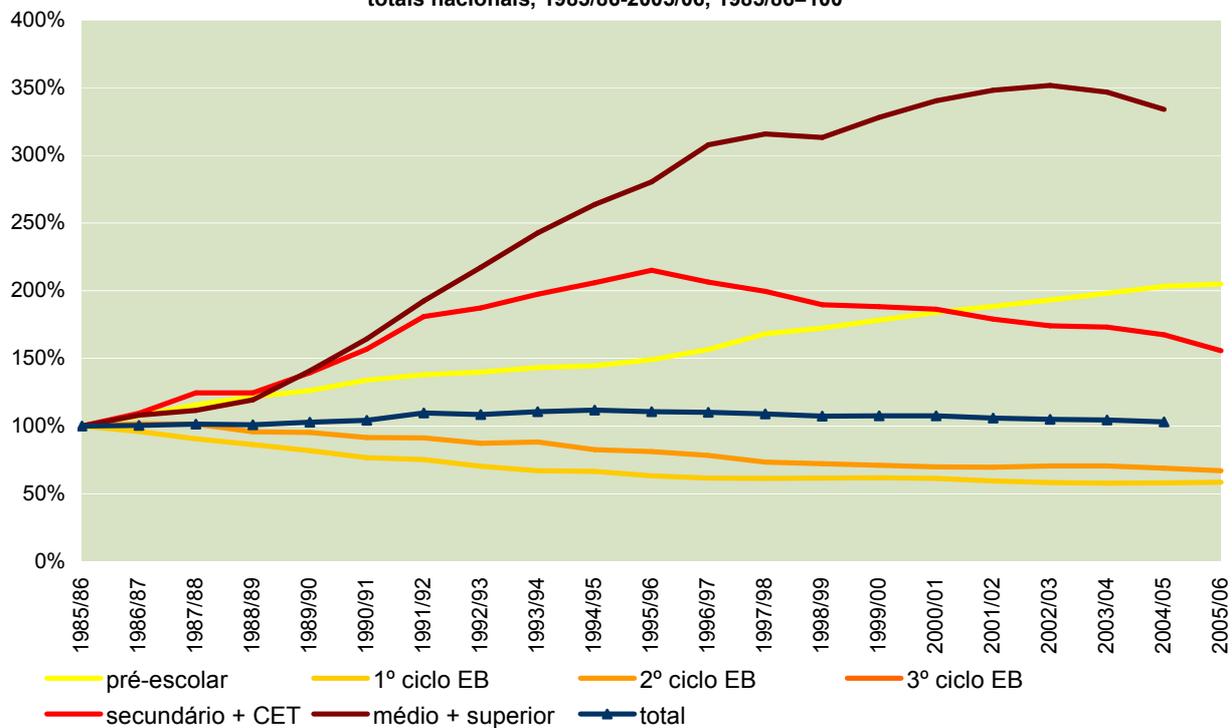


Gráfico 2.4
Índices de alunos matriculados por nível de ensino
totais nacionais, 1985/86-2005/06, 1985/86=100



Dado o défice comparativo de formação escolar da população activa portuguesa, resulta preocupante notar que, depois do crescimento acelerado durante a primeira metade da década de 90, fruto dos baixos níveis de partida, a frequência dos níveis secundário e superior se tenha rapidamente *cansado* de crescer, ainda longe de esgotar os seus potenciais demográficos. Com efeito, embora, à excepção do crescimento contínuo do número de crianças no nível pré-escolar devido à crescente infraestruturização deste nível de educação, os restantes níveis reflectam as variações demográficas, como sugere a ordem de "entrada em cena" das respectivas inversões de crescimento, não se trata de um determinismo demográfico absoluto. Às inversões do crescimento demográfico a montante, somam-se os atritos e as perdas persistentes do próprio sistema educativo. É desde logo visível no gráfico 2.3 que as amplitudes entre as "cristas de onda" do 1º e 2º ciclos, por um lado, e do 3º ciclo do Ensino Básico, por outro, são muito mais amplas do que deixariam supor as durações dos mesmos ciclos (uma diferença provavelmente subestimada, pois o 1º ciclo teria já atingido o seu máximo antes de 1985/86). Um alongamento temporal que terá tido a ver, quer com a lenta progressão do 3º ciclo como nível de escolaridade obrigatória, quer com o alongamento da permanência dos alunos nos ciclos devido a retenções, como termos oportunidade de analisar adiante.

Por outro lado, é notória a redução das cristas de onda de cada ciclo relativamente aos anteriores, denotando perdas intercíclicas de efectivos potenciais. Dadas as diferenças de duração dos ciclos, esta primeira impressão exige análise mais cuidada, controlando essa variável.

Embora a comparação das cristas de onda dos sucessivos ciclos seja muito simplificadora, visto não ter em conta as diferenças de forma das curvas, permite ainda assim apreender algumas características estruturais da evolução morfológica do sistema. Partindo do pressuposto de que o máximo de alunos matriculados num ciclo constitui o potencial para o máximo de alunos matriculados no ciclo seguinte, passados alguns anos, as diferenças entre os valores de crista, previamente ponderados pela duração dos ciclos,⁴ constituem uma aproximação ao grau de perda desse potencial (Tabela 2.II e Gráfico 2.5). Assumindo que os

⁴ Para esta ponderação, assumimos a duração de 4 anos para o Ensino Superior, partindo do princípio de que as durações mais longas (licenciaturas de 5 anos, prolongamento de estudos para mestrado) tenderão a compensar as mais curtas (bacharelatos), aproximando-se esta estimativa de um valor mediano para o conjunto dos alunos. Trata-se, provavelmente, de uma estimativa conservadora, sobretudo dada a generalização dos cursos de mestrado ao longo do período. Note-se que a imputação de uma duração mais longa aumentaria, em proporção, o número potencial de alunos na crista do Ensino Superior, por relação aos registados nas cristas dos ciclos anteriores, e originaria maiores diferenças negativas.

efeitos exógenos da mortalidade e da emigração nos valores agregados são negligenciáveis, as perdas podem ser imputadas ao próprio sistema.

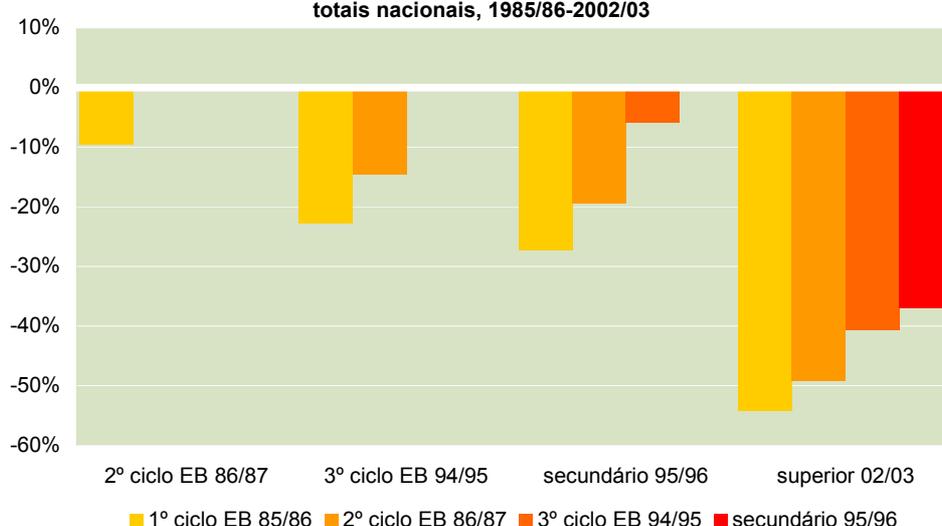
Tabela 2.II - DIFERENÇAS ENTRE OS NÚMEROS MÁXIMOS DE ALUNOS MATRICULADOS POR NÍVEL DE ENSINO

Cristas dos níveis de educação	diferença 2º ciclo ¹		diferenças 3º ciclo ¹		diferenças secundário ¹		diferenças superior ¹		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1º ciclo EB 1985/86	874 262	- 84 134	-9,6%	- 198 963	-22,8%	- 237 967	-27,2%	- 473 431	-54,2%
2º ciclo EB 1986/87	395 064	-	-	- 57 415	-14,5%	- 76 917	-19,5%	- 194 649	-49,3%
3º ciclo EB 1994/95	506 474	-	-	-	-	- 29 253	-5,8%	- 205 851	-40,6%
Secundário 1995/96	477 221	-	-	-	-	-	-	- 176 598	-37,0%
Superior 2002/03	400 831	-	-	-	-	-	-	-	-

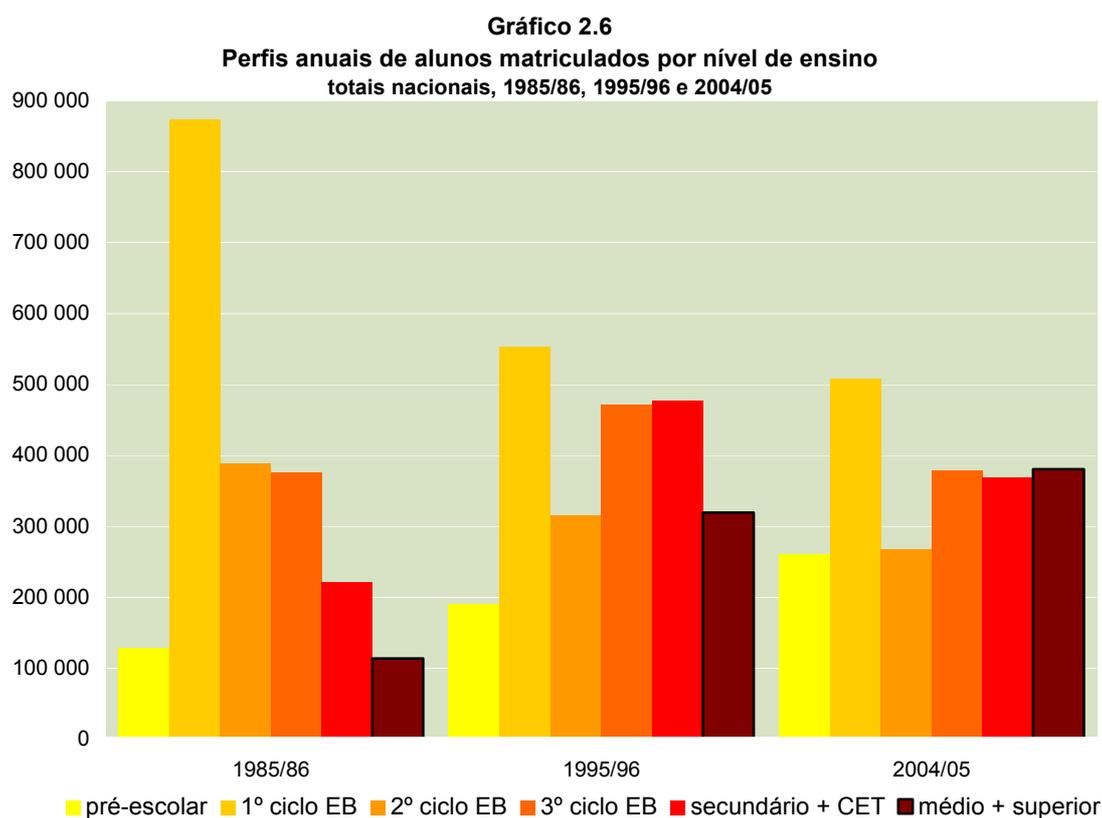
1 - Diferenças calculadas entre valores ponderados pelas diferenças de duração dos ciclos

Entre o potencial representado pelo máximo registado de alunos matriculados no 1º ciclo do Ensino Básico em 1985/86 e o máximo histórico de alunos efectivamente matriculados no Ensino Superior em 2003/04, houve uma redução de 54 por cento. Esse total resulta da acumulação de perdas ao longo do sistema, começando pela de quase 10 por cento entre os máximos do 1º e do 2º ciclo, e aumentando para 23 e 27 por cento ao longo dos ciclos sucessivos (provavelmente, estas diferenças estão subestimadas, visto o 1º ciclo dever ter tido o seu valor máximo antes do início da série). As maiores perdas de potencial verificaram-se entre o 2º e o 3º ciclos (15 por cento), reflectindo a demora da efectiva implantação deste último como escolaridade obrigatória; e sobretudo entre os Ensinos Secundário e Superior (37 por cento).

Gráfico 2.5
Variação percentual do número máximo de alunos matriculados em
cada nível de ensino, relativamente aos máximos dos ciclos
anteriores
totais nacionais, 1985/86-2002/03



Como resultado, se na primeira metade do período em observação encontramos uma profunda mudança da estrutura morfológica do sistema, com a descida dos ciclos de escolaridade iniciais e o crescimento acentuado dos mais elevados, no fim do período o perfil do sistema apresenta sinais de saturação, mercê da inflexão de crescimento de todos os níveis de escolaridade (Gráfico 2.6).



A tabela 2.III mostra a recomposição da **estrutura da população discente por níveis de ensino**, resultante das evoluções que temos vindo a descrever, anulando a variação dos totais anuais. A Educação Pré-escolar viu o seu peso relativo aumentar mais de 100% no período de 1985/86 até 2004/05, de 6 para 12 por cento. Pelo contrário, o 1º ciclo e o 2º ciclos do Ensino Básico perderam, respectivamente, 18 e 6 por cento dos seus pesos relativos, enquanto o 3º ciclo, depois de aumentar até 1994/95, regressou praticamente ao seu peso relativo inicial. O Ensino Secundário aumentou, ao todo, a sua importância relativa em 7 por cento, embora esta se ache em regressão desde 1995/96. Finalmente, o Ensino Superior aumentou quase ininterruptamente o seu peso relativo, tendência que estagnou apenas nos anos finais da série. O gráfico 2.7 representa o conjunto destas variações.

Tabela 2-III - ALUNOS MATRICULADOS - ESTRUTURA, SEGUNDO O NÍVEL DE EDUCAÇÃO/ENSINO, POR ANO LECTIVO
(dados nacionais, em percentagem)

Ano lectivo	Nível de Ensino	Total	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	CET ⁽¹⁾	Ensino Superior ⁽²⁾	
				Total	1º Ciclo	2º Ciclo				3º Ciclo
1985/86		100,0	6,1	77,9	41,6	18,5	17,9	10,6	-	5,4
1986/87		100,0	6,5	76,1	39,8	18,7	17,7	11,5	-	5,8
1987/88		100,0	6,9	74,2	37,1	18,5	18,6	12,9	-	5,9
1988/89		100,0	7,3	73,3	35,5	17,5	20,2	13,0	-	6,4
1989/90		100,0	7,5	70,8	33,1	17,1	20,6	14,3	-	7,4
1990/91		100,0	7,8	67,7	30,6	16,3	20,9	15,9	-	8,5
1991/92		100,0	7,7	65,4	28,5	15,4	21,5	17,4	-	9,5
1992/93		100,0	7,8	63,1	26,9	14,9	21,4	18,2	-	10,8
1993/94		100,0	7,9	61,4	25,2	14,8	21,5	18,8	-	11,9
1994/95		100,0	7,9	59,9	24,7	13,7	21,5	19,4	-	12,8
1995/96		100,0	8,2	57,6	23,7	13,5	20,3	20,5	-	13,7
1996/97		100,0	8,7	56,4	23,2	13,1	20,0	19,8	-	15,2
1997/98		100,0	9,4	55,6	23,3	12,4	19,9	19,3	-	15,7
1998/99		100,0	9,8	55,8	23,8	12,4	19,5	18,6	-	15,8
1999/2000		100,0	10,1	54,9	23,9	12,2	18,8	18,5	-	16,5
2000/01		100,0	10,4	54,1	23,7	12,0	18,4	18,3	-	17,2
2001/02		100,0	10,8	53,5	23,3	12,2	18,0	17,8	-	17,8
2002/03		100,0	11,2	53,2	23,0	12,4	17,7	17,5	0,0	18,1
2003/04		100,0	11,5	53,0	23,0	12,5	17,6	17,4	0,1	18,0
2004/05 ⁽³⁾		100,0	12,0	53,3	23,4	12,3	17,5	17,1	0,1	17,6

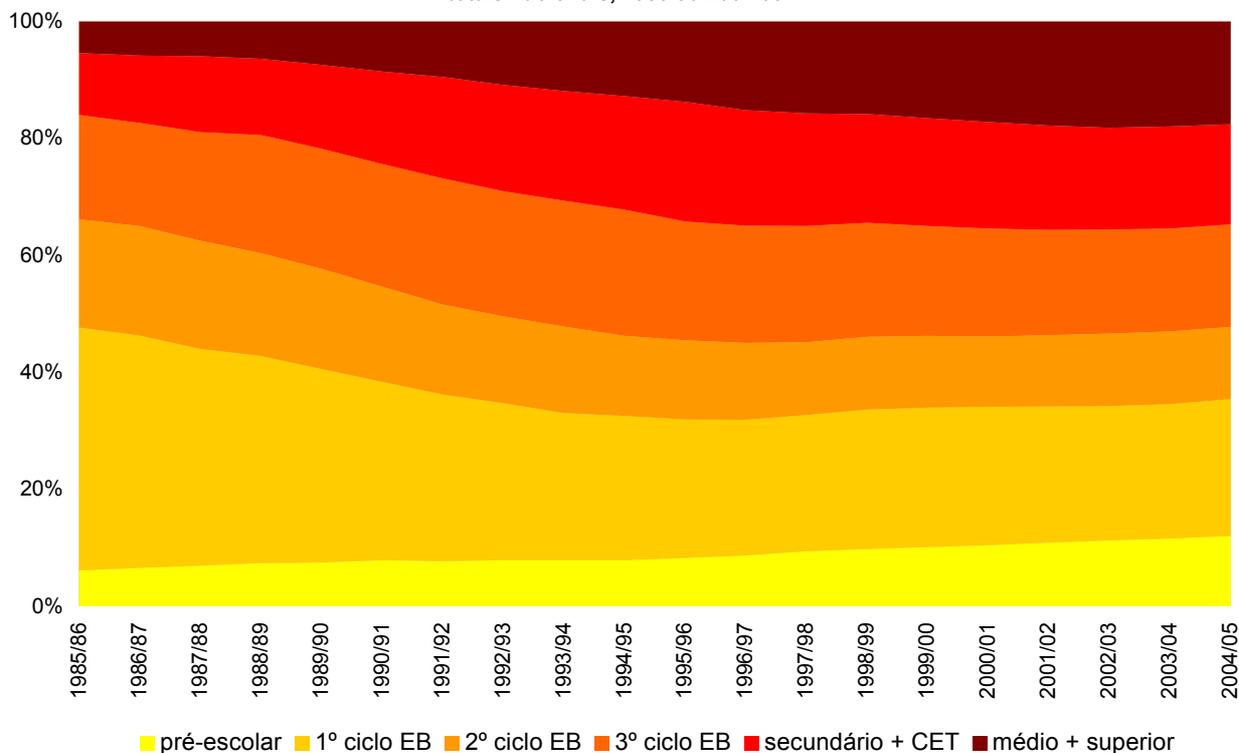
(a) Fonte: GIASE (2006b)

1 - Cursos de Especialização Tecnológica.

2 - De 1985/86 a 1987/88 inclui os alunos do Ensino Médio.

3 - Dados preliminares.

Gráfico 2.7
Alunos matriculados por nível de escolaridade, em percentagem do total
totais nacionais, 1985/86-2004/05



Em suma, a morfologia do sistema passou em 20 anos de uma estrutura assente esmagadoramente nos 3 ciclos componentes da escolaridade obrigatória, como definida em 1986 (pesando no seu conjunto 79 por cento em 1985/86), para uma outra em que o Ensino Básico passou a pesar pouco mais de metade (53 por cento do total em 2004/05), face ao progresso do ensino pré-escolar, que mantém ainda assim um peso relativamente reduzido; e sobretudo ao avanço proporcional dos níveis secundário e superior, que, partindo de uma posição relativa marginal (16 por cento em 1985/86), agregam no fim do período mais de um terço dos alunos matriculados (35 por cento em 2004/05), destacando-se o crescimento absoluto e relativo do Ensino Superior. É digno de nota, no entanto, o facto de o aumento do peso conjunto dos níveis mais elevados do sistema se ter esgotado em 2001/02 (36 por cento), mercê da inflexão do nível secundário depois de 1995/96, e do superior depois de 2002/03.

Passamos a descrever a evolução do **número de alunos matriculados segundo o sector institucional**. No essencial, os valores para os diversos níveis de ensino em análise seguem no sector público o mesmo padrão que acabámos de ver para o conjunto dos dados nacionais. Não iremos, por isso, deter-nos na análise destes dados, que nos limitamos a apresentar na tabela 2.IV. Atemo-nos, por isso, aos que respeitam à evolução do sector privado e do seu peso no conjunto do sistema, usando o sector público para fins de comparação.

Tabela 2.IV - ALUNOS MATRICULADOS, SEGUNDO O NÍVEL DE EDUCAÇÃO/ENSINO, POR ANO LECTIVO
Totais nacionais no Ensino Público^(a)

Ano lectivo \ Nível de Ensino	Total	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	CET ⁽¹⁾	Ensino Médio	Ensino Superior	
			Total	1º Ciclo	2º Ciclo					3º Ciclo
1985/86	1 874 614	59 820	1 508 774	817 981	354 364	336 429	209 233	-	6 252	90 535
1986/87	1 874 080	63 153	1 481 688	787 759	358 281	335 648	230 398	-	4 561	94 280
1987/88	1 884 119	66 237	1 458 242	741 949	354 248	362 045	257 738	-	2 500	99 402
1988/89	1 883 260	70 571	1 448 876	706 195	348 426	394 255	256 780	-	-	107 033
1989/90	1 899 308	70 730	1 420 525	670 441	343 192	406 892	285 613	-	-	122 440
1990/91	1 896 979	75 041	1 366 416	616 410	330 377	419 629	318 239	-	-	137 283
1991/92	1 971 979	76 501	1 383 869	605 606	327 240	451 023	360 924	-	-	150 685
1992/93	1 932 495	76 735	1 322 850	567 199	311 729	443 922	367 083	-	-	165 827
1993/94	1 959 891	77 737	1 314 555	541 387	315 183	457 985	385 348	-	-	182 251
1994/95	1 971 365	81 952	1 293 906	532 913	296 332	464 661	400 102	-	-	195 405
1995/96	1 927 807	82 828	1 224 814	505 514	289 482	429 818	416 309	-	-	203 856
1996/97	1 907 289	84 697	1 188 305	492 089	277 154	419 062	398 166	-	-	226 288
1997/98	1 881 217	86 531	1 161 808	489 700	258 257	413 851	382 261	-	-	236 395
1998/99	1 847 321	88 365	1 140 804	489 193	253 517	398 094	362 143	-	-	238 857
1999/2000	1 843 185	90 199	1 119 701	489 049	248 364	382 288	354 832	-	-	255 008
2000/01	1 834 792	117 226	1 099 901	483 329	243 735	372 837	344 135	-	-	273 530
2001/02	1 802 759	123 060	1 068 865	468 241	241 637	358 987	326 045	-	-	284 789
2002/03	1 784 653	127 688	1 049 353	458 684	243 246	347 423	316 848	232	-	290 532
2003/04	1 779 117	133 353	1 041 965	456 725	243 650	341 590	315 066	424	-	288 309
2004/05 ⁽²⁾	1 752 962	136 727	1 031 176	457 494	238 475	335 207	302 784	387	-	281 888
2005/06 ⁽²⁾	x	137 728	1 035 369	459 737	231 207	344 425	280 398	288	-	x

(a) Fonte: GIASE (2006b).

1 - Cursos de Especialização Tecnológica.

2 - Dados preliminares; Ensino Recorrente dos 1º e 2º ciclos - valores estimados.

x - Valor não disponível

No ensino privado, houve um aumento gradual do número total de alunos inscritos. Decresceram apenas os 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, respectivamente 44 e 35 por cento (face a decréscimos de 8 e 16 por cento, respectivamente, no sector público). São de salientar os casos dos níveis pré-escolar, secundário e superior. Quanto ao nível pré-escolar, temos um crescimento de 83 por cento, ainda assim inferior ao do sector público (que foi de 130 por cento). No nível secundário (a que agregámos nos últimos anos da série os cursos de especialização tecnológica), o número de alunos inscritos no sector privado mais do que quintuplicou, com um

crescimento de 408 por cento, enquanto o sector público cresceu 34 por cento. Nos níveis médio e superior, registou-se um crescimento de 475 por cento dos alunos matriculados no sector privado, enquanto o sector público não chegou a triplicar os seus efectivos, com um crescimento de 191 por cento. No cômputo total, o sector privado cresceu 81 por cento, enquanto o público decresceu 7 por cento (Tabela 2.V e Gráficos 2.8 e 2.9).

Tabela 2.V - ALUNOS MATRICULADOS, SEGUNDO O NÍVEL DE EDUCAÇÃO/ENSINO, POR ANO LECTIVO

Totais nacionais no Ensino Privado^(a)

Ano lectivo	Nível de Ensino	Total	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	CET ⁽¹⁾	Ensino Médio	Ensino Superior	
				Total	1º Ciclo	2º Ciclo					3º Ciclo
1985/86		228 784	68 269	130 631	56 281	34 630	39 720	12 718	-	1 485	15 681
1986/87		236 933	74 716	125 244	51 470	36 783	36 991	12 630	-	1 495	22 848
1987/88		251 355	82 111	125 419	49 469	40 288	35 662	18 667	-	1 053	24 105
1988/89		240 329	85 286	106 697	47 454	24 024	35 219	19 442	-	-	28 904
1989/90		263 385	90 899	110 589	45 440	27 415	37 734	23 955	-	-	37 942
1990/91		293 933	96 511	117 840	53 115	26 043	38 682	29 672	-	-	49 910
1991/92		334 712	100 321	125 313	52 699	27 391	45 223	40 339	-	-	68 739
1992/93		351 913	102 400	119 039	46 498	27 515	45 026	48 778	-	-	81 696
1993/94		368 065	105 561	115 269	44 647	28 254	42 368	52 952	-	-	94 283
1994/95		379 939	103 136	114 543	47 570	25 160	41 813	57 092	-	-	105 168
1995/96		399 711	108 195	114 935	47 210	25 727	41 998	60 912	-	-	115 669
1996/97		408 006	105 960	117 418	46 033	27 233	44 152	60 066	-	-	124 562
1997/98		413 170	114 526	114 568	45 412	26 831	42 325	60 522	-	-	123 554
1998/99		410 722	115 258	118 669	49 080	27 584	42 005	58 862	-	-	117 933
1999/2000		417 560	114 815	121 135	50 894	28 165	42 076	62 873	-	-	118 737
2000/01		425 420	118 384	123 250	52 251	28 058	42 941	69 613	-	-	114 173
2001/02		425 593	118 228	124 066	51 970	29 188	42 908	71 487	-	-	111 812
2002/03		424 338	119 833	125 059	49 788	30 923	44 348	68 741	406	-	110 299
2003/04		419 837	120 282	124 312	49 396	30 473	44 443	67 146	1 343	-	106 754
2004/05 ⁽²⁾		414 314	123 785	123 416	50 120	29 117	44 179	66 796	1 653	-	98 664
2005/06 ⁽²⁾		x	124 799	126 834	51 559	29 172	46 103	64 060	572	-	x

(a) Fonte: GIASE (2006b).

1 - Cursos de Especialização Tecnológica.

2 - Dados preliminares; Ensino Recorrente dos 1º e 2º ciclos - valores estimados.

x - Valor não disponível

Gráfico 2.8
Variação do número de alunos matriculados por nível de ensino, segundo o sector institucional
 totais nacionais, 1985/86-2005/06

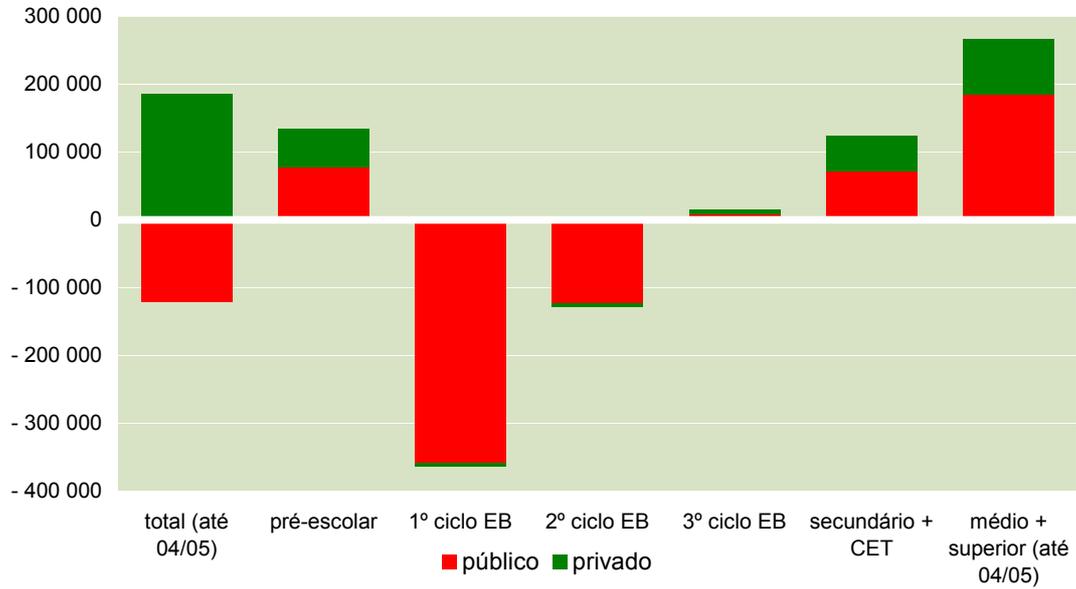
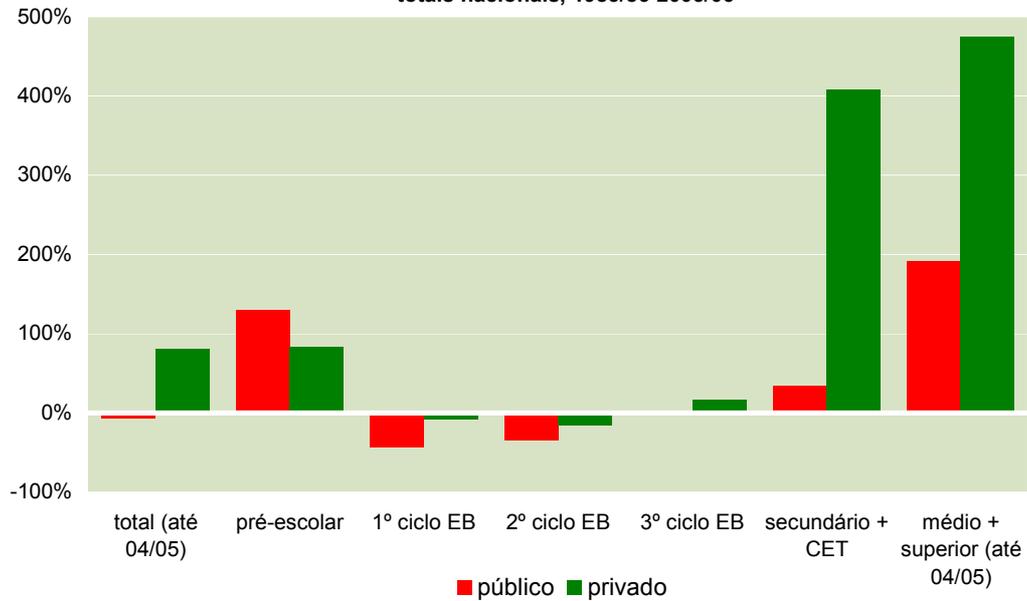
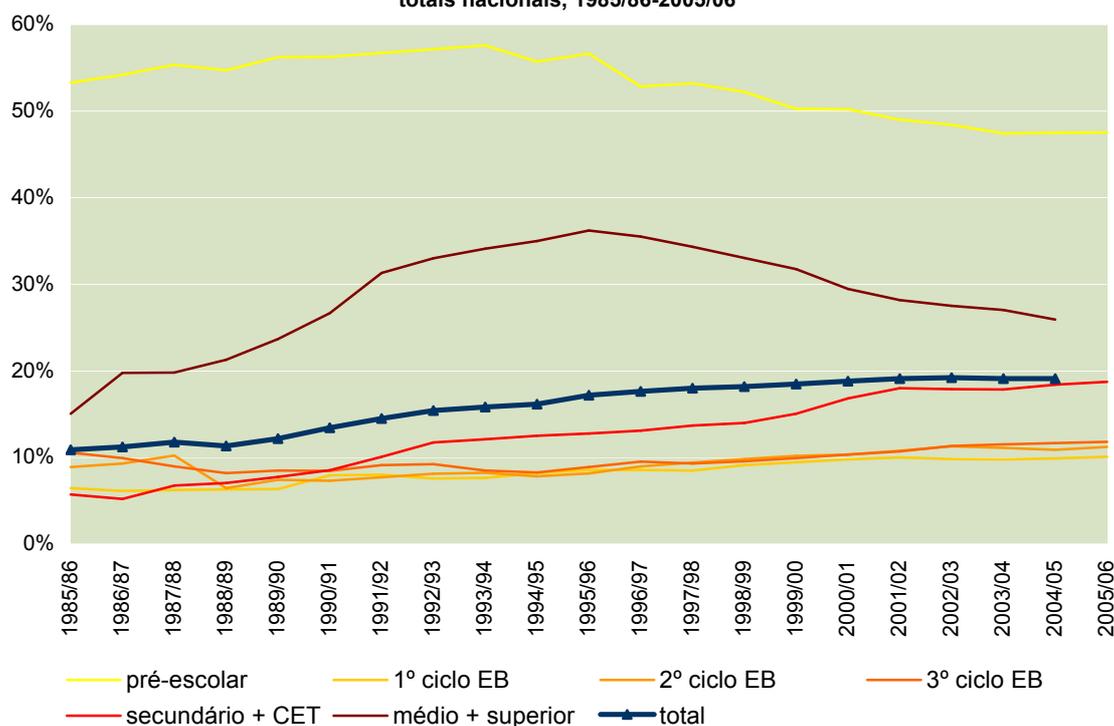


Gráfico 2.9
Variação percentual do número de alunos matriculados por nível de ensino, segundo o sector institucional
 totais nacionais, 1985/86-2005/06



Por efeito destas variações, o ensino privado mudou substancialmente de composição ao longo do período, quer relativamente à sua participação no sistema como um todo (Gráfico 2.10), quer no referente à sua composição interna, especialmente em comparação com o ocorrido no sector público.

Gráfico 2.10
Percentagem de alunos matriculados no sector privado por nível de ensino
totais nacionais, 1985/86-2005/06



Considerando o total de alunos matriculados, o ensino privado quase duplicou a sua importância relativa, de 11 para 19 por cento entre 1985/86 e 2004/05. Esta evolução processou-se com ritmos e amplitudes diferentes consoante os níveis de ensino. Nos dois níveis que registaram maior expansão relativa, o pré-escolar e o superior, vemos que o peso relativo do sector privado aumentou, *grosso modo*, até ao final da primeira metade da década de 90, regredindo depois face ao aumento da rede pública, no primeiro caso, e à retracção do número de alunos que o afectou desproporcionadamente, no caso do Ensino Superior. As tendências foram de aumento moderado do peso relativo do sector privado no 1º e no 3º ciclos do Ensino Básico (de 6 para 10 por cento e de 6 para 11 por cento, respectivamente) e de estagnação com algumas flutuações pouco consequentes no 2º ciclo, entre mínimos cerca dos 8 por cento e um máximo de 12 por cento, já no final do período. Finalmente, o Ensino Secundário foi o nível onde a parcela do sector privado aumentou de modo mais amplo e consistente, ao longo de toda a série, mais do que triplicando o seu peso relativo, de 6 para 19 por cento do total de alunos.

Quanto à sua morfologia interna, além do peso muito elevado do nível pré-escolar (cerca de 25 por cento), que sempre o diferenciou do sector público, o ensino privado evoluiu gradualmente de uma estrutura que, tal como a do sector público, era dominada pelos três ciclos do Ensino Básico, para uma situação de predomínio acentuado dos níveis secundário e superior na estrutura interna. No sector público, pese embora alguma deslocação no mesmo sentido, os ciclos componentes da escolaridade obrigatória mantiveram sempre a parte do leão na estrutura da população discente (Tabelas 2.VI e 2.VII e Gráfico 2.11).

Tabela 2.VI - ALUNOS MATRICULADOS - ESTRUTURA, SEGUNDO O NÍVEL DE EDUCAÇÃO/ENSINO, POR ANO LECTIVO
(Totais nacionais do Ensino Público, em percentagem)^(a)

Ano lectivo	Nível de Ensino	Total	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	CET ⁽¹⁾	Ensino Superior ⁽²⁾	
				Total	1º Ciclo	2º Ciclo				3º Ciclo
1985/86		100,0	3,2	80,5	43,6	18,9	17,9	11,2	-	5,2
1986/87		100,0	3,4	79,1	42,0	19,1	17,9	12,3	-	5,3
1987/88		100,0	3,5	77,4	39,4	18,8	19,2	13,7	-	5,4
1988/89		100,0	3,7	76,9	37,5	18,5	20,9	13,6	-	5,7
1989/90		100,0	3,7	74,8	35,3	18,1	21,4	15,0	-	6,4
1990/91		100,0	4,0	72,0	32,5	17,4	22,1	16,8	-	7,2
1991/92		100,0	3,9	70,2	30,7	16,6	22,9	18,3	-	7,6
1992/93		100,0	4,0	68,5	29,4	16,1	23,0	19,0	-	8,6
1993/94		100,0	4,0	67,1	27,6	16,1	23,4	19,7	-	9,3
1994/95		100,0	4,2	65,6	27,0	15,0	23,6	20,3	-	9,9
1995/96		100,0	4,3	63,5	26,2	15,0	22,3	21,6	-	10,6
1996/97		100,0	5,0	62,3	25,8	14,5	22,0	20,9	-	11,9
1997/98		100,0	5,4	61,8	26,0	13,7	22,0	20,3	-	12,6
1998/99		100,0	5,7	61,8	26,5	13,7	21,5	19,6	-	12,9
1999/2000		100,0	6,2	60,7	26,5	13,5	20,7	19,3	-	13,8
2000/01		100,0	6,4	59,9	26,3	13,3	20,3	18,8	-	14,9
2001/02		100,0	6,8	59,3	26,0	13,4	19,9	18,1	-	15,8
2002/03		100,0	7,2	58,8	25,7	13,6	19,5	17,8	0,0	16,3
2003/04		100,0	7,5	58,6	25,7	13,7	19,2	17,7	0,0	16,2
2004/05 ⁽³⁾		100,0	7,8	58,8	26,1	13,6	19,1	17,3	0,0	16,1

(a) Fonte: GIASÉ (2006b)

1 - Cursos de Especialização Tecnológica.

2 - De 1985/86 a 1987/88 inclui os alunos do Ensino Médio.

3 - Dados preliminares.

Tabela 2.VII - ALUNOS MATRICULADOS - ESTRUTURA, SEGUNDO O NÍVEL DE EDUCAÇÃO/ENSINO, POR ANO LECTIVO
(Totais nacionais do Ensino Privado, em percentagem)

Ano lectivo	Nível de Ensino	Total	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	CET ⁽¹⁾	Ensino Superior ⁽²⁾	
				Total	1º Ciclo	2º Ciclo				3º Ciclo
1985/86		100,0	29,8	57,1	24,6	15,1	17,4	5,6	-	7,5
1986/87		100,0	31,5	52,9	21,7	15,5	15,6	5,3	-	10,3
1987/88		100,0	32,7	49,9	19,7	16,0	14,2	7,4	-	10,0
1988/89		100,0	35,5	44,4	19,7	10,0	14,7	8,1	-	12,0
1989/90		100,0	34,5	42,0	17,3	10,4	14,3	9,1	-	14,4
1990/91		100,0	32,8	40,1	18,1	8,9	13,2	10,1	-	17,0
1991/92		100,0	30,0	37,4	15,7	8,2	13,5	12,1	-	20,5
1992/93		100,0	29,1	33,8	13,2	7,8	12,8	13,9	-	23,2
1993/94		100,0	28,7	31,3	12,1	7,7	11,5	14,4	-	25,6
1994/95		100,0	27,1	30,1	12,5	6,6	11,0	15,0	-	27,7
1995/96		100,0	27,1	28,8	11,8	6,4	10,5	15,2	-	28,9
1996/97		100,0	26,0	28,8	11,3	6,7	10,8	14,7	-	30,5
1997/98		100,0	27,7	27,7	11,0	6,5	10,2	14,6	-	29,9
1998/99		100,0	28,1	28,9	11,9	6,7	10,2	14,3	-	28,7
1999/2000		100,0	27,5	29,0	12,2	6,7	10,1	15,1	-	28,4
2000/01		100,0	27,8	29,0	12,3	6,6	10,1	16,4	-	26,8
2001/02		100,0	27,8	29,2	12,2	6,9	10,1	16,8	-	26,3
2002/03		100,0	28,2	29,5	11,7	7,3	10,5	16,2	0,1	26,0
2003/04		100,0	28,6	29,6	11,8	7,3	10,6	16,0	0,3	25,4
2004/05 ⁽³⁾		100,0	29,9	29,8	12,1	7,0	10,7	16,1	0,4	23,8

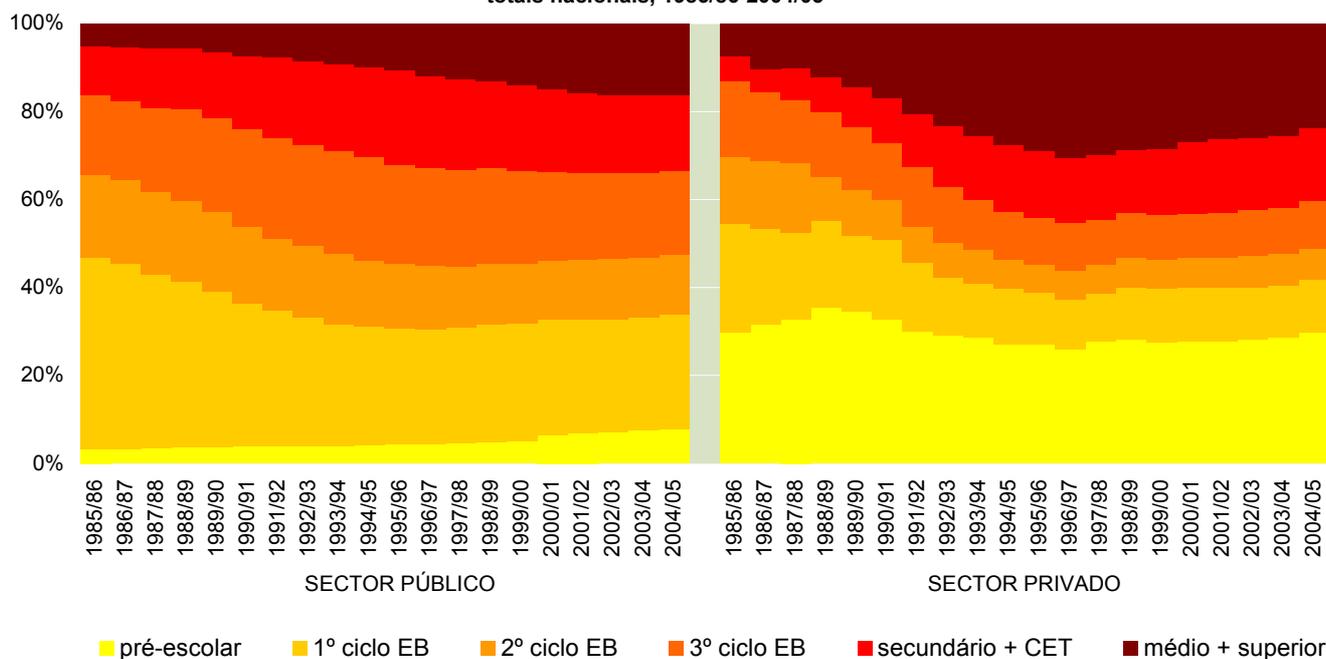
(a) Fonte: GIASE (2006b)

1 - Cursos de Especialização Tecnológica.

2 - De 1985/86 a 1987/88 inclui os alunos do Ensino Médio.

3 - Dados preliminares.

Gráfico 2.11
Alunos matriculados por nível de ensino e sector institucional
totais nacionais, 1985/86-2004/05



A tabela 2.VIII, abaixo, descreve a evolução da distribuição do **número de alunos matriculados por região** do território nacional, bem como da sua desagregação **por sector institucional**. As únicas regiões com variação positiva entre os extremos da série são o Norte (aumento de 20 077 alunos, uma variação percentual de 3 por cento), o Algarve (com mais 10 371 alunos, aumentou 15 por cento) e a Madeira (com mais 5 293 alunos, aumentou 10 por cento). Todas as outras regiões perderam efectivos discentes, destacando-se Lisboa e Vale do Tejo (que perdeu 36 118 efectivos, 5 por cento do total inicial) e o Alentejo (com menos 13 927 alunos, uma quebra de 13 por cento).

O sector público perdeu alunos em todas as regiões, excepto no Algarve e na Madeira, destacando-se, em termos absolutos, as quebras na região da capital (menos 73 507 alunos) e na região Centro (menos 36 159 alunos). Em termos relativos, sobressaem as quebras do sector público, uma vez mais, de Lisboa e Vale do Tejo (menos 12 por cento do valor inicial) e do Alentejo, cuja perda relativa superou os 16 por cento. O sector privado, ao invés, cresceu em todas as regiões, em termos absolutos mais na região da capital (com mais 37 389 alunos), no Norte (mais 45 562) e no Centro (mais 27 409); e em termo relativos sobressaindo a região Centro (com um aumento de 80 por cento relativamente ao valor inicial) e o Algarve (mais 60 por cento). Este aumento do sector privado paliou, em geral, a quebra do público, contribuiu significativamente para o aumento total de alunos matriculados nas duas regiões onde o sector público também cresceu (especialmente na Madeira, onde absorveu praticamente metade do acréscimo total), e, na região Norte, colmatou com excesso o decréscimo dos alunos matriculados no sector público, sendo responsável pelo aumento líquido aí registado (Gráficos 2.12 e 2.13).

Tabela 2.VIII - ALUNOS MATRICULADOS SEGUNDO O SECTOR POR ANO LECTIVO, POR NUTS I e II^(a)

NUTS I e II		1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/2000	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05 ⁽¹⁾
Público e Privado	Portugal	2 190 912	2 306 691	2 284 408	2 327 956	2 351 304	2 327 518	2 315 295	2 294 387	2 258 043	2 260 745	2 260 212	2 228 352	2 208 991	2 198 954	2 167 276
	Continente	2 080 749	2 184 512	2 159 828	2 204 432	2 226 966	2 205 295	2 192 540	2 172 953	2 138 968	2 143 590	2 143 453	2 113 996	2 095 326	2 084 632	2 052 402
	Norte	747 342	781 937	778 206	795 924	815 553	806 826	811 714	804 136	794 928	795 068	805 849	790 330	782 693	778 419	767 419
	Centro	380 841	392 988	394 225	404 263	399 295	398 055	397 161	398 016	391 510	394 324	391 013	387 362	384 710	380 027	372 091
	Lisboa e Vale do Tejo	770 700	821 570	798 188	813 172	817 985	807 951	792 638	781 200	763 613	762 640	756 920	752 134	745 545	744 899	734 582
	Alentejo	110 875	111 571	111 030	111 241	113 009	110 898	111 104	110 574	108 575	110 282	107 022	103 705	100 934	98 999	96 948
	Algarve	70 991	76 446	78 179	79 832	81 124	81 565	79 923	79 027	80 342	81 276	82 649	80 465	81 444	82 288	81 362
	R.A. Açores	57 324	58 462	59 867	61 823	62 306	61 882	62 385	61 797	60 187	58 661	58 472	57 352	56 970	56 241	56 742
R.A. Madeira	52 839	63 717	64 713	61 701	62 032	60 341	60 370	59 637	58 888	58 494	58 287	57 004	56 695	58 081	58 132	
Público	Portugal	1 896 979	1 971 979	1 932 495	1 959 891	1 971 365	1 927 807	1 907 289	1 881 217	1 847 321	1 843 121	1 834 792	1 802 759	1 784 653	1 779 117	1 752 962
	Continente	1 798 294	1 861 610	1 819 136	1 847 736	1 858 388	1 817 547	1 799 604	1 771 686	1 740 476	1 738 517	1 731 438	1 702 260	1 685 782	1 679 288	1 653 299
	Norte	650 432	673 411	658 992	670 216	686 677	669 395	675 084	663 658	656 928	654 342	657 633	642 860	636 488	634 595	624 947
	Centro	346 856	353 406	350 363	353 952	353 093	349 373	343 178	340 686	332 584	333 974	331 398	327 183	322 751	318 614	310 697
	Lisboa e Vale do Tejo	633 415	662 964	637 443	648 852	641 510	623 125	608 047	596 073	580 517	577 397	572 473	567 484	564 215	564 923	559 908
	Alentejo	102 575	101 735	101 076	101 246	101 974	99 923	99 429	99 594	97 780	99 519	95 775	92 644	89 642	87 802	85 920
	Algarve	65 016	70 094	71 262	73 470	75 134	75 731	73 866	71 675	72 667	73 285	74 159	72 089	72 686	73 354	71 827
	R.A. Açores	53 097	54 110	56 167	58 062	58 377	57 933	58 718	58 159	56 589	55 186	54 597	53 180	51 834	51 394	51 039
R.A. Madeira	45 588	56 259	57 192	54 093	54 600	52 327	48 967	51 372	50 256	49 418	48 757	47 319	47 037	48 435	48 624	
Privado	Portugal	293 933	334 712	351 913	368 065	379 939	399 711	408 006	413 170	410 722	417 624	425 420	425 593	424 338	419 837	414 314
	Continente	282 455	322 902	340 692	356 696	368 578	387 748	392 936	401 267	398 492	405 073	412 015	411 736	409 544	405 344	399 103
	Norte	96 910	108 526	119 214	125 708	128 876	137 431	136 630	140 478	138 000	140 726	148 216	147 470	146 205	143 824	142 472
	Centro	33 985	39 582	43 862	50 311	46 202	48 682	53 983	57 330	58 926	60 350	59 615	60 179	61 959	61 413	61 394
	Lisboa e Vale do Tejo	137 285	158 606	160 745	164 320	176 475	184 826	184 591	185 127	183 096	185 243	184 447	184 650	181 330	179 976	174 674
	Alentejo	8 300	9 836	9 954	9 995	11 035	10 975	11 675	10 980	10 795	10 763	11 247	11 061	11 292	11 197	11 028
	Algarve	5 975	6 352	6 917	6 362	5 990	5 834	6 057	7 352	7 675	7 991	8 490	8 376	8 758	8 934	9 535
	R.A. Açores	4 227	4 352	3 700	3 761	3 929	3 949	3 667	3 638	3 598	3 475	3 875	4 172	5 136	4 847	5 703
R.A. Madeira	7 251	7 458	7 521	7 608	7 432	8 014	11 403	8 265	8 632	9 076	9 530	9 685	9 658	9 646	9 508	

(a) Fonte: GIASE (2006b).

1 - Dados preliminares.

Gráfico 2.12
Variação do número de alunos matriculados por sector institucional e região
 NUT II, 1990/91-2004/05

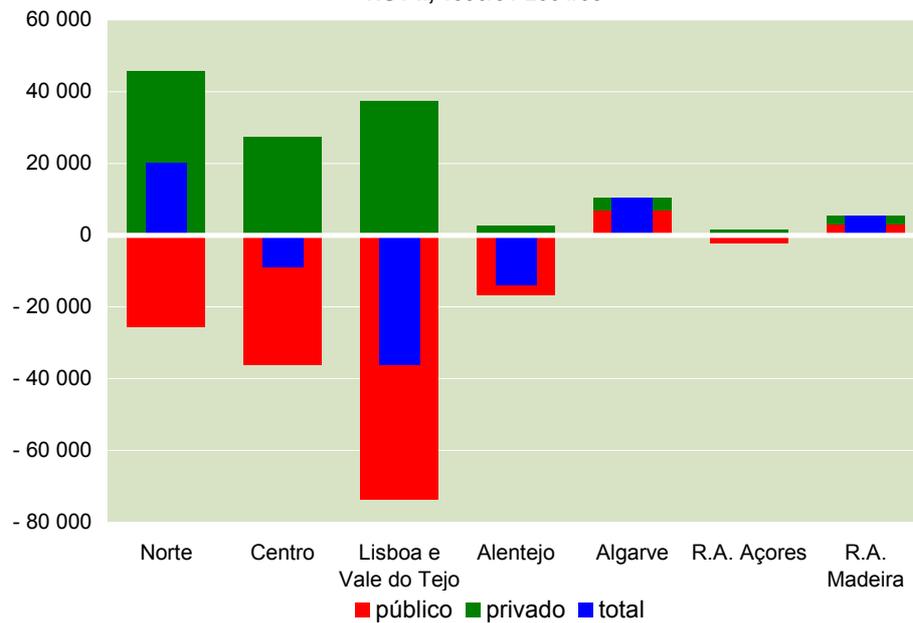
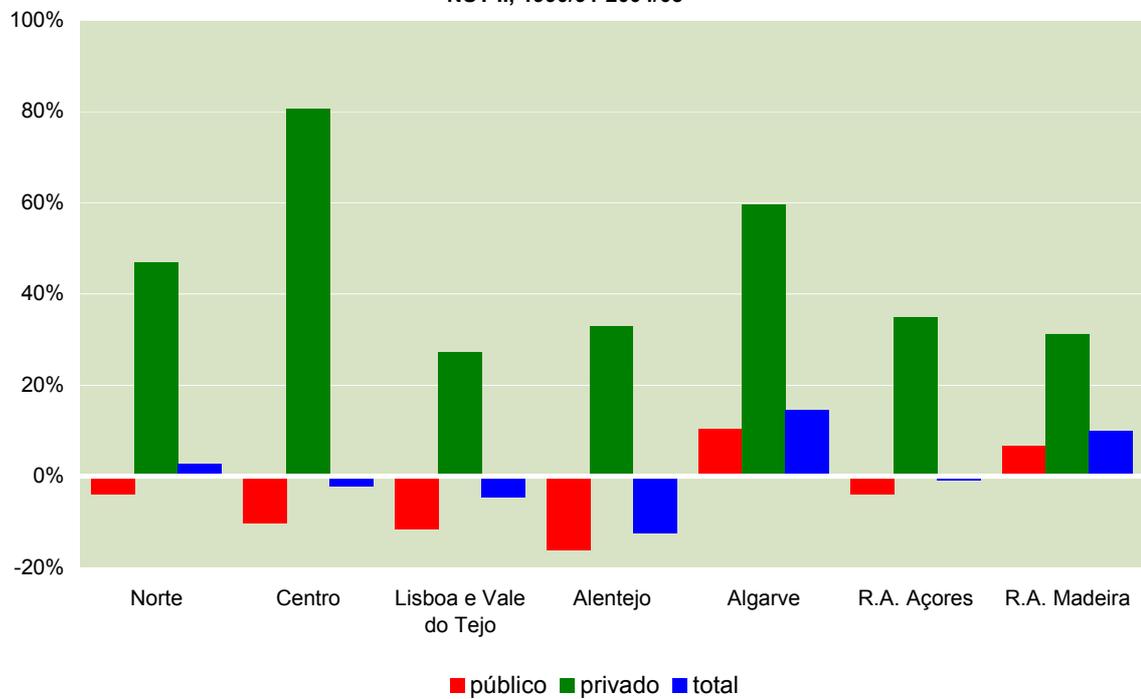


Gráfico 2.13
Variação percentual do número de alunos matriculados por sector institucional e região
 NUT II, 1990/91-2004/05



Todas as séries regionais partilham uma subida de efectivos até meados da década de 90 (excepção feita à Madeira, que cresceu muito rapidamente até 1992/93, começando logo a regredir); depois, com ligeiras diferenças cronológicas, todas desaceleraram o crescimento e acabam por regredir, a maior ou menor grau. Diferenciam-se especialmente o Algarve, onde a tendência recessiva inverteu consistentemente desde 1997/98 e, pelo contrário, o Alentejo, onde aquela se acentuou muito fortemente, em termos relativos, a partir de 1999/2000. A única alteração digna de nota nas posições relativas consistiu na ultrapassagem da região da capital pela região Norte, irreversível desde 1996/97 (Gráficos 2.14 e 2.15).

Gráfico 2.14
Alunos matriculados por região
NUT I-II, 1990/91-2004/05

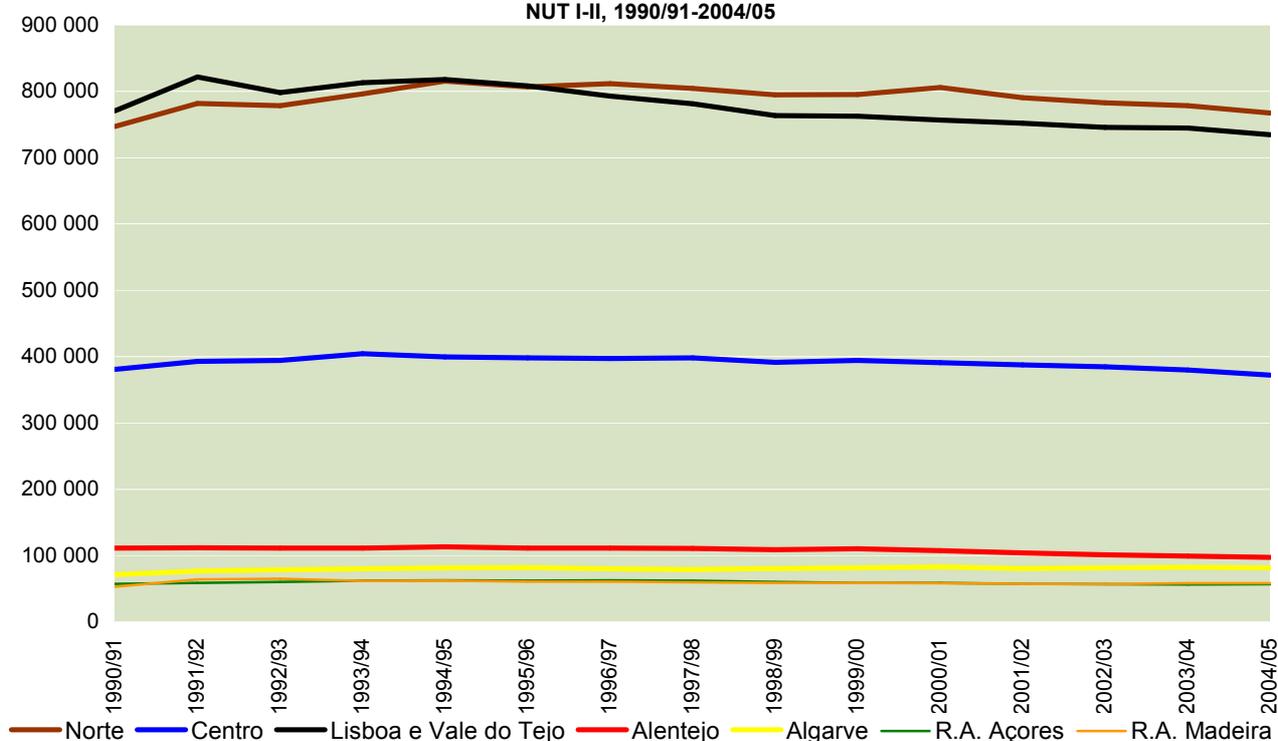
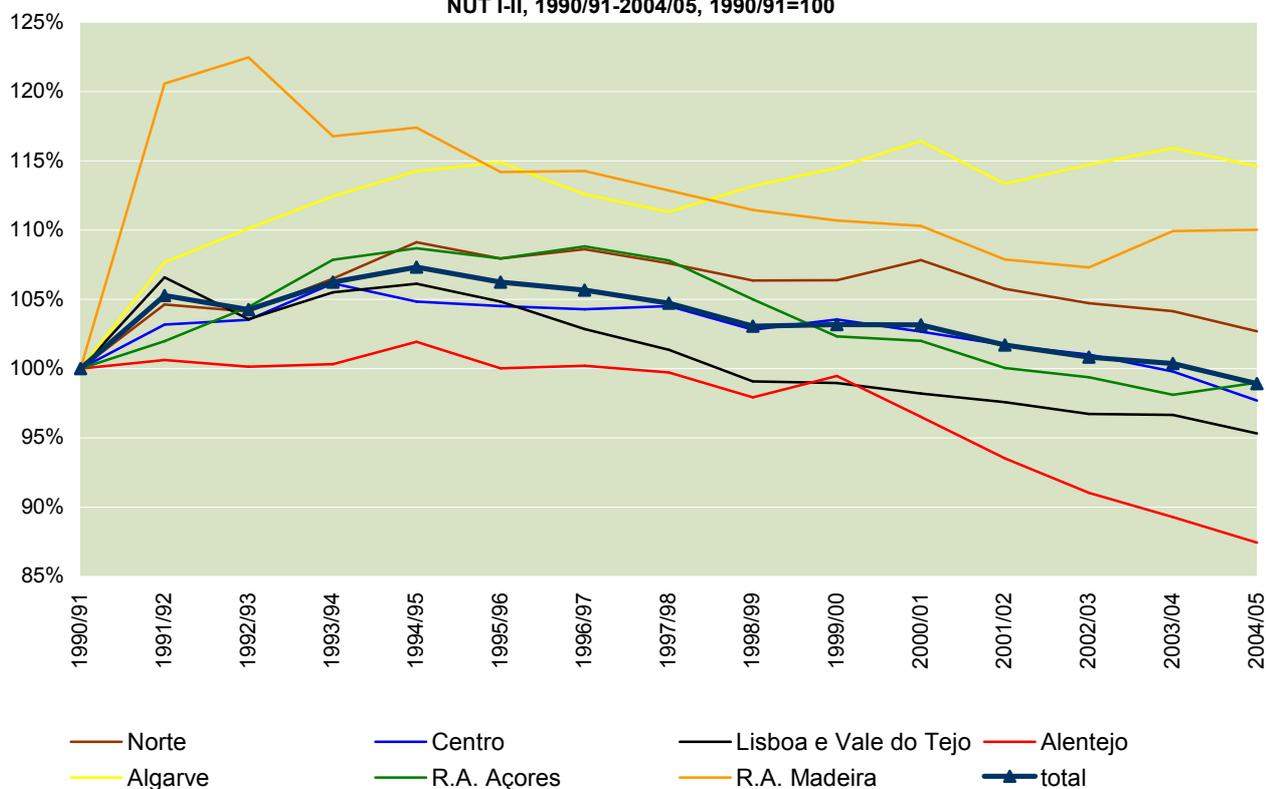
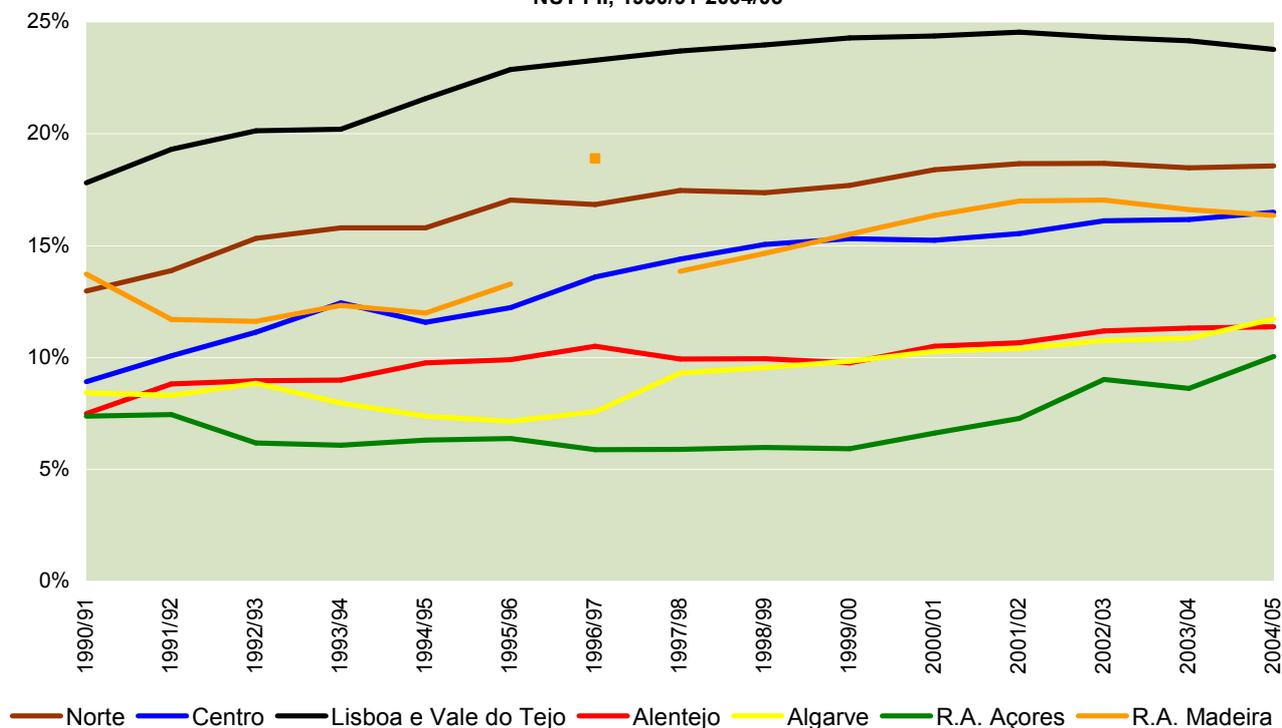


Gráfico 2.15
Índices de alunos matriculados por região
 NUT I-II, 1990/91-2004/05, 1990/91=100



Todas as regiões espelham a tendência para o aumento da importância relativa do sector privado, com alguns anos de atraso nos Açores e no Algarve (exceptuada a flutuação atípica registada na Madeira em 1996/97, que requereria uma inspecção mais pormenorizada da qualidade dos dados, e que por isso foi omitida no traçado da respectiva linha do gráfico). A região de Lisboa e Vale do Tejo liderou sempre na proporção de alunos matriculados em escolas no sector privado, seguida a uma distância de entre 5 e 7 pontos percentuais pela região Norte. Numa posição mediana, situam-se sempre as regiões do Centro e da Madeira; entre as regiões com menor expressão do sector privado, salienta-se sobretudo o tardio crescimento do peso relativo do sector nos Açores, só após terminada a década de 90 (Gráfico 2.16).

Gráfico 2.16
Percentagem de alunos matriculados no sector privado, por região
 NUT I-II, 1990/91-2004/05



A **taxa real de escolarização por nível de ensino** faculta-nos a relação percentual entre o número de alunos matriculados num ciclo, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários (Tabela 2.IX). A variação observada entre os anos extremos das séries revela progressos evidentes na cobertura da população em idade escolar pelos níveis de ensino correspondentes (excepção feita ao 1º ciclo do Ensino Básico, cuja taxa igualava já a unidade no início do período), tanto maiores quanto mais baixos eram os níveis de partida. Assim, a taxa de pré-escolarização quase triplicou, aumentando 50 pontos percentuais; no 2º ciclo, a variação foi de 43 por cento, com um aumento de 26 pontos percentuais; no 3º ciclo, a taxa duplicou, com um aumento de 41 pontos percentuais; no Ensino Secundário, mais do que triplicou, com um aumento de 40 pontos percentuais; finalmente, mais do que quadruplicou no Ensino Superior, mediante um aumento de 21 pontos percentuais (Gráfico 2.17)

Tabela 2.IX - TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO, SEGUNDO O NÍVEL DE EDUCAÇÃO/ENSINO, POR ANO LECTIVO
(dados nacionais, em percentagem)

Ano lectivo	Portugal						Continente						
	Nível de Ensino	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Superior ⁽¹⁾	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Superior ⁽¹⁾
			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo				1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo		
1985/86		26,7	100,0	60,7	41,0	17,8	6,0	27,0	100,0	61,7	42,1	18,1	6,3
1986/87		30,2	100,0	62,7	41,2	19,5	6,5	30,6	100,0	63,7	41,8	19,8	6,8
1987/88		34,0	100,0	67,5	44,7	23,7	7,1	34,2	100,0	68,7	45,4	24,0	7,4
1988/89		37,9	100,0	66,9	49,5	24,0	7,7	38,1	100,0	67,9	50,3	24,3	8,0
1989/90		41,7	100,0	69,2	54,0	28,2	9,2	41,9	100,0	70,1	54,8	28,5	9,7
1990/91		47,1	100,0	71,7	58,3	31,0	10,8	47,6	100,0	73,0	59,3	31,7	11,2
1991/92		51,7	100,0	78,5	65,5	40,1	12,4	51,9	100,0	78,9	66,1	40,6	12,9
1992/93		52,7	100,0	81,4	66,4	43,7	17,7	52,8	100,0	81,6	67,2	44,0	18,4
1993/94		54,2	100,0	87,8	72,2	49,1	19,6	54,3	100,0	88,9	73,2	49,6	20,4
1994/95		53,8	100,0	85,2	77,9	51,5	18,8	53,8	100,0	86,2	78,8	52,4	19,6
1995/96		55,7	100,0	88,1	80,8	58,8	20,3	55,4	100,0	89,0	81,7	59,9	21,2
1996/97		60,1	100,0	89,1	82,5	59,4	23,4	59,8	100,0	89,0	82,8	59,8	24,3
1997/98		65,9	100,0	87,3	82,7	59,1	24,5	65,8	100,0	88,1	83,5	59,8	25,5
1998/99		68,6	100,0	88,7	83,5	58,6	24,0	68,7	100,0	89,5	84,4	59,6	25,0
1999/2000		71,6	100,0	87,4	83,9	58,8	24,9	71,6	100,0	88,2	84,8	59,6	25,9
2000/01		74,8	100,0	87,0	86,8	62,5	26,1	74,8	100,0	87,9	87,6	63,4	27,2
2001/02		76,3	100,0	86,0	84,4	59,7	26,3	76,2	100,0	86,7	84,9	60,4	27,4
2002/03		76,4	100,0	86,8	82,5	58,9	27,1	76,3	100,0	87,3	83,2	59,5	28,3
2003/04		77,1	100,0	86,9	82,0	58,0	27,3	76,9	100,0	87,3	82,8	58,5	28,5
2004/05 ⁽²⁾		x	x	x	x	x	x	77,2	x	x	x	x	x

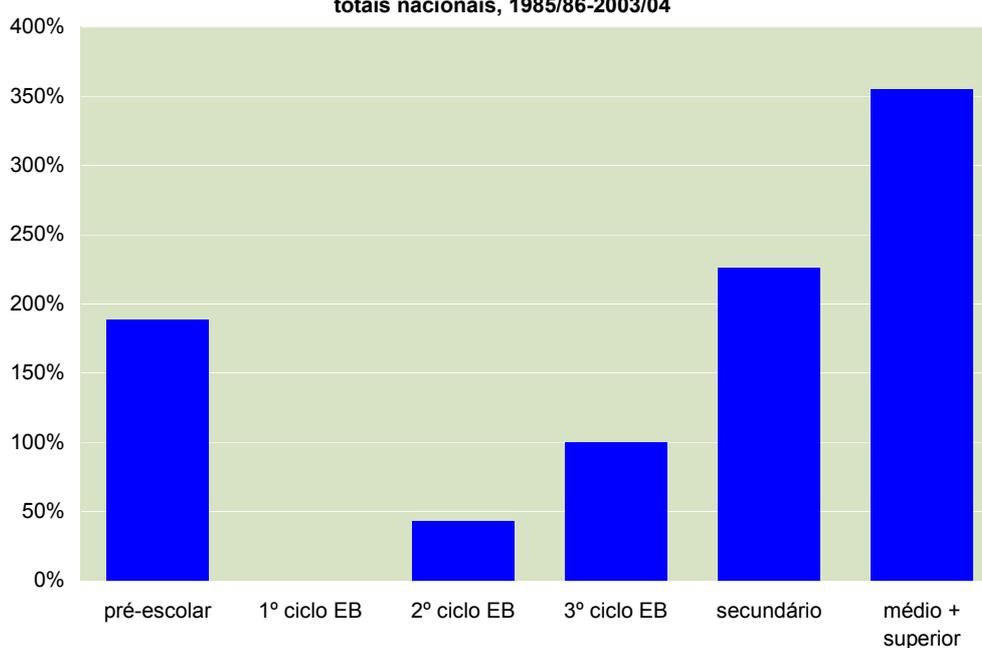
(a) Fonte: CIASE (2006b).

1- De 1985/86 a 1987/88 inclui os alunos do Ensino Médio.

2- Dados preliminares.

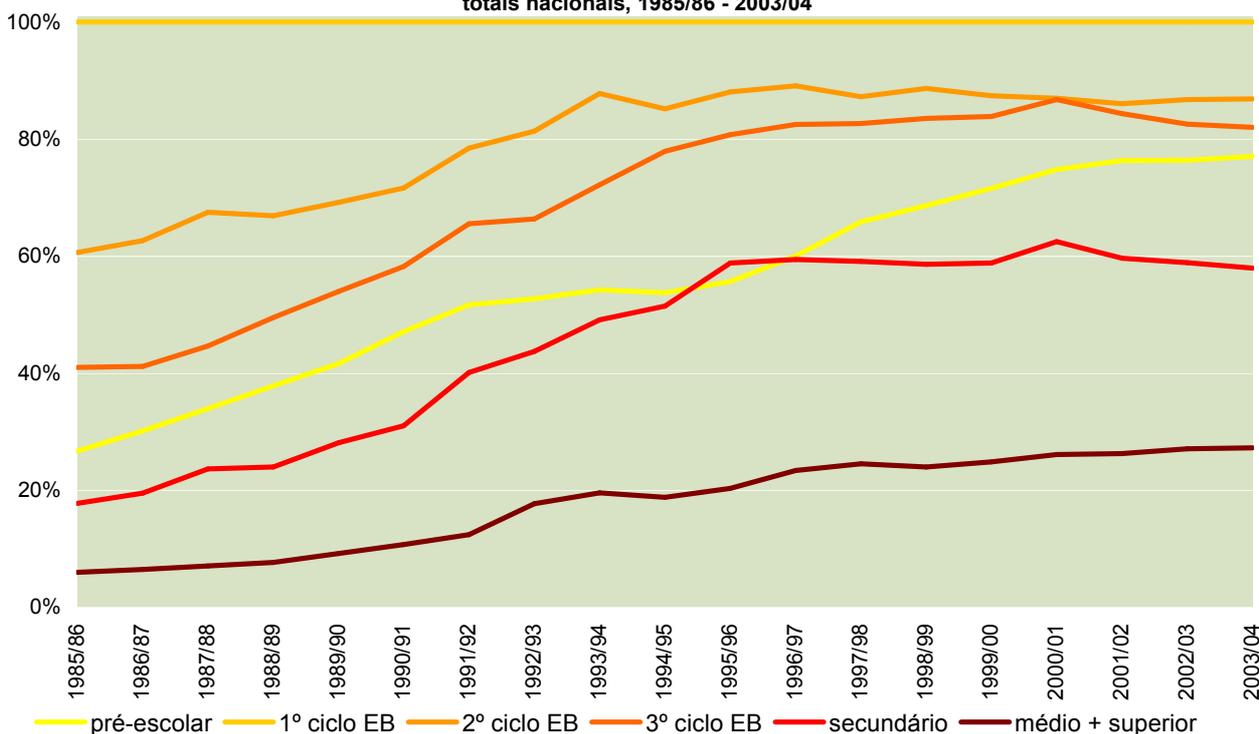
x - Valor não disponível

Gráfico v2.17
Variação percentual da taxa real de escolarização por nível de ensino
totais nacionais, 1985/86-2003/04



Esses progressos ocorreram, na maior parte dos níveis de ensino, até meados da década de 90. A taxa real de escolarização do 2º ciclo do ensino Básico estagnou a partir de 1993/94, nunca chegando a atingir os 90 por cento; a do 3º ciclo quedou-se abaixo dos 85 por cento a partir de 1986/87, salvo uma oscilação pontual em 2000/01. Assim, os dois níveis mais elevados da escolaridade obrigatória situam-se abaixo da plena cobertura da sua população de referência, não mostrando sinais de evolução no último decénio. A taxa real de escolarização no Ensino Secundário deixou de crescer a partir de 1995/96, quedando-se abaixo dos 60 por cento e mostrando mesmo uma ligeira tendência descendente nos últimos anos. Só os níveis pré-escolar e superior evidenciam tendências de crescimento mais prolongadas, o primeiro aproximando-se notavelmente dos 80 por cento, e o segundo abrandando o crescimento após 1996/97, tendendo para a estagnação no patamar, ainda muito baixo, de cerca de 27 por cento da população de referência (Gráfico 2.18).

Gráfico 2.18
Taxa real de escolarização por nível de ensino
totais nacionais, 1985/86 - 2003/04



Recordando que a população de referência é constituída pela população residente no intervalo de idades normal para a frequência de cada ciclo de ensino, os valores inferiores à unidade da taxa real de escolarização resultam da composição de dois fenómenos: as saídas de alunos do sistema antes de atingirem o ciclo de ensino, e as retenções em ciclos antecedentes

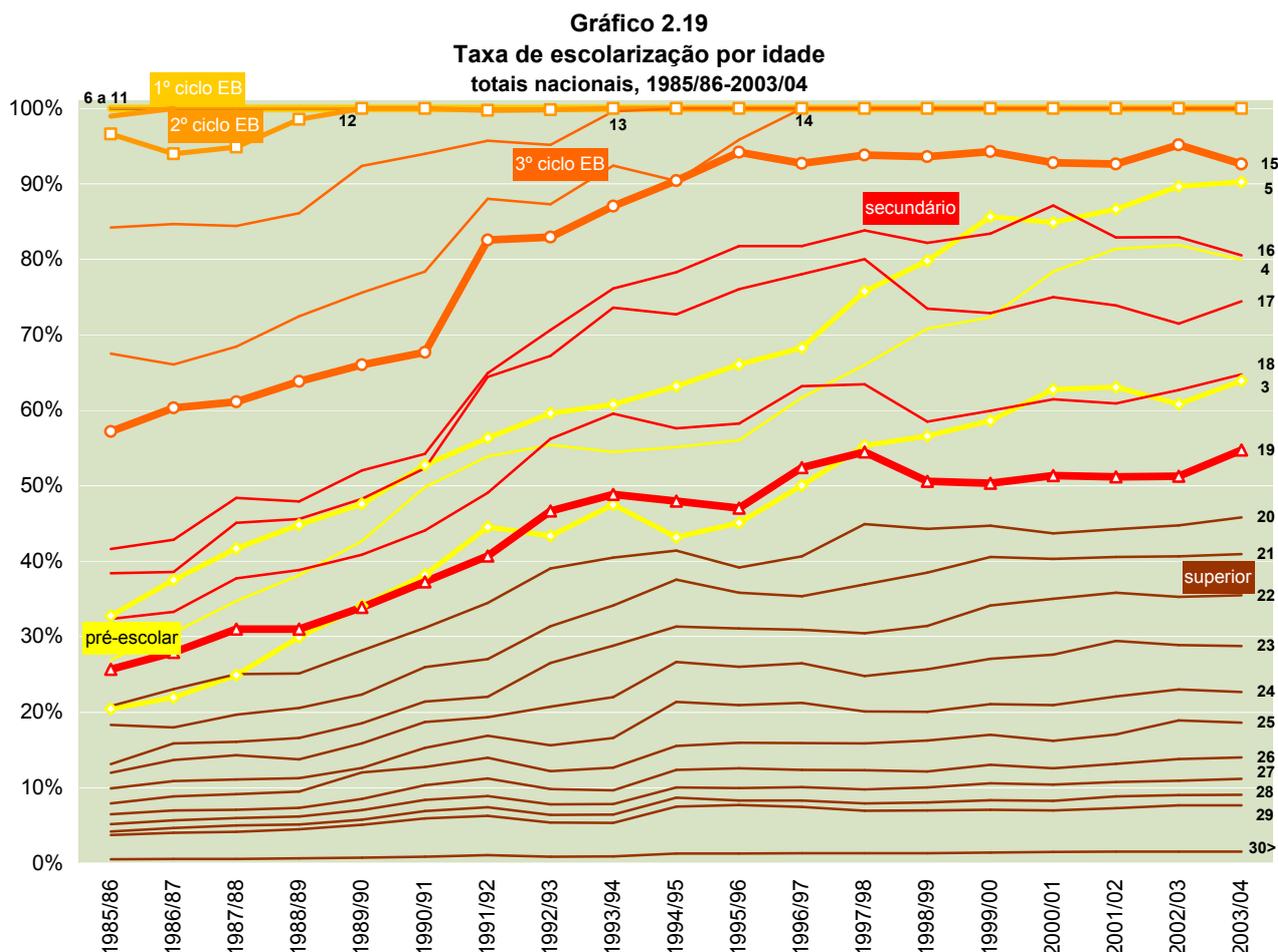
ou no próprio ciclo, prolongando a sua frequência para além da idade normal de transição; sendo que o segundo fenómeno tenderá, plausivelmente, a aumentar a probabilidade do primeiro. Embora a taxa em si mesma nada nos diga sobre o peso relativo destes dois fenómenos, alerta claramente para a sua (co)existência; o relacionamento destes valores com os da taxa bruta de escolarização permitir-nos-á, adiante, elucidar algo mais este processo.

A evolução da **taxa de escolarização por idade** oferece uma perspectiva complementar que, no essencial, confirma as tendências que acabámos de descrever. Além da lentidão da implantação efectiva da escolaridade obrigatória – só decorridos dez anos da sua aprovação a taxa real de escolarização atingiu os 100 por cento aos 14 anos –, a dificuldade de expansão do sistema para lá do ensino básico é notória nas quebras sucessivas da taxa de escolarização a partir dos 15 anos, idade de transição entre o terceiro ciclo do Ensino Básico e o Ensino Superior. Com efeito, aos 15 anos a taxa estagnou abaixo dos 95 por cento a partir de 1995/96, após uma subida acentuada que constituiu a principal expansão da cobertura populacional do sistema e que reduziu a diferença das taxas de escolarização entre os 12 e o 15 anos, de 40 por cento em 1985/86, para apenas 7 por cento em 2003/04. Mas a sua quebra entre os 15 e os 16 anos, que se situava em torno dos 15 por cento nos anos iniciais, só decresceu muito lentamente e excede ainda os 10 por cento nos anos mais recentes. Por cada ano de idade acima dos 15, a quebra é tendencialmente superior a 10 por cento, a partir da segunda metade da década de 90. Entre os 15 e os 19 anos, na transição para o Ensino Superior, a quebra da taxa de escolarização aumentou de cerca de 30 por cento nos anos iniciais da série para mais de 40 por cento a partir de 1991/92. Como vimos acima, as diferenças entre os máximos históricos de alunos matriculados em cada ciclo sugerem que essa perda de potencial é em parte definitiva, logo desde o Ensino Básico, não resultando apenas em atrasos etários na conclusão dos ciclos. Por outro lado, com excepção das correspondentes ao nível pré-escolar, todas as séries etárias dão sinais de saturação de crescimento a partir da segunda metade da década de 90 ou dos anos iniciais do século XXI, projectando para o futuro próximo uma estagnação do crescimento das qualificações escolares da população ainda muito aquém dos níveis de desenvolvimento almejados (Tabela 2.X e gráfico 2.19).

Tabela 2.X - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO POR IDADE E ANO LECTIVO (dados nacionais, em percentagem)^(a)

Ano lectivo	85/86	86/87	87/88	88/89	89/90	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	
Idade																				
3	20,4	22,0	24,9	29,9	34,1	38,2	44,5	43,4	47,5	43,2	45,1	50,0	55,3	56,6	58,6	62,8	63,1	60,8	63,9	
4	26,9	30,5	34,7	38,1	42,7	49,8	53,9	55,4	54,5	55,1	56,0	61,7	66,1	70,8	72,3	78,4	81,4	81,9	79,9	
5	32,7	37,5	41,7	44,8	47,6	52,8	56,4	59,6	60,8	63,2	66,1	68,3	75,7	79,8	85,6	84,9	86,6	89,6	90,2	
6	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
7	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
8	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
10	99,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
11	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
12	96,6	94,0	94,8	98,5	100,0	100,0	99,7	99,8	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
13	84,2	84,7	84,4	86,1	92,4	94,0	95,7	95,2	99,6	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
14	67,5	66,1	68,5	72,5	75,6	78,3	88,0	87,3	92,4	90,4	95,8	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
15	57,2	60,3	61,1	63,8	66,1	67,7	82,5	82,9	87,0	90,4	94,2	92,7	93,8	93,6	94,3	92,8	92,6	95,2	92,6	
16	41,6	42,9	48,4	47,9	52,0	54,2	64,9	70,6	76,1	78,3	81,7	81,7	83,8	82,2	83,4	87,1	82,9	82,9	80,5	
17	38,4	38,6	45,1	45,6	48,3	52,3	64,4	67,2	73,6	72,7	76,0	78,0	80,0	73,5	72,8	75,0	73,9	71,5	74,4	
18	32,3	33,3	37,7	38,8	40,9	44,0	49,1	56,2	59,6	57,6	58,2	63,2	63,5	58,5	59,9	61,4	60,9	62,7	64,8	
19	25,7	27,9	31,0	31,0	33,8	37,3	40,7	46,6	48,8	48,0	47,0	52,4	54,5	50,6	50,3	51,4	51,2	51,3	54,7	
20	20,8	23,1	25,1	25,2	28,2	31,2	34,4	39,0	40,5	41,4	39,1	40,6	44,9	44,3	44,7	43,7	44,2	44,8	45,8	
21	18,3	18,0	19,7	20,6	22,4	26,0	27,1	31,4	34,1	37,6	35,8	35,4	36,9	38,5	40,6	40,3	40,6	40,6	40,9	
22	13,1	15,9	16,1	16,6	18,5	21,4	22,1	26,5	28,8	31,3	31,1	30,9	30,4	31,4	34,1	35,0	35,8	35,3	35,5	
23	12,0	13,7	14,3	13,7	15,9	18,7	19,3	20,7	22,0	26,7	26,0	26,5	24,8	25,7	27,1	27,7	29,4	28,9	28,7	
24	9,9	10,9	11,1	11,3	12,6	15,3	16,9	15,6	16,6	21,4	21,0	21,2	20,1	20,1	21,1	20,9	22,1	23,0	22,7	
25	7,9	8,9	9,2	9,5	12,0	12,7	14,0	12,2	12,7	15,5	16,0	15,9	15,9	16,3	17,0	16,2	17,0	18,9	18,6	
26	6,5	7,0	7,1	7,3	8,5	10,3	11,2	9,8	9,7	12,4	12,6	12,4	12,3	12,1	13,0	12,6	13,2	13,8	14,0	
27	5,1	5,7	6,0	6,2	7,0	8,4	8,9	7,8	7,8	10,0	9,9	10,1	9,8	10,0	10,6	10,4	10,7	10,9	11,2	
28	4,2	4,7	5,0	5,1	5,8	6,9	7,4	6,4	6,4	8,7	8,3	8,3	7,9	8,1	8,3	8,3	8,9	9,0	9,1	
29	3,7	4,0	4,2	4,5	5,1	5,9	6,3	5,4	5,3	7,5	7,7	7,5	6,9	7,0	7,1	7,0	7,3	7,6	7,7	
30 e mais	0,5	0,6	0,6	0,7	0,7	0,9	1,0	0,8	0,9	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4	1,5	1,5	1,5	1,5	

(a) Fonte: GIASE (2006b).



A **taxa bruta de escolarização por nível de ensino** dá-nos uma primeira perspectiva de conjunto sobre a eficiência global do sistema. É a relação percentual entre os alunos matriculados num ciclo de estudos (independentemente da idade), e a população residente com idade normal de frequência desse ciclo. Como podemos observar (Tabela 2.XI), apresenta frequentemente valores superiores a 100 por cento. Tal indica a existência de alunos a frequentar um determinado nível de ensino fora da idade própria, seja porque apresentam desvio etário face à idade normal de frequência no ensino regular, seja porque integram regimes não regulares de escolaridade, como o ensino nocturno e o ensino recorrente. Por outro lado, a **taxa bruta de escolarização no ensino regular, por nível de ensino** aplica a mesma medida apenas aos alunos que frequentam a escolaridade regular, subtraindo à taxa bruta de escolarização total os que se encontram em regimes não regulares (Tabela 2.XII). Esta taxa parcelar aplica-se apenas aos níveis de ensino em que estão definidos regimes não regulares, o que exclui o pré-escolar e, lamentavelmente, também o superior (embora neste se justificasse plenamente esta desagregação, quando existam cursos nocturnos ou outras modalidades endereçadas a públicos mais velhos e de trabalhadores-estudantes).

INSISTE - Indicadores do Sistema Educativo Português, 1986-2006

Tabela 2.XI - TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO, SEGUNDO O NÍVEL DE EDUCAÇÃO/ENSINO, POR ANO LECTIVO
(dados nacionais, em percentagem)

Ano lectivo	Portugal							Continente				
	Nível de Ensino Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Superior ⁽¹⁾	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Superior ⁽¹⁾
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo				1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo		
1985/86	29,3	136,3	112,3	73,6	44,1	13,6	29,7	135,8	112,9	74,6	44,7	14,2
1986/87	32,3	136,7	114,1	72,7	48,4	14,9	32,7	136,1	114,7	73,0	49,0	15,6
1987/88	36,1	133,0	118,4	77,3	54,8	15,8	36,4	132,3	119,1	77,9	55,7	16,5
1988/89	40,3	129,9	118,4	83,0	54,7	17,1	40,6	129,2	118,9	83,7	55,2	17,9
1989/90	44,6	128,9	122,0	87,5	60,9	20,2	44,9	128,2	122,7	88,3	61,4	21,1
1990/91	50,7	126,7	120,4	94,2	67,7	23,4	51,3	125,9	121,8	95,1	69,3	24,4
1991/92	53,9	128,5	123,3	106,1	77,6	27,0	54,3	128,0	123,8	107,0	78,5	28,1
1992/93	55,1	125,6	122,0	108,5	82,2	30,1	55,2	125,1	122,2	109,4	82,8	31,3
1993/94	56,5	125,1	127,7	114,1	90,6	33,3	56,7	124,5	128,0	114,9	91,7	34,7
1994/95	56,2	128,6	124,2	118,4	98,6	36,1	56,3	128,1	124,6	119,1	99,6	37,5
1995/96	58,0	124,5	127,2	114,0	106,1	38,6	57,8	123,9	127,6	114,7	107,4	40,1
1996/97	61,1	122,2	128,8	115,3	103,9	43,0	60,9	121,6	128,9	115,9	105,2	44,6
1997/98	67,3	121,2	124,7	118,6	102,3	45,1	67,2	120,2	124,6	119,4	103,3	46,8
1998/99	70,3	122,1	125,2	119,2	100,1	45,8	70,2	121,3	125,0	119,8	101,0	47,6
1999/2000	73,3	123,6	123,2	119,6	102,1	49,3	73,3	122,8	123,0	120,4	102,9	51,2
2000/01	75,6	125,1	120,7	119,2	105,4	52,1	75,4	124,4	120,5	119,6	106,5	54,1
2001/02	77,2	122,7	119,8	116,8	105,4	54,1	76,9	122,0	119,7	117,1	106,3	56,3
2002/03	77,3	120,2	122,7	113,8	106,4	55,7	76,9	119,4	122,4	114,1	107,3	58,0
2003/04	77,9	119,7	125,0	112,2	107,5	56,8	77,5	118,7	124,6	112,3	108,3	59,2
2004/05 ⁽²⁾	78,5	119,3	124,6	111,0	105,5	56,7	77,9	118,3	124,2	110,9	106,0	59,1

(a) Fonte: GIASE (2006b).

1 - De 1985/86 a 1987/88 inclui os alunos do Ensino Médio.

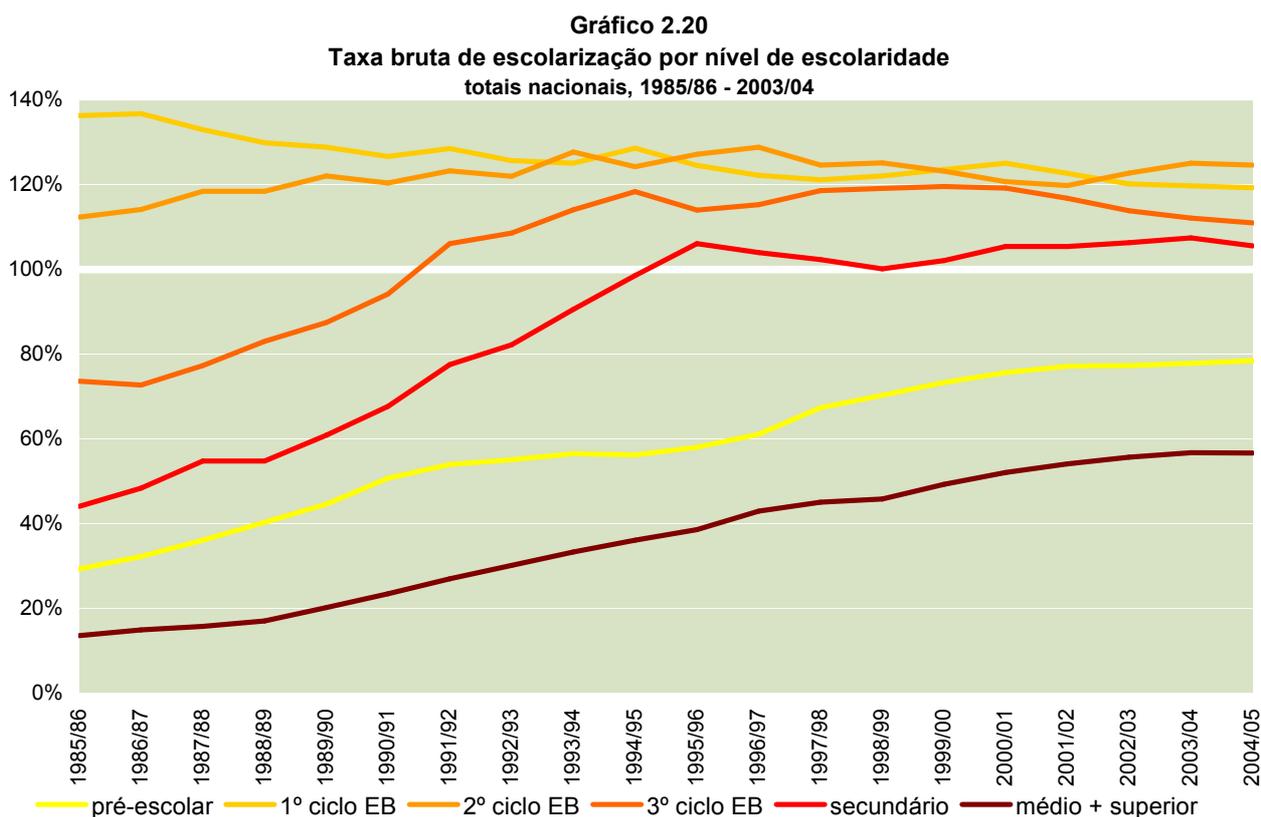
Tabela 2.XII - TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO REGULAR,
POR ANO LECTIVO (dados nacionais, em percentagem) ^(a)

Ano lectivo	Portugal					Continente			
	Nível de Ensino	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Básico			Ensino Secundário
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
1985/86		136,3	109,8	73,6	44,1	135,8	110,3	74,6	44,7
1986/87		136,7	110,8	72,7	48,4	136,1	111,3	73,0	49,0
1987/88		133,0	115,5	77,3	54,8	132,3	116,2	77,9	55,7
1988/89		129,9	115,9	83,0	54,7	129,2	116,4	83,7	55,2
1989/90		128,9	119,4	87,5	60,9	128,2	120,1	88,3	61,4
1990/91		126,7	117,5	94,2	67,7	125,9	119,0	95,1	69,3
1991/92		128,5	120,5	104,6	77,6	128,0	121,2	105,6	78,5
1992/93		125,6	119,5	105,8	81,8	125,1	119,8	106,7	82,7
1993/94		125,1	125,7	108,9	89,8	124,5	126,1	109,8	91,2
1994/95		125,7	118,6	108,0	97,0	125,1	118,8	108,7	98,3
1995/96		122,0	122,8	104,8	103,4	121,3	123,2	105,4	104,8
1996/97		119,8	124,0	104,3	96,5	118,9	123,9	104,8	97,6
1997/98		118,0	121,3	107,3	93,4	117,2	121,2	107,9	94,2
1998/99		118,3	121,6	108,8	89,4	117,5	121,3	109,3	90,1
1999/2000		119,3	119,6	109,7	88,9	118,5	119,3	110,3	89,4
2000/01		121,2	116,8	110,3	86,4	120,5	116,5	110,5	87,0
2001/02		119,3	117,1	108,2	84,2	118,6	116,9	108,5	84,7
2002/03		116,9	120,0	106,4	84,2	116,1	119,6	106,6	84,5
2003/04		116,4	121,9	106,2	85,5	115,3	121,3	106,3	85,7
2004/05 ⁽¹⁾		116,1	121,3	105,9	86,2	115,1	120,8	105,8	86,1

(a) Fonte: GIASE (2006b).

1 - Dados preliminares.

Além da subida já constatada do ensino pré-escolar, onde a distinção entre as taxas real e bruta de escolarização não tem significado, as taxas brutas de escolarização dos dois ciclos iniciais de escolaridade situam-se acima da unidade durante todo o período, mostrando o 1º ciclo uma tendência geralmente decrescente e o 2º ciclo uma tendência ascendente até 1996/97 e descendente a partir daí. Estes comportamentos estão relacionados com a plenitude de cobertura já alcançada no 1º ciclo e a gradual redução dos valores de retenção e desistência, tendência seguida pelo 2º ciclo com algum atraso. Mais espectaculares são os comportamentos das taxas relativas ao 3º ciclo do Ensino Básico e ao Ensino Secundário, mostrando a expansão acelerada e em paralelo destes dois níveis durante o decénio subsequente à entrada em vigor da Lei de Bases do Sistema Educativo. O Ensino Superior, por seu lado, revela um crescimento mais gradual, longe de acompanhar a expansão da escolarização secundária e mostrando sinais de saturação a um nível ainda comparativamente baixo desde 2002/03 (Gráfico 2.20).



Dadas as definições acima, as relações das taxas brutas total e regular entre si e com a taxa real de escolarização permitem calcular algumas medidas para diferenciar a composição dos efectivos. Assim, o rácio da diferença entre a taxa bruta de escolarização (TBE) e a taxa real de escolarização (TRE) à taxa bruta de escolarização permite calcular a percentagem da população discente de um nível de ensino que nele se encontra em idade diferente da sua idade de referência $[(TBE-TRE)/TBE \times 100]$, a que chamamos **índice de desvio etário** (IDE). Presumindo que é negligenciável a parcela desta percentagem constituída por alunos que ingressaram no ciclo em idade inferior à normal, assumimos que o desvio etário indica o volume relativo de alunos em idade superior à idade de referência do nível em que se encontram. Por outro lado, o desvio etário tem duas componentes: a dos alunos que permanecem no ensino regular para além da idade de referência, devido a retenções passadas, e a daqueles que, atingida a idade adulta, reingressam no sistema educativo através dos regimes não regulares para educação de adultos (ou, no caso do Ensino Secundário, se transferem do regime regular para o recorrente). Assim, um rácio idêntico ao anterior, mas desta vez calculado com a taxa bruta de escolarização no ensino regular (TBER), dá-nos a percentagem da população discente de um nível de ensino que nele permanece para além da idade de referência, por efeito de retenções anteriores $[(TBER-TRE)/TBE \times 100]$, a que chamamos **índice de prolongamento de frequência** (IP). Finalmente, a diferença entre o índice de desvio etário e o índice de prolongamento de frequência dá-nos a percentagem da população discente que se encontra a frequentar o ciclo de escolaridade em regime não-regular (IDE-IP), a que chamamos **índice de recorrência** (IR) (Tabela 2.XIII). Lamentavelmente, a inexistência da diferenciação entre ensino regular e ensino não-regular ou recorrente ao nível do Ensino Superior limita o cálculo dos dois últimos índices aos níveis básico e secundário.

O IDE conheceu reduções significativas através de todo o sistema ao longo dos 20 anos observados, com excepção do Ensino Superior. Nos restantes níveis de ensino, a redução das proporções de alunos matriculados em idade diferente da normal cifrou-se entre 10 por cento no 1º ciclo (onde à partida essa proporção era mais baixa, pouco mais de um quarto dos alunos matriculados) e 17 por cento no 3º ciclo, onde era à partida de 44 por cento. O segundo ciclo, com um IDE à partida mais elevado (46 por cento), não o baixou tanto, ficando por uma redução na ordem dos 15 por cento, e o secundário, que contava cerca de 60 por cento da população discente em idade diferente da normal em 1985/86, reduziu essa proporção em 14 por cento (Gráfico 2.21).

TABELA 2.XIII - ÍNDICES DE DESVIO ETÁRIO, DE PROLONGAMENTO E DE RECORRÊNCIA POR NÍVEIS DE EDUCAÇÃO/ENSINO E ANO LECTIVO
(dados nacionais, em percentagem)

Ano lectivo	1º CICLO			2º CICLO			3º CICLO			SECUNDÁRIO			SUPERIOR
	IDE ¹	IP ²	IR ³	IDE ¹	IP ²	IR ³	IDE ¹	IP ²	IR ³	IDE ¹	IP ²	IR ³	IDE ²
1985/86	26,6	26,6	0,0	46,0	43,8	2,2	44,3	44,3	0,0	59,6	59,6	0,0	55,8
1986/87	26,9	26,9	0,0	45,1	42,1	2,9	43,4	43,4	0,0	59,6	59,6	0,0	56,5
1987/88	24,8	24,8	0,0	43,0	40,5	2,5	42,2	42,2	0,0	56,8	56,8	0,0	54,9
1988/89	23,0	23,0	0,0	43,5	41,4	2,1	40,4	40,4	0,0	56,2	56,2	0,0	55,0
1989/90	22,4	22,4	0,0	43,3	41,1	2,1	38,3	38,3	0,0	53,7	53,7	0,0	54,3
1990/91	21,1	21,1	0,0	40,5	38,1	2,4	38,1	38,1	0,0	54,1	54,1	0,0	54,0
1991/92	22,2	22,2	0,0	36,3	34,1	2,2	38,2	36,8	1,4	48,2	48,2	0,0	54,0
1992/93	20,4	20,4	0,0	33,3	31,3	2,0	38,9	36,3	2,5	46,8	46,3	0,5	41,3
1993/94	20,0	20,0	0,0	31,2	29,7	1,6	36,7	32,1	4,6	45,7	44,9	0,8	41,2
1994/95	22,2	19,9	2,3	31,4	26,9	4,6	34,2	25,4	8,8	47,8	46,1	1,6	47,8
1995/96	19,7	17,6	2,0	30,7	27,3	3,4	29,1	21,0	8,1	44,5	42,0	2,5	47,3
1996/97	18,2	16,2	2,0	30,8	27,1	3,7	28,5	18,9	9,6	42,8	35,7	7,2	45,5
1997/98	17,5	14,9	2,6	30,0	27,3	2,7	30,3	20,8	9,5	42,2	33,5	8,7	45,5
1998/99	18,1	15,0	3,1	29,1	26,3	2,8	29,9	21,2	8,7	41,4	30,8	10,7	47,7
1999/2000	19,1	15,6	3,5	29,0	26,1	3,0	29,9	21,6	8,2	42,4	29,4	12,9	49,6
2000/01	20,1	17,0	3,1	27,9	24,7	3,3	27,2	19,7	7,5	40,7	22,7	18,0	49,9
2001/02	18,5	15,7	2,8	28,2	25,9	2,3	27,8	20,4	7,4	43,4	23,3	20,1	51,4
2002/03	16,8	14,1	2,7	29,3	27,1	2,2	27,5	21,0	6,5	44,6	23,8	20,9	51,3
2003/04	16,5	13,7	2,8	30,5	28,0	2,5	26,9	21,5	5,4	46,1	25,6	20,5	51,9

1 - IDE: Índice de Desvio Etário = (TBE-TRE)/TBEx100

2 - IP: Índice de Prolongamento = (TBER-TRE)/TBEx100

3 - IR: Índice de Recorrência = IDE-IP

Gráfico 2.21
Variação dos índices de desvio etário, de prolongamento e de recorrência
por nível de escolaridade
totais nacionais, 1985/86-2003/04



O gráfico 2.21 representa, para os níveis de ensino em que tal é possível, a decomposição dessa variação das proporções de desvio etário nos dois movimentos de sinal contrário do prolongamento da frequência para lá da idade normal (IP, que desceu em todos os ciclos) e da frequência em regime não regular ou recorrente (IR, proporção que aumentou em todos os ciclos). A amplitude da descida do IP foi sempre superior à do aumento do IR, determinando o sinal negativo da evolução do IDE. Em todos os ciclos, atenuou-se o prolongamento da frequência no regime regular em idade superior à normal, o que indicia uma redução das taxas de retenção e desistência (a confirmar adiante).

O aumento da proporção de matriculados em regime não regular ou recorrente, por seu turno, foi muito baixo em quase todos os ciclos, sobretudo tendo em conta que os seus valores eram à partida nulos, ou perto disso. Pese embora o persistente défice de qualificação da população portuguesa em idade activa, o ensino recorrente esteve longe de conhecer a expansão que requereriam os seus objectivos expressos. Com efeito, o ensino recorrente, definido pelo artigo 20º da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986, mas cujo enquadramento legal na organização e desenvolvimento da educação de adultos só foi estabelecido em 1991,⁵ "corresponde à vertente da **educação de adultos** que, de uma forma

⁵ Decreto-Lei 74/91 de 9 de Fevereiro.

organizada e segundo um plano de estudo, conduz à obtenção de um grau e à atribuição de um diploma ou certificado, equivalentes aos conferidos pelo ensino regular"; correspondendo ao objectivo de assegurar *"uma nova oportunidade de acesso à escolaridade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que abandonaram precocemente o sistema educativo e aos que o procuram por razões de promoção cultural ou profissional"*; o seu público-alvo é assim definido como sendo constituído por **"adultos que abandonaram precocemente o sistema escolar e que a ele regressam anos mais tarde e, ainda, por jovens que deixaram, entre outros motivos por razões de ordem laboral, os cursos diurnos, para ingressarem nos cursos nocturnos"**.⁶ O facto de a excepção a esta tendência de estagnação do ensino recorrente se verificar no nível secundário, onde no fim do período o índice de recorrência se situava já um pouco acima dos 20 por cento, sugere que a implantação mais significativa deste regime acabou por praticamente se restringir ao prolongamento de estudos neste ciclo para lá da idade legal de 18 anos, eventual mas não necessariamente em acumulação com situações laborais – por outras palavras, por funcionar mais como um regime de *prolongamento de frequência* (mascarando situações que, em rigor, seriam contabilizáveis no IP) para o segundo tipo de público-alvo identificado no texto supra do que como um regime de *regresso aos estudos* para os segmentos adultos atingidos pelo abandono precoce, definidos como o seu público-alvo primário.

Os gráficos 2.22 e 2.23 mostram, respectivamente, a evolução ao longo do período do IDE e das suas duas componentes. Vemos que em todos os ciclos dos Ensinos Básico e Secundário a tendência de redução do IDE e do IP foi praticamente linear até meados a finais da década de 90, estagnando a partir daí. No entanto, pode ser preocupante o recrudescimento recente de ambos os índices nos 1º e 2º ciclos do Ensino Básico (onde o IDE subiu, respectivamente, de 17 para 20 por cento entre 1997/98 e 2000/01, recuperando depois, e de 28 para 31 por cento entre 2000/01 e 2003/04). No 3º ciclo, destaca-se sobretudo a inflexão do IR, depois de ter chegado a rondar os 10% na segunda metade da década de 90. Também o Ensino Secundário conheceu um recrudescimento acentuado da proporção de alunos em idade superior à normal desde 2000/01, neste caso totalmente explicado pelo aumento da proporção de alunos em situação de recorrência, levando a uma queda mais acentuada e mais longa do IP. No nível superior, de modo independente do ocorrido nos outros ciclos, o IDE retomou uma tendência claramente ascendente desde 1997/98, embora seja impossível aferir em que medida tal se deve ao prolongamento dos estudos para lá da idade de referência (tendo também em conta a

⁶ <http://www.dgidec.min-edu.pt/ensinorecorrente/default.asp> (acedido em 18/11/2006)

crecente frequência de ciclos de formação pós-graduada) ou a um aumento dos ingressos iniciais de estudantes acima da idade normal pela captação de novos públicos adultos.

Gráfico 2.22
Índice de desvio etário por nível de escolaridade
totais nacionais, 1985/86 - 2003/04

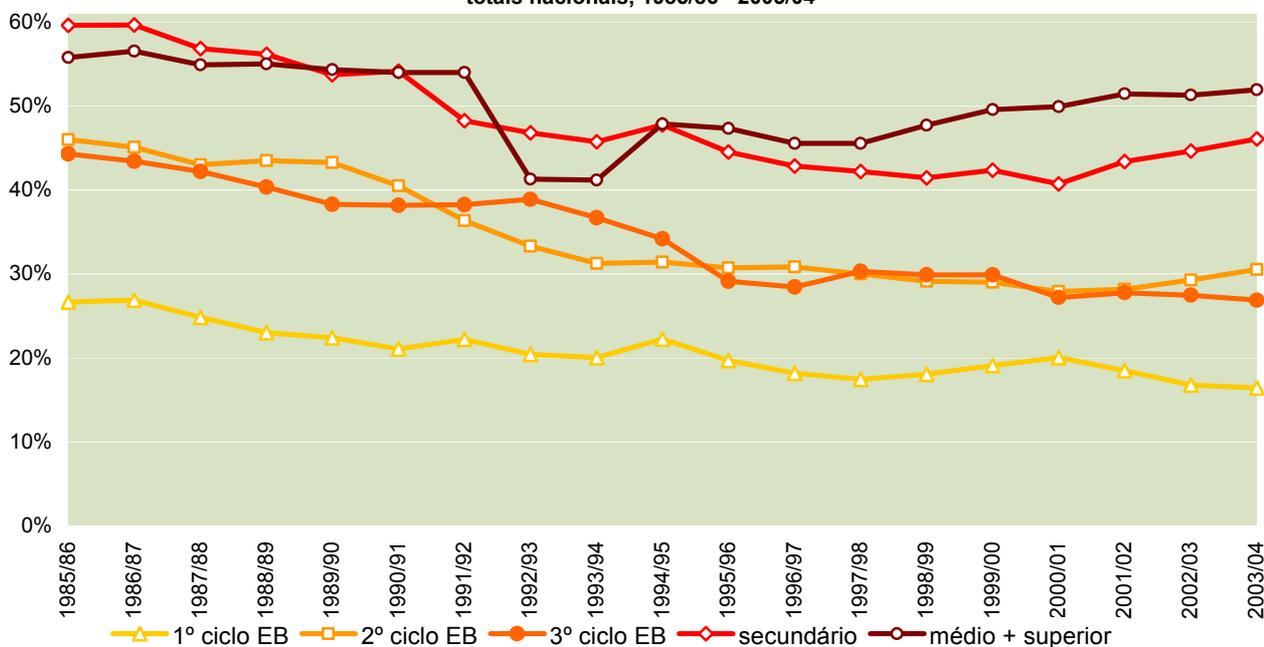
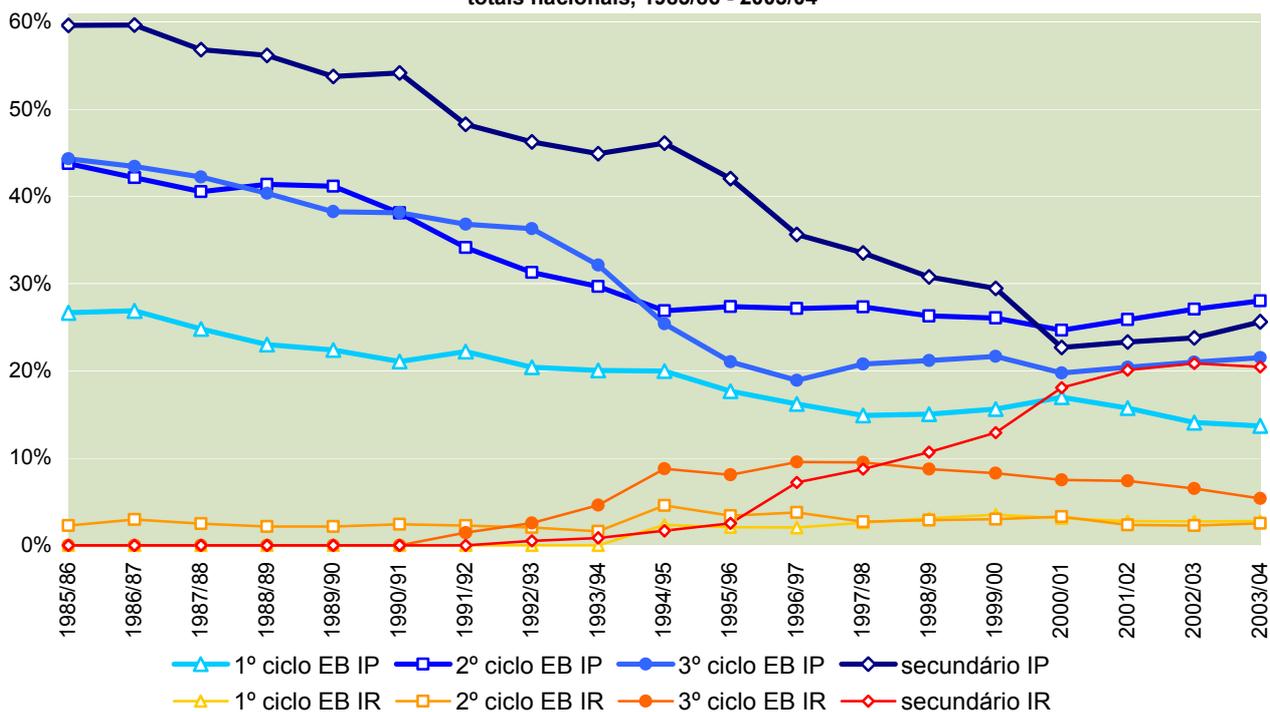


Gráfico 2.23
Índices de prolongamento e de recorrência por nível de escolaridade
totais nacionais, 1985/86 - 2003/04



A tabela 2.XIV apresenta a evolução da **taxa bruta de escolarização por sexo** e nível de ensino.

Tabela 7.XXIX - TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO, SEGUNDO O NÍVEL DE EDUCAÇÃO/ENSINO E SEXO, POR ANO LECTIVO^(a)
(Dados nacionais, em percentagem)

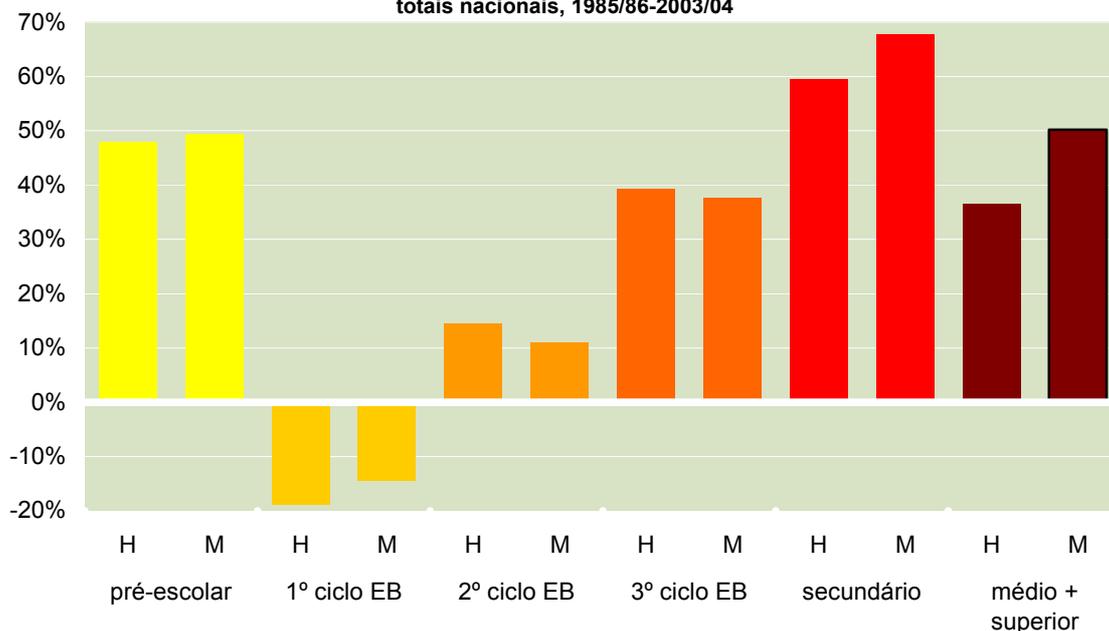
Ano lectivo	Portugal												Continente											
	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico						Ensino Secundário		Ensino Superior ⁽¹⁾		Educação Pré-Escolar		Ensino Básico						Ensino Secundário		Ensino Superior ⁽¹⁾	
			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo								1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo					
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1986/86	29,4	29,2	139,9	132,6	115,0	109,5	71,6	75,8	40,2	48,0	12,5	14,6	29,8	29,5	139,2	132,2	115,8	110,0	72,8	76,5	41,1	48,5	13,2	15,2
1986/87	32,6	31,9	140,4	132,9	117,0	111,1	70,3	75,3	44,3	52,7	13,9	16,0	33,0	32,4	139,7	132,5	117,7	111,5	70,9	75,2	45,0	53,3	14,6	16,7
1987/88	36,1	36,1	136,3	129,6	121,4	115,4	74,6	80,0	50,6	59,1	14,5	17,0	36,5	36,4	135,4	129,1	122,0	116,0	76,1	79,8	51,8	59,7	15,3	17,8
1988/89	40,5	40,1	133,3	126,3	121,3	115,5	80,3	85,8	50,7	58,9	16,1	18,0	40,8	40,4	132,4	125,8	121,9	115,8	81,3	86,1	51,6	58,9	16,9	18,9
1989/90	45,3	43,9	132,2	125,3	125,5	118,4	84,4	90,7	56,3	65,5	18,0	22,5	45,6	44,3	131,7	124,5	126,3	118,9	85,5	91,2	56,8	66,2	18,9	23,5
1990/91	51,2	50,2	129,0	124,3	123,3	117,4	91,1	97,3	62,4	73,2	20,5	26,4	51,9	50,8	127,9	123,8	124,9	118,7	92,3	97,9	64,0	74,9	21,4	27,4
1991/92	54,9	52,9	131,7	125,2	124,8	121,7	91,6	121,2	67,1	88,4	23,9	30,2	55,3	53,1	131,0	124,8	125,6	122,1	92,0	122,5	68,0	89,3	25,0	31,3
1992/93	55,9	54,3	128,4	122,7	124,4	119,5	104,8	112,5	74,0	90,7	26,1	34,2	56,1	54,3	127,6	122,4	124,6	119,7	105,9	113,0	74,9	91,1	27,3	35,5
1993/94	57,2	55,8	128,1	121,9	130,6	124,7	111,8	116,4	84,3	97,1	28,4	38,4	57,4	55,9	127,4	121,4	131,1	124,8	112,8	117,1	85,5	98,1	29,6	39,8
1994/95	57,6	54,8	131,2	125,9	126,6	121,7	117,1	119,7	92,3	105,1	30,9	41,3	57,8	54,7	130,6	125,5	127,0	122,0	118,2	120,1	93,7	105,8	32,3	42,8
1995/96	59,2	56,7	127,2	121,7	131,4	122,6	112,9	115,1	99,5	112,9	33,2	44,2	59,1	56,4	126,3	121,3	131,9	123,0	113,8	115,6	101,1	114,0	34,6	45,8
1996/97	61,4	60,8	124,0	120,4	133,3	124,2	114,0	116,6	98,3	109,8	36,4	49,7	61,1	60,6	123,3	119,8	133,3	124,2	114,6	117,2	99,6	110,9	37,9	51,4
1997/98	68,1	66,5	122,3	120,0	129,1	119,9	117,7	119,7	95,7	109,2	38,2	52,2	68,1	66,4	121,1	119,4	129,2	119,8	118,9	119,9	97,0	109,8	39,8	54,0
1998/99	69,3	71,4	122,6	121,5	129,0	121,1	118,0	120,4	93,9	106,6	39,9	51,9	69,1	71,4	121,6	121,0	128,8	120,9	119,0	120,7	95,1	107,2	41,6	53,8
1999/2000	72,4	74,3	124,0	123,2	127,3	118,9	118,6	120,7	95,5	109,0	42,3	56,5	72,3	74,3	123,1	122,6	127,2	118,6	119,8	121,1	96,6	109,5	44,2	58,5
2000/01	75,1	76,2	126,5	123,7	124,7	116,5	118,0	120,5	97,0	114,3	44,2	60,2	74,9	75,8	125,7	123,0	124,5	116,4	118,9	120,3	98,3	115,1	46,1	62,4
2001/02	77,1	77,2	124,1	121,2	123,8	115,7	115,8	117,8	97,5	113,6	45,8	62,7	76,8	77,0	123,4	120,6	123,7	115,5	116,6	117,8	98,9	114,1	47,8	65,0
2002/03	76,6	78,1	120,9	119,4	127,0	118,2	112,4	115,3	97,4	115,7	47,6	64,1	76,0	77,9	120,0	118,7	127,0	117,7	113,1	115,1	98,8	116,2	49,7	66,6
2003/04	77,3	78,5	121,1	118,2	129,4	120,5	110,9	113,4	99,6	115,7	49,0	64,8	76,8	78,2	120,0	117,3	128,9	120,0	111,3	113,3	100,9	116,1	51,2	67,4

(a) Fonte: CIASE (2006b).

1 - De 1986/86 a 1987/88 inclui os alunos do Ensino Médio.

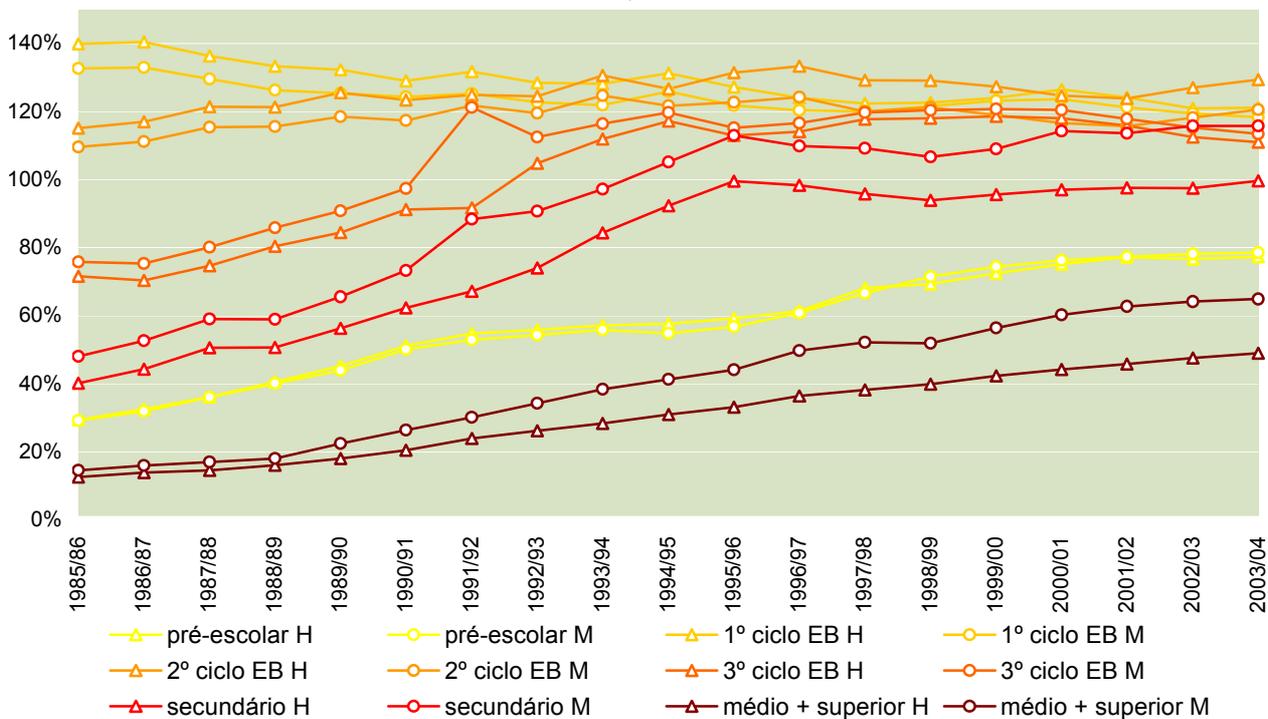
Entre os anos extremos da série, a taxa bruta de escolarização evoluiu ligeiramente no sentido da feminização no nível pré-escolar (crescendo 48 por cento para a população masculina e 49 por cento para a feminina), e mais acentuadamente no mesmo sentido no 1º ciclo (redução de 19 por cento para os rapazes e 14 por cento para as raparigas, talvez devido à redução das retenções de desistências, que penalizavam mais os rapazes) e nos níveis secundário (aumento de 59 por cento na população masculina e 68 por cento na feminina) e superior (36 por cento na população masculina e 50 por cento na feminina). No sentido inverso, mas sempre com diferenças relativamente pequenas, aumentou mais a taxa bruta de escolarização masculina no 2º ciclo (14 por cento para os rapazes e 11 por cento para as raparigas) e no 3º ciclo (39 por cento para os rapazes e 38 por cento para as raparigas). Globalmente, podemos, assim, falar de uma feminização da população discente na totalidade do sistema de ensino, assente sobretudo no aumento da presença feminina nos níveis acima da escolaridade obrigatória (Gráfico 2.24).

Gráfico 2.24
Variação das taxas brutas de escolarização por sexo e nível de escolaridade
 totais nacionais, 1985/86-2003/04



As evoluções das taxas para ambos os sexos acompanham, evidentemente, as tendências já apontadas para a evolução da taxa bruta de escolarização total (Gráfico 2.25).

Gráfico 2.25
Taxa bruta de escolarização por níveis de escolaridade e sexo
 totais nacionais, 1985/86-2003/04



Concentrando-nos nas diferenças por sexo, vemos que a taxa bruta no nível pré-escolar revela uma cobertura progressivamente maior a favor do sexo masculino até meados dos anos 90, após o que a tendência se inverteu, atingindo uma ligeiramente maior cobertura feminina desde 1998/99, vindo o crescimento ulterior deste nível de educação a processar-se relativamente mais pelo aumento da população feminina. Passando aos níveis incluídos na escolaridade obrigatória, nos dois primeiros ciclos a taxa bruta de escolarização feminina foi sempre inferior à masculina. Muito semelhantes entre os dois ciclos até 1994/95, as diferenças entre os sexos divergiram em sentidos opostos desde então, reduzindo-se no 1º ciclo (mercê de uma mais acentuada descida da taxa masculina, o que neste nível, com uma taxa real de escolarização de 100 por cento ao longo de todo o período, indicia uma maior redução relativa do insucesso escolar entre os rapazes no ciclo) e aumentando no 2º ciclo (com uma taxa real de escolarização estabilizada ligeiramente abaixo dos 90 por cento desde 1993/94, aponta pelo contrário para um aumento relativo do insucesso escolar entre os rapazes no ciclo). Pelo contrário, no 3º ciclo, cuja progressão de cobertura da população foi mais lenta, estabilizando a taxa real de escolarização entre 82 e 84 por cento a partir de 1997/98, houve sempre uma maior taxa bruta feminina, reduzindo-se embora a diferença a partir de 1992-93.⁷ Finalmente, a tendência para a feminização dos dois níveis acima da escolaridade obrigatória, partindo de diferenças ainda relativamente pequenas em 1985/86, é patente no nível secundário ao longo de todo o período, e no superior a partir de 1988/89 (Gráfico 2.26).

Como resultado deste conjunto de evoluções, a população discente do conjunto do sistema feminizou-se, apresentando uma **taxa de feminidade** superior a 50 por cento desde o início dos anos 90, vantagem essa em crescimento desde 1997/98. Desde que o 3º ciclo completou o seu crescimento de cobertura da população, por 1993/94, que a superioridade da população feminina assenta inteiramente nos níveis de escolaridade secundário e superior, por efeito composto da maior presença feminina nestes dois níveis (relativamente estável, entre 52 e 54 por cento, no secundário, e fortemente crescente no superior até 1993/94, oscilando a partir daí entre os 56 e os 57 por cento), e do aumento do peso relativo destes níveis no conjunto do sistema (Tabela 2.XV e Gráfico 2.27).

⁷ No 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, optámos por eliminar da representação gráfica das diferenças (bem como, adiante, na das taxas de feminidade) os segmentos da curva que incluem o ano de 1991/92, devido ao que aparenta ser uma oscilação espúria dos dados sobre a população feminina no apuramento estatístico desse ano lectivo.

Gráfico 2.26
Diferença entre as taxas brutas de escolarização feminina e masculina por nível de escolaridade
 totais nacionais, 1985/86-2003/04

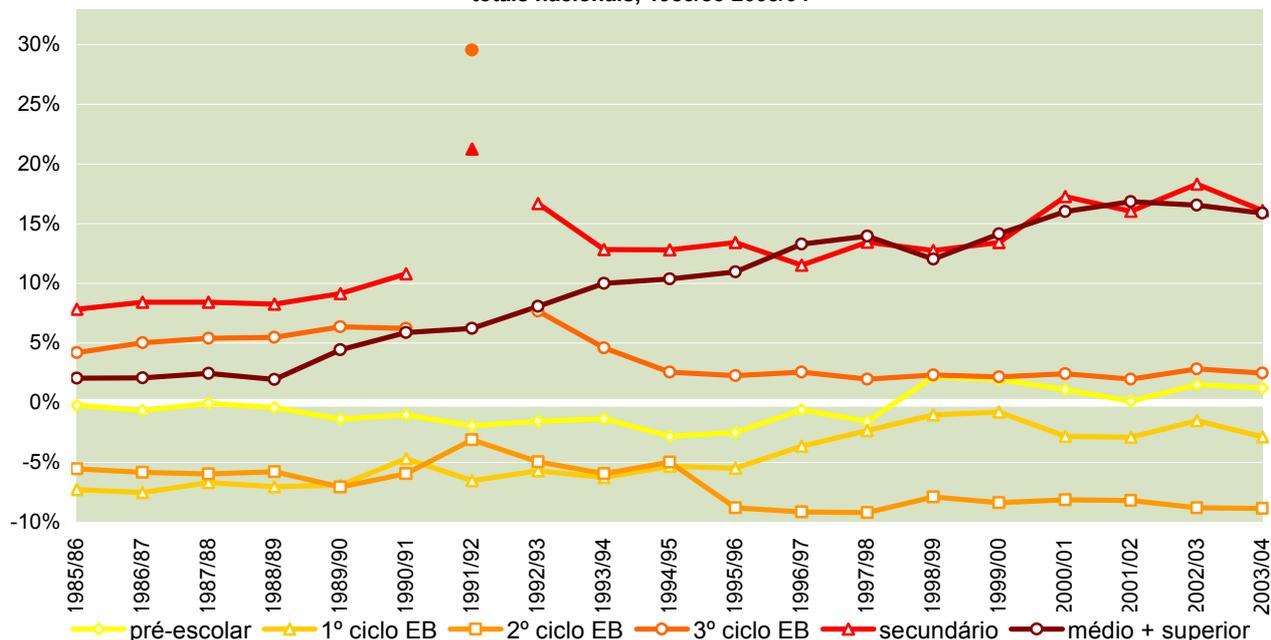


Tabela 2.XV - TAXA DE FEMINIDADE, SEGUNDO O NÍVEL DE EDUCAÇÃO/ENSINO, POR ANO LECTIVO
 (dados nacionais, em percentagem)

Ano lectivo \ Nível de Ensino	Total	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico				Ensino Secundário	OET ⁽¹⁾	Ensino Médio	Ensino Superior
			Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo				
1985/86	49,1	48,6	48,3	47,6	47,8	50,6	53,5	-	91,6	50,6
1986/87	49,2	48,1	48,4	47,6	47,7	50,9	53,4	-	91,8	51,0
1987/88	49,3	48,5	48,5	47,6	47,7	50,9	53,0	-	92,2	52,2
1988/89	49,3	48,2	48,5	47,5	47,8	50,8	53,0	-	-	52,2
1989/90	49,6	47,9	48,5	47,4	47,5	50,9	53,1	-	-	54,8
1990/91	50,0	48,2	48,7	47,8	47,7	50,7	53,3	-	-	55,6
1991/92	51,7	47,9	50,5	47,4	48,3	56,0	56,1	-	-	55,1
1992/93	50,5	48,1	48,7	47,5	48,0	50,8	54,2	-	-	56,2
1993/94	50,2	48,3	48,4	47,5	47,6	50,1	52,7	-	-	57,0
1994/95	50,2	47,6	48,4	47,7	47,6	49,6	52,4	-	-	56,6
1995/96	50,1	47,8	48,2	47,7	47,0	49,4	52,3	-	-	56,5
1996/97	50,4	48,6	48,3	48,1	47,1	49,4	51,9	-	-	57,1
1997/98	50,5	48,2	48,3	48,4	47,0	49,2	52,4	-	-	57,0
1998/99	50,5	49,4	48,6	48,7	47,2	49,3	52,2	-	-	55,9
1999/2000	50,6	49,3	48,6	48,8	47,2	49,3	52,2	-	-	56,5
2000/01	50,8	49,2	48,4	48,3	47,2	49,4	52,9	-	-	57,0
2001/02	50,7	48,9	48,3	48,2	47,2	49,3	52,7	-	-	57,0
2002/03	50,9	49,4	48,5	48,4	47,2	49,5	53,2	30,1	-	56,6
2003/04	50,6	49,2	48,4	48,2	47,3	49,5	52,6	32,0	-	56,1

(a) Fonte: GASE (2006b).

Gráfico 2.27
Taxa de feminidade por níveis de educação
totais nacionais, 1985/86-2003/04

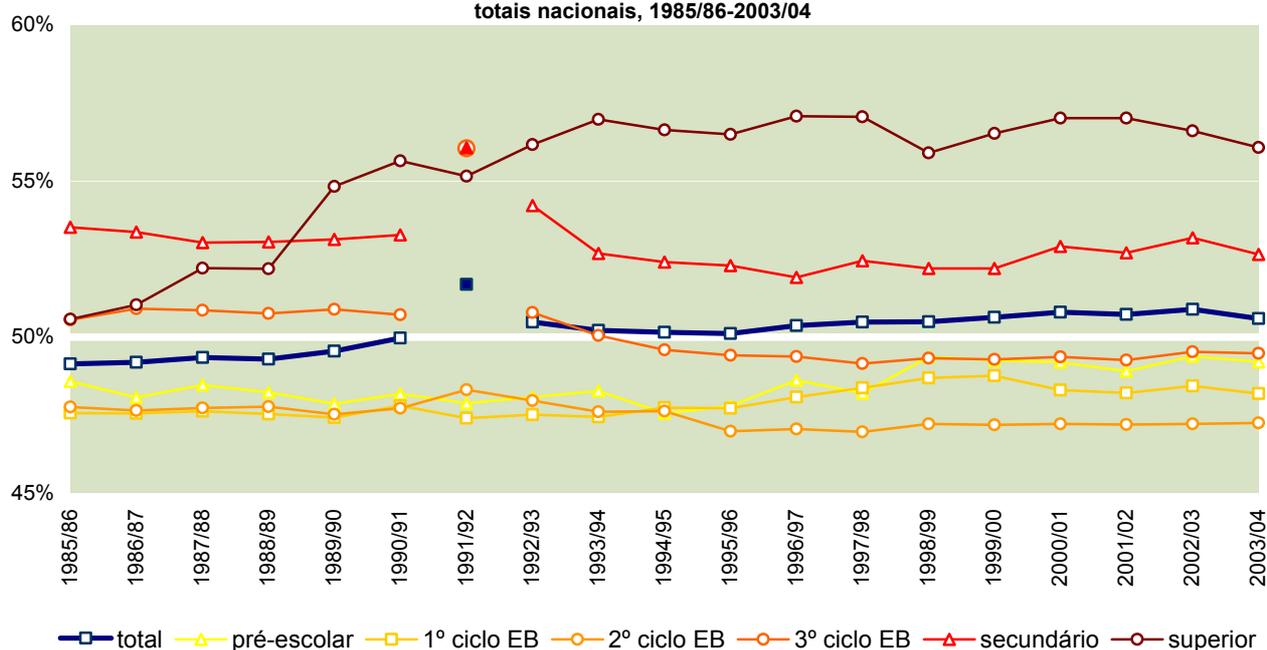


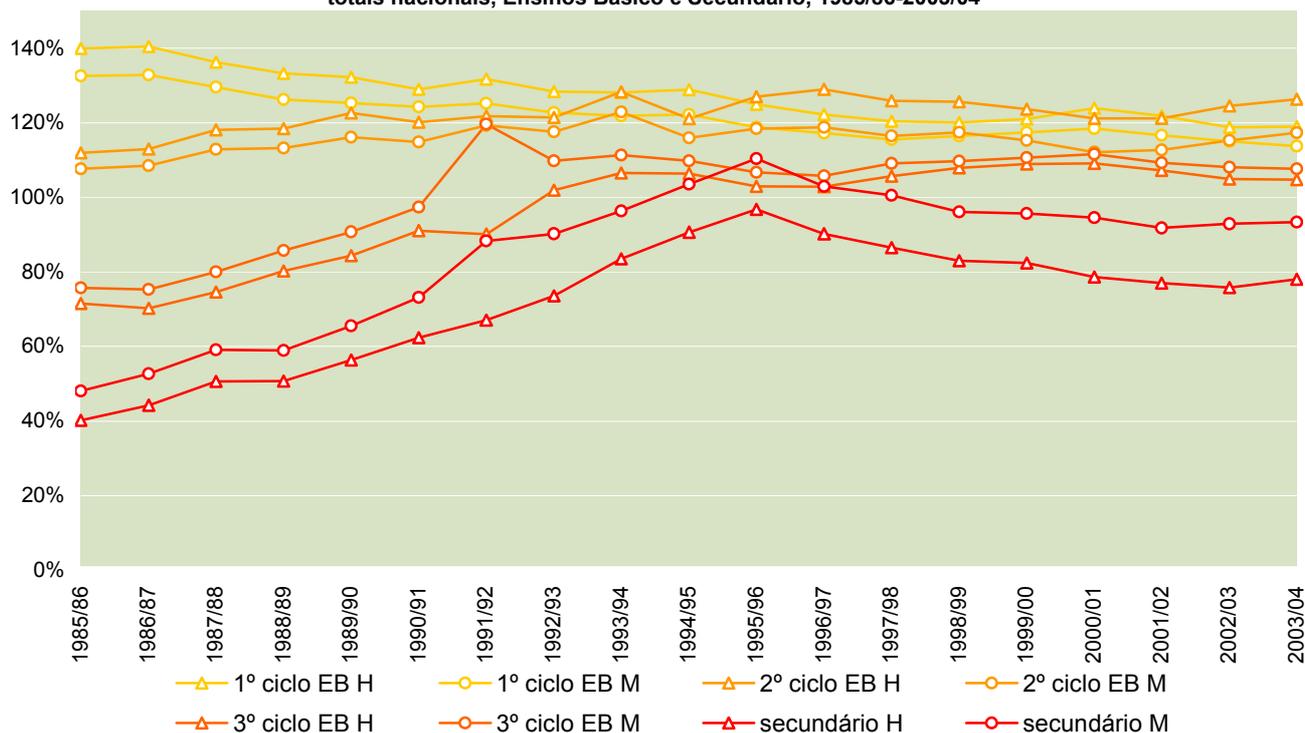
Tabela 7.XXX - TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO REGULAR, SEGUNDO O SEXO, POR ANO LECTIVO (dados nacionais em percentagem)^(a)

Ano lectivo	Portugal									Contínente								
	Nível de Ensino		Ensino Básico						Ensino Secundário		Ensino Básico						Ensino Secundário	
			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo				1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo			
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M		
1985/86	139,9	132,6	111,9	107,7	71,6	75,8	40,2	48,0	139,2	132,2	112,4	108,0	72,8	76,5	41,1	48,5		
1986/87	140,4	132,9	113,0	108,4	70,3	75,3	44,3	52,7	139,7	132,5	113,7	108,8	70,9	75,2	45,0	53,3		
1987/88	136,3	129,6	118,1	112,8	74,6	80,0	50,6	59,1	135,4	129,1	118,8	113,5	76,1	79,8	51,8	59,7		
1988/89	133,3	126,3	118,5	113,2	80,3	85,8	50,7	58,9	132,4	125,8	119,1	113,6	81,3	86,1	51,6	58,9		
1989/90	132,2	125,3	122,6	116,1	84,4	90,7	56,3	65,5	131,7	124,5	123,5	116,6	85,5	91,2	56,8	66,2		
1990/91	129,0	124,3	120,1	114,9	91,1	97,3	62,4	73,2	127,9	123,8	121,8	116,2	92,3	97,9	64,0	74,9		
1991/92	131,7	125,2	121,7	119,3	90,1	119,6	67,1	88,4	131,0	124,8	122,6	119,7	90,6	121,1	68,0	89,3		
1992/93	128,4	122,7	121,4	117,6	101,9	109,8	73,6	90,3	127,6	122,4	121,7	117,9	103,1	110,3	74,7	90,9		
1993/94	128,1	121,9	128,3	122,9	106,5	111,4	83,5	96,3	127,4	121,4	128,9	123,1	107,6	112,1	85,0	97,7		
1994/95	128,9	122,2	121,1	115,9	106,3	109,8	90,6	103,5	128,3	121,7	121,4	116,1	107,2	110,1	92,3	104,5		
1995/96	125,0	118,8	127,0	118,4	102,9	106,7	96,8	110,3	124,1	118,3	127,5	118,7	103,8	107,1	98,4	111,5		
1996/97	122,2	117,3	129,0	118,8	102,9	105,8	90,3	102,9	121,3	116,5	128,9	118,6	103,3	106,3	91,4	104,0		
1997/98	120,4	115,5	125,9	116,5	105,7	109,1	86,5	100,5	119,3	114,9	126,0	116,2	106,8	109,2	87,6	101,0		
1998/99	120,1	116,4	125,6	117,4	107,9	109,7	83,0	96,1	119,0	115,9	125,3	117,1	108,8	109,9	84,0	96,5		
1999/2000	121,0	117,4	123,7	115,2	108,9	110,6	82,4	95,6	120,1	116,8	123,4	114,9	109,9	110,7	83,2	95,9		
2000/01	123,9	118,4	121,2	112,1	109,1	111,6	78,7	94,5	123,1	117,8	121,0	111,7	109,8	111,3	79,5	94,8		
2001/02	121,8	116,6	121,2	112,7	107,2	109,3	77,0	91,7	121,1	115,9	121,0	112,5	107,8	109,2	77,9	91,8		
2002/03	118,7	115,0	124,5	115,3	104,9	108,1	75,9	92,9	117,8	114,2	124,4	114,6	105,4	107,9	76,5	92,8		
2003/04	118,9	113,7	126,4	117,3	104,7	107,6	78,0	93,3	117,8	112,8	125,8	116,6	105,1	107,5	78,6	93,1		

(a) Fonte GIASE (2006b).

A **taxa bruta de escolarização no ensino regular por sexo** e nível de ensino (básico e secundário) tem uma evolução muito semelhante à da taxa bruta total por sexo e nível de ensino, acima descrita, pelo que não alongaremos o comentário (Tabela 2.XVI e Gráfico 2.28).

Gráfico 2.28
Taxa bruta de escolarização no ensino regular por níveis de ensino e sexo totais nacionais, Ensinos Básico e Secundário, 1985/86-2003/04



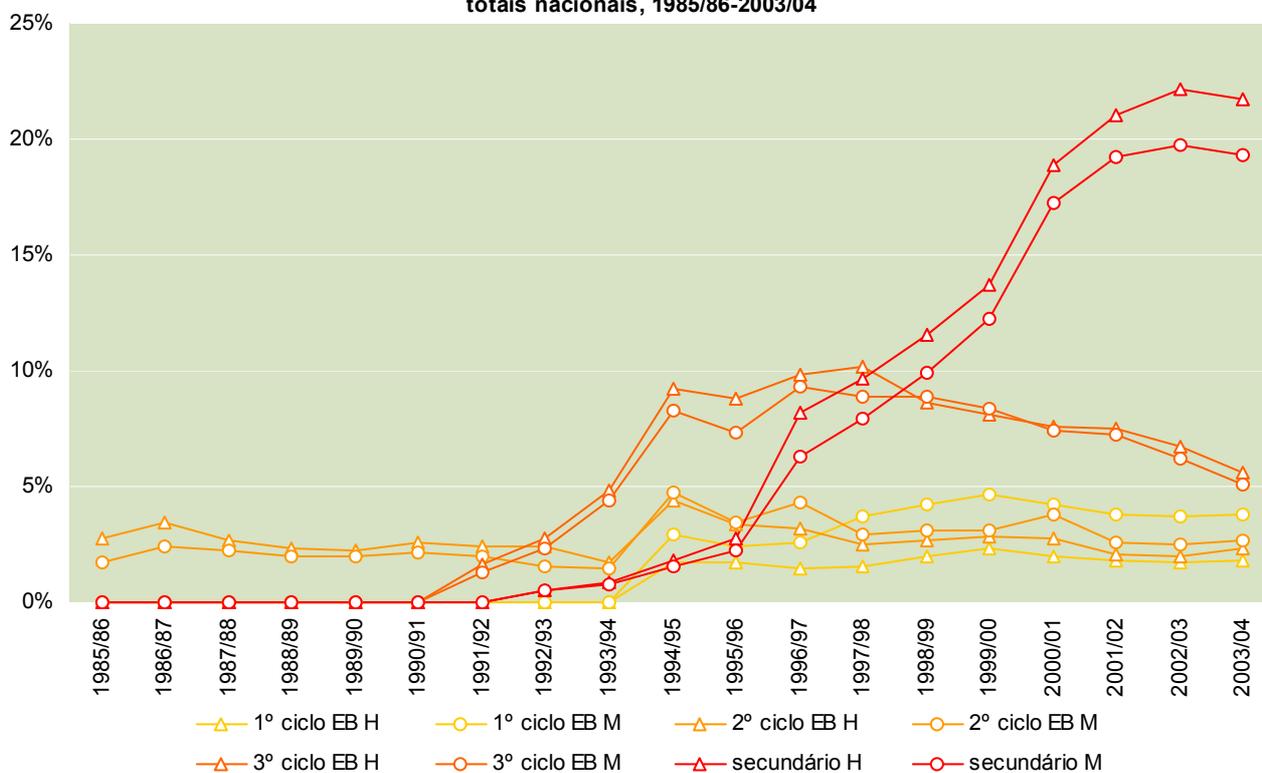
A ausência do indicador *taxa real de escolarização por sexo* impede o cálculo dos índices de desvio etário e de prolongamento, que acima ensaiámos para a população total. Dispondo, contudo, da **taxa bruta de escolarização no ensino regular por sexo** e níveis de ensino (básico e secundário), é possível calcular o **índice de recorrência por sexo** (IR) como percentagem da diferença entre a taxa bruta de escolarização (TBE) e a taxa bruta de escolarização no ensino regular (TBER) relativamente à taxa bruta de escolarização, que tal como a fórmula anteriormente utilizada nos indica a percentagem da população discente total de cada sexo que se encontra matriculada em regime escolar não regular $[(TBE-TBER)/TBE \times 100]$. (Tabela 2.XVII e Gráfico 2.29)

Tabela 2.XVII - ÍNDICE DE RECORRÊNCIA POR NÍVEL DE ENSINO E SEXO
(dados nacionais, em percentagem)¹

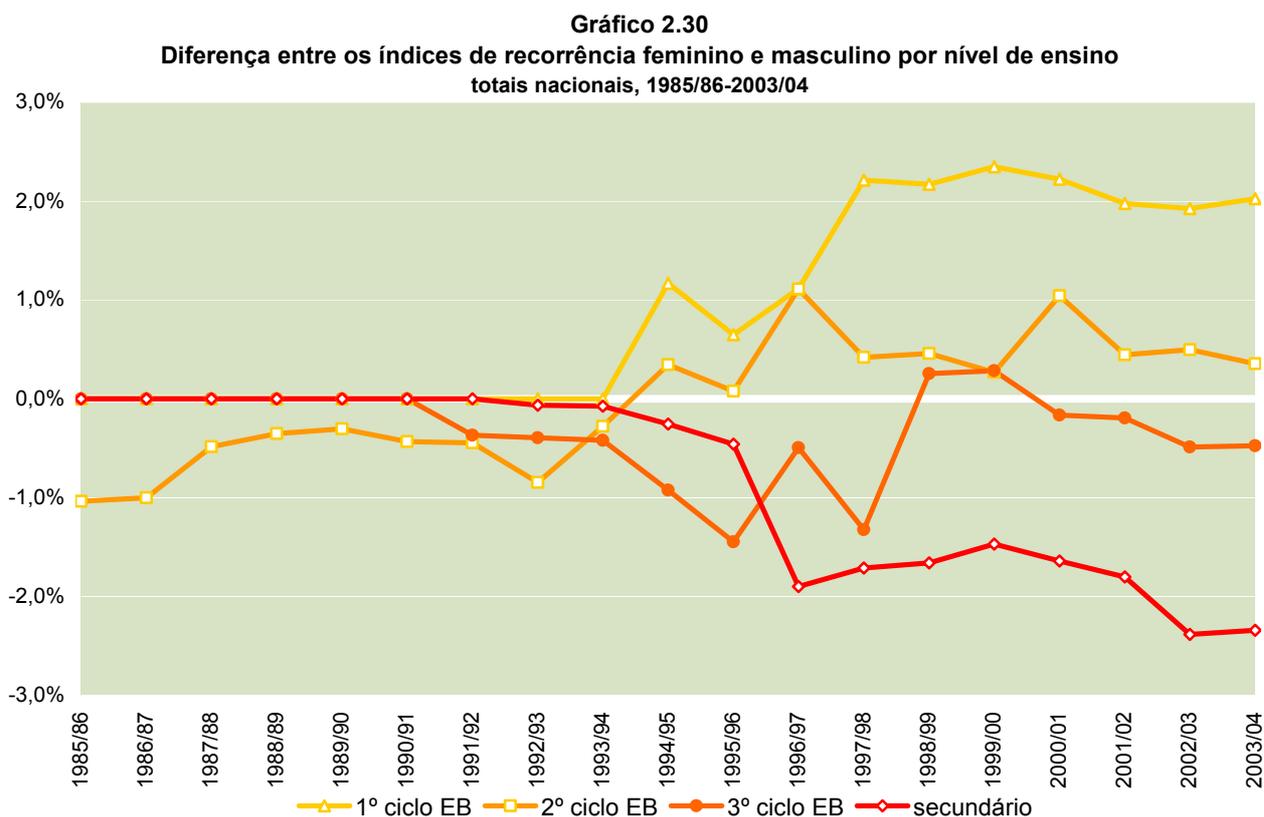
Ano lectivo	Ensino Básico						Ensino Secundário	
	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		H	M
	H	M	H	M	H	M		
1985/86	0,0	0,0	2,7	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0
1986/87	0,0	0,0	3,4	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0
1987/88	0,0	0,0	2,7	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0
1988/89	0,0	0,0	2,3	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1989/90	0,0	0,0	2,3	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1990/91	0,0	0,0	2,6	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0
1991/92	0,0	0,0	2,4	2,0	1,6	1,3	0,0	0,0
1992/93	0,0	0,0	2,4	1,6	2,7	2,4	0,6	0,5
1993/94	0,0	0,0	1,7	1,4	4,8	4,4	0,9	0,8
1994/95	1,7	2,9	4,4	4,7	9,2	8,3	1,8	1,5
1995/96	1,7	2,4	3,4	3,4	8,8	7,4	2,7	2,3
1996/97	1,5	2,6	3,2	4,3	9,8	9,3	8,2	6,3
1997/98	1,5	3,7	2,5	2,9	10,2	8,8	9,6	7,9
1998/99	2,0	4,2	2,6	3,1	8,6	8,9	11,6	9,9
1999/2000	2,3	4,7	2,8	3,1	8,1	8,4	13,7	12,2
2000/01	2,0	4,2	2,8	3,8	7,6	7,4	18,9	17,3
2001/02	1,8	3,8	2,1	2,6	7,5	7,3	21,0	19,2
2002/03	1,8	3,7	2,0	2,5	6,7	6,2	22,1	19,7
2003/04	1,8	3,8	2,3	2,7	5,6	5,1	21,7	19,3

ÍR = (TBE-TBER)/TBER x 100

Gráfico 2.29
Índice de recorrência por nível de ensino e sexo
totais nacionais, 1985/86-2003/04



Uma vez mais, a evolução do índice de recorrência segue muito de perto, em ambos os sexos, as tendências totais acima descritas, que não interessa repetir. Do ponto de vista das diferenças entre eles, importa notar que as mulheres tendem mais do que os homens a ingressar no ensino recorrente no 1º e, em menor grau, no 2º ciclo, enquanto o inverso se passa no 3º ciclo e, de modo mais claro e crescente, no nível secundário, conforme destaca o gráfico 2.30.



Como é evidente no gráfico, quanto mais elevado o nível de ensino, mais provável é ser frequentado por homens em regime recorrente. Por outro lado, a propensão dos dois sexos para a frequência do ensino recorrente ou nocturno tende a convergir nos níveis centrais (2º e 3º ciclos) e a divergir nos níveis extremos (1º ciclo e secundário). Assim, o regresso à escolarização nos níveis mais baixos por segmentos da população que a abandonaram precocemente é mais provável na população feminina, ao passo que o regresso aos estudos no nível secundário, ou o seu prolongamento transitando do regime regular para o recorrente, é crescentemente mais provável na população masculina. Considerado apenas o Ensino Básico, vemos assim que, enquanto a taxa de feminidade no regime regular é estável ao longo de todo o período, entre 49 e 48 por cento, a evolução do regime recorrente levou de uma taxa de feminidade relativamente baixa, cerca de 39 por cento em 1985/86, para uma crescente feminização, encontrando-se as

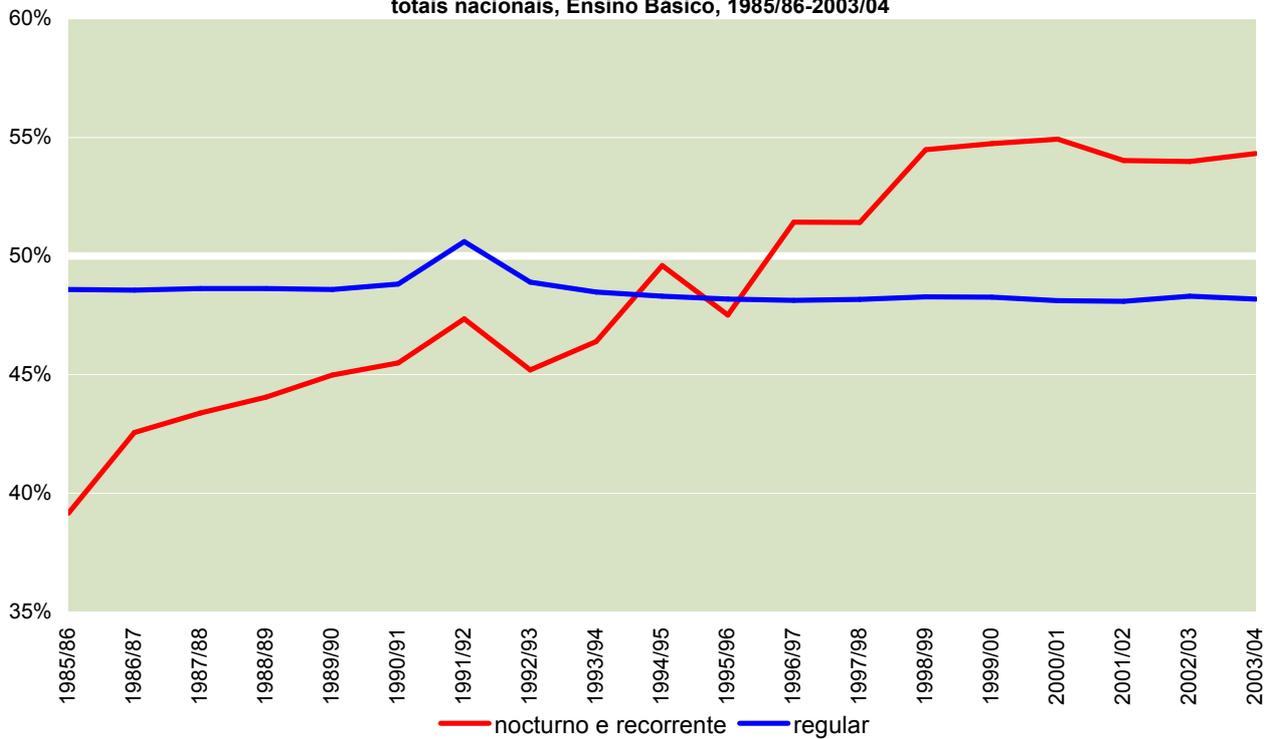
mulheres em maioria desde 1996/97 e oscilando acima dos 54 por cento desde 1998/99 (Tabela 2.XVIII e Gráfico 2.31).

Tabela 7.XXXII - TAXA DE FEMINIDADE NO ENSINO BÁSICO, SEGUNDO A MODALIDADE DE ENSINO (Dados nacionais em percentagem)^(a)

Ano lectivo	Modalidade	Total	Ensino Regular (1º ao 9º ano / E. Profissional)	Cursos Nocturnos/ Ensino Recorrente
1985/86		48,3	48,6	39,2
1986/87		48,4	48,6	42,6
1987/88		48,5	48,6	43,4
1988/89		48,5	48,6	44,1
1989/90		48,5	48,6	45,0
1990/91		48,7	48,8	45,5
1991/92		50,5	50,6	47,3
1992/93		48,7	48,9	45,2
1993/94		48,4	48,5	46,4
1994/95		48,4	48,3	49,6
1995/96		48,2	48,2	47,5
1996/97		48,3	48,1	51,4
1997/98		48,3	48,2	51,4
1998/99		48,6	48,3	54,5
1999/2000		48,6	48,3	54,7
2000/01		48,4	48,1	54,9
2001/02		48,3	48,1	54,0
2002/03		48,5	48,3	54,0
2003/04		48,4	48,2	54,3

(a) Fonte: GIASE (2006b).

Gráfico 2.31
Taxa de feminidade por modalidade de ensino
totais nacionais, Ensino Básico, 1985/86-2003/04



Assim, podemos concluir que algum limitado sucesso do ensino recorrente na palição do défice de formação escolar da população adulta portuguesa, ao nível básico, se deveu essencialmente ao aumento da captação do seu segmento feminino, particularmente, como vimos, nos dois primeiros ciclos do Ensino Básico.

3. INDICADORES DE SAÍDA (OUTPUT)

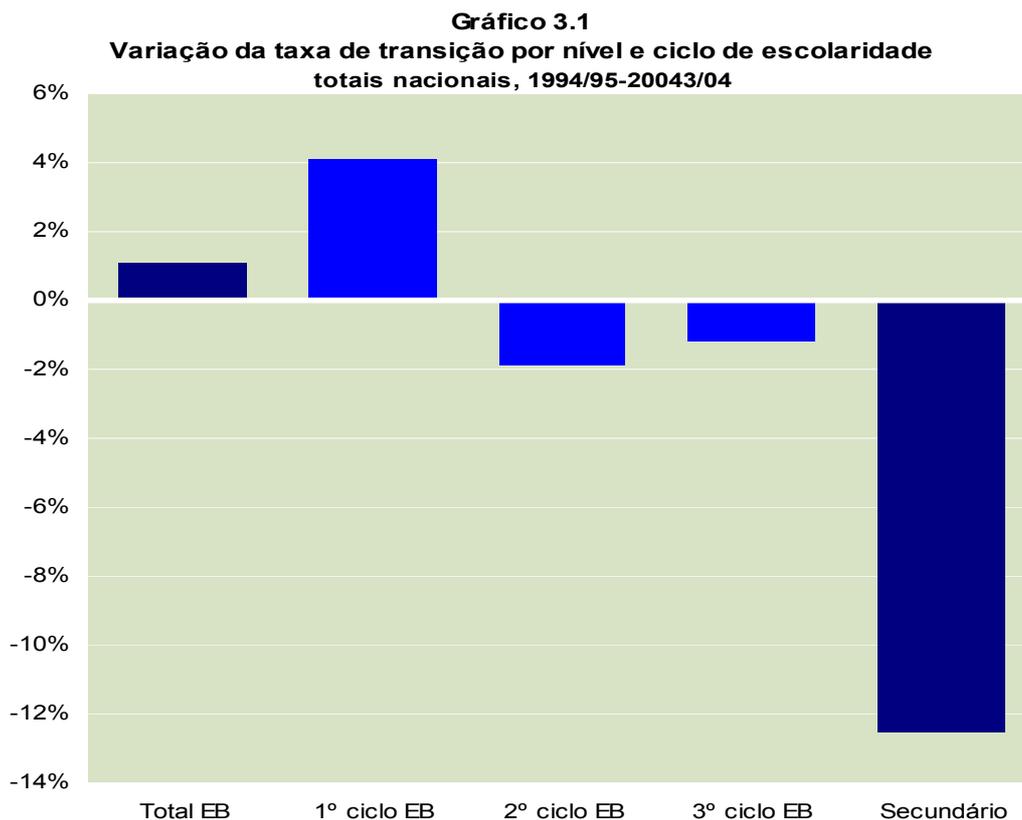
A **Taxa de Transição** faculta-nos a relação percentual entre o número de alunos que obtiveram aproveitamento no final de um ano lectivo, podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte, e o número de alunos matriculados nesse mesmo ano lectivo. Constitui, assim, um indicador geral de aproveitamento dos alunos inscritos num ano de escolaridade, num ciclo ou num nível de ensino, consoante o grau de agregação retido. Optámos por apresentar, no presente relatório, a taxa de transição agregada por nível de ensino (Básico e Secundário), e por cada um dos ciclos do Ensino Básico, deixando a sua desagregação por ano de escolaridade para os relatórios pormenorizados por nível e ciclo de escolaridade (Tabela 3.1).

Tabela 3.1 - TAXA DE TRANSIÇÃO, SEGUNDO O ANO LECTIVO, POR NÍVEL E CICLO DE ESCOLARIDADE (dados nacionais, em percentagem^(a))

Ano lectivo	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/2000	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Nível de escolaridade										
Ensino Básico	86,9	86,2	84,8	86,2	86,8	87,4	87,3	86,4	87,0	88,0
1º Ciclo	89,2	89,6	88,7	89,8	90,5	91,1	91,2	91,5	92,4	93,3
2º Ciclo	87,9	86,7	85,0	86,2	86,5	86,9	87,3	84,4	85,2	86,1
3º Ciclo	83,4	81,6	79,6	81,6	82,3	82,8	81,8	80,8	80,9	82,2
Ensino Secundário	78,7	66,9	64,3	64,4	64,0	63,2	60,6	62,6	66,3	66,2

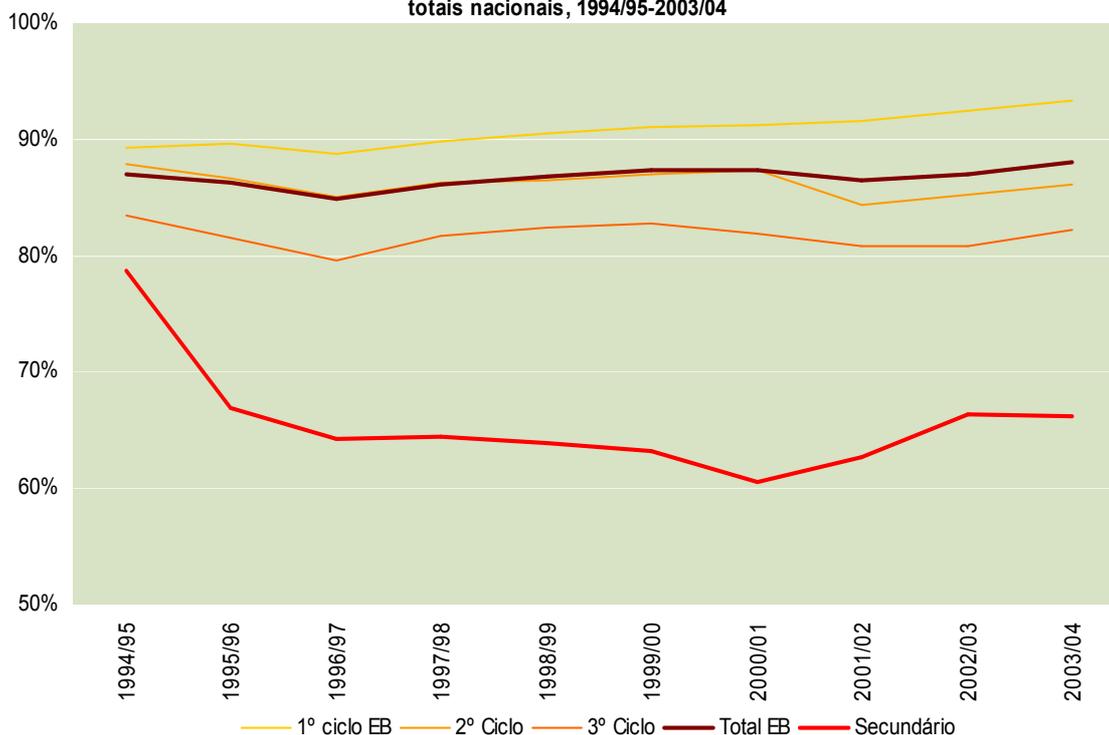
(a) Fonte: GIASE (2006b)

Entre 1994/95 e 2003/04, anos extremos do decénio para que existem dados disponíveis, a taxa de transição aumentou ligeiramente (cerca de 1 por cento) no conjunto do Ensino Básico, e regrediu muito significativamente (13 por cento) no Ensino Secundário. A desagregação da taxa de variação por ciclos no Ensino Básico mostra, entretanto, que a ligeira melhoria encontrada no neste nível de ensino se deve inteiramente a ganhos de transição nos anos de escolaridade correspondentes ao 1º ciclo (4 por cento), desperdiçados, em termos de aproveitamento geral do nível básico, pelas perdas de 2 e 1 por cento no 2º e no 3º ciclos, respectivamente (Gráfico 3.1), sugerindo que o acréscimo de aproveitamento ao nível do ciclo inicial foi obtido à custa da aquisição de conhecimentos e competências requeridos para a transição em anos de escolaridade ulteriores, sem uma adaptação correspondente dos objectivos ou das estratégias destes.



O 1º ciclo do Ensino Básico foi o único cuja taxa apresentou uma tendência praticamente constante durante todo o decénio, ressalvada uma ligeira inflexão em 1996/97. Tanto os outros dois ciclos do Ensino Básico como o Ensino Secundário conheceram quebras de aproveitamento entre 1994/95 e 1996/97, especialmente acentuada no nível secundário, cujo aproveitamento decaiu 14 por cento nesse curto período. Mas enquanto o 2º e o 3º ciclos encetaram recuperações até à viragem da década de 90 para a corrente, em que se avizinharam dos valores de partida, seguidas de flutuações de curto prazo, o aproveitamento dos alunos matriculados no nível secundário continuou a descer, moderada mas continuamente, até ao ano de 2000/01, quando apenas 61 por cento dos alunos concluíram com êxito o ano de escolaridade em que se encontravam matriculados. A recuperação encetada a partir desse ano estagnou nos últimos anos da série, ainda sem atingir os valores registados em 1995/96 (Gráfico 3.2). Adiante comentaremos esta tendência, a respeito do indicador *taxa de conclusão*.

Gráfico 3.2
Taxa de transição por nível e ciclo de escolaridade
totais nacionais, 1994/95-2003/04



Embora tenhamos optado por reservar a análise da taxa de transição por anos de escolaridade para os relatórios pormenorizados por ciclo e nível de ensino, servimo-nos agora delas para calcular um novo indicador: a **probabilidade de conclusão em tempo normal**, cuja unidade de observação não é o ano lectivo mas a trajetória da coorte presente num dado ano lectivo no ano de escolaridade inicial de um nível ou ciclo de ensino. Consiste na multiplicação dos rácios de transição⁸ dos sucessivos anos de escolaridade nos sucessivos anos lectivos, a começar no ano de escolaridade inicial do nível ou ciclo considerado e no ano lectivo inicial da coorte considerada. Este procedimento estima a probabilidade que um aluno, presente no ano de escolaridade inicial do nível ou ciclo de ensino considerado num dado ano lectivo, teve de chegar ao fim do nível ou ciclo ao cabo do tempo de duração normal deste. Os resultados deste cálculo não podem ser tomados em termos absolutos, pois na realidade não acompanha rigorosamente uma coorte ingressada pela primeira vez no primeiro ano do nível ou ciclo num dado ano lectivo. Com efeito, os números de alunos matriculados no ano escolar usados para determinar a taxa de transição incluem já os alunos repetentes do ano lectivo anterior, tal como em cada ano novo ano de escolaridade acrescem, nos anos lectivos subsequentes, os repetentes retidos no ano lectivo anterior. Assim, a população de referência dos rácios de transição não é sempre a mesma do princípio ao fim da trajetória, e a estimativa da

⁸ O rácio de transição é igual à taxa de transição dividida por 100.

probabilidade pode ser enviesada para baixo se admitirmos que há um risco de reincidência associado às repetências. Encarada como uma ordem de grandeza, contudo, esta estimativa dá uma imagem do efeito composto das taxas de transição inferiores à unidade ao longo dos percursos escolares sobre a eficiência global do sistema, em termos da probabilidade de a sua população concluir as sucessivas fases do percurso escolar sem atrasos de pelo menos um ano relativamente à durações normais (Tabela 3.2).

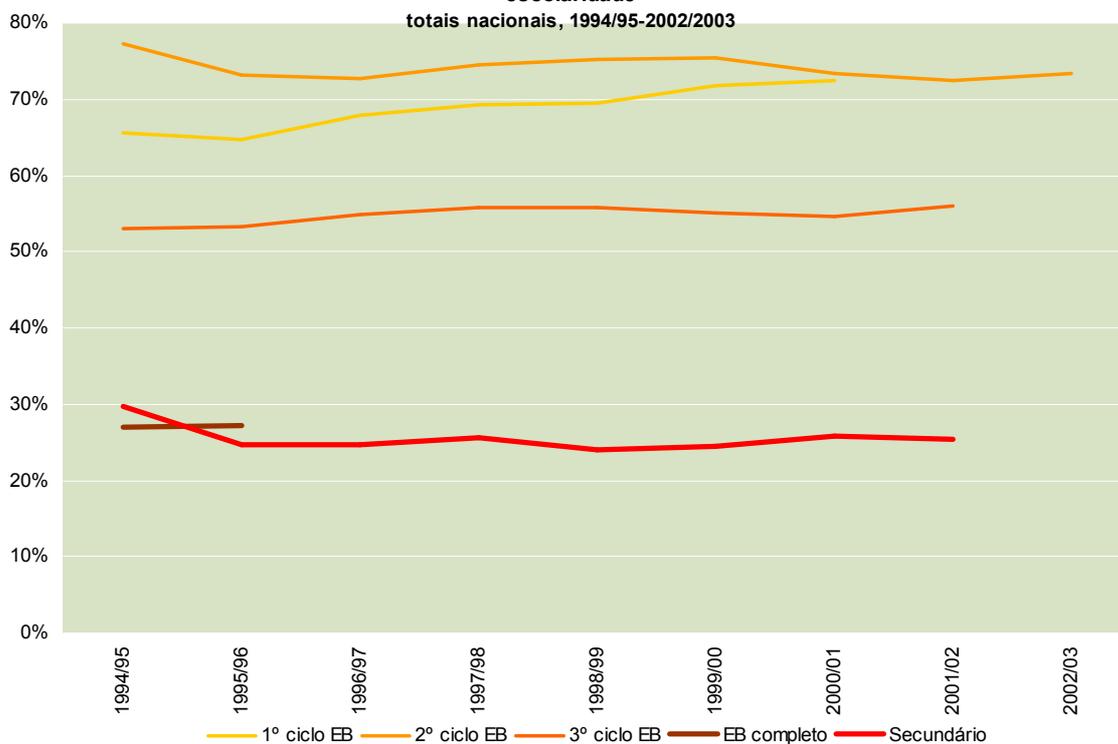
Tabela 3.II - PROBABILIDADE DE CONCLUSÃO EM TEMPO NORMAL, SEGUNDO O ANO LECTIVO DE INÍCIO, POR NÍVEL E CICLO DE ESCOLARIDADE (dados nacionais em percentagem)^(a)

Ano de início	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/2000	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Ciclo de escolaridade										
Ensino Básico (total)	27,0	27,3	x	X	x	x	x	x	x	x
1º ciclo	65,7	64,6	67,8	69,3	69,4	71,7	72,4	x	x	x
2º ciclo	77,3	73,2	72,8	74,6	75,3	75,3	73,3	72,5	73,3	x
3º ciclo	53,0	53,4	54,8	55,8	55,9	55,0	54,7	56,1	x	x
Ensino Secundário	29,8	24,7	24,6	25,7	24,0	24,4	25,9	25,4	x	x

(a) FONTE: cálculo nosso a partir de taxas de transição em GIASE (2006b)

x: valores indisponíveis

Gráfico 3.3
Probabilidade de conclusão em tempo normal por coorte de início, por nível e ciclo de escolaridade
totais nacionais, 1994/95-2002/2003



Dada a extensão de 9 anos do Ensino Básico, apenas dispomos de dados completos para os anos lectivos iniciais de 1994/95 e 1995/96, cujo tempo normal de conclusão deste nível de ensino terminou em 2002/03 e 2003/04, respectivamente. Relativamente a estes anos de

início, o indicador aponta para uma probabilidade muito baixa de conclusão em tempo normal (cerca de 27 por cento). Destaca-se que, pese embora as taxas de transição por ciclo do Ensino Básico serem sempre significativamente superiores à do Ensino Secundário, o seu efeito composto revela que não foi, durante este período, muito mais provável concluir o Ensino Básico sem pelo menos um ano de atraso do que fazê-lo no Ensino Secundário. Relativamente a este último, a probabilidade de tal acontecer degradou-se no início da série, permanecendo estagnada desde 1995/96 entre os 24 e os 25 por cento. Desagregando o nível básico por ciclos, constatamos que a probabilidade de conclusão em tempo normal só aumentou continuamente no 1º ciclo, onde era à partida 12 por cento mais baixa do que no 2º ciclo, do qual se aproximou continuamente. Nos outros dois ciclos, o seu comportamento foi flutuante, tendendo no conjunto do período para uma ligeira degradação no 2º ciclo e uma ligeira melhoria no 3º ciclo (Gráfico 3.3). A probabilidade de conclusão em tempo normal agrava-se muito substancialmente entre o 2º ciclo (em que varia entre 73 e 77 por cento) e o 3º ciclo (onde varia entre 53 e 56 por cento), que se revela como o obstáculo mais forte para a conclusão do Ensino Básico no número de anos normal.

Tabela 3.III – TAXA DE TRANSIÇÃO, SEGUNDO O ANO LECTIVO, POR NÍVEL E CICLO DE ENSINO E ANO DE ESCOLARIDADE (dados do Continente, em percentagem) ^(a)

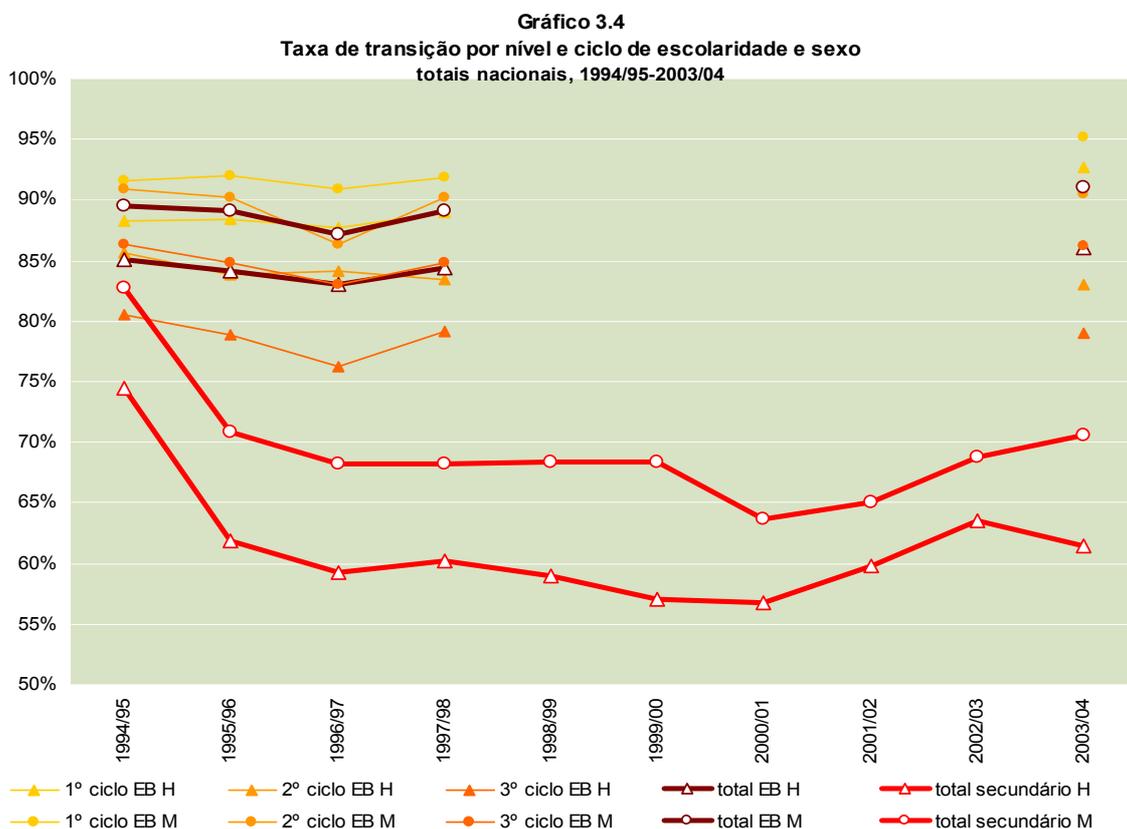
		1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/2001	2001/02	2002/03	2003/04
Homens	Básico	85,1	84,2	83,1	84,4	x	x	x	x	x	86,0
	1º ciclo	85,6	83,9	84,2	83,4	x	x	x	x	x	83,0
	2º ciclo	80,6	78,9	76,3	79,2	x	x	x	x	x	79,0
	3º ciclo	74,4	61,8	59,3	60,2	x	x	x	x	x	61,5
	Secundário	74,4	61,8	59,3	60,2	x	x	x	x	x	61,5
Mulheres	Básico	89,5	89,1	87,1	89,0	x	x	x	x	x	91,1
	1º ciclo	90,8	90,2	86,4	90,2	x	x	x	x	x	90,5
	2º ciclo	86,3	84,9	83,0	84,8	x	x	x	x	x	86,2
	3º ciclo	82,7	70,8	68,2	68,2	x	x	x	x	x	70,5
	Secundário	82,7	70,8	68,2	68,2	x	x	x	x	x	70,5
Diferença M-H	Básico	4,5	4,9	4,0	4,7	x	x	x	x	x	5,0
	1º ciclo EB	5,3	6,3	2,2	6,8	x	x	x	x	x	7,4
	2º ciclo	5,8	6,0	6,8	5,6	x	x	x	x	x	7,1
	3º ciclo	8,3	9,0	8,9	8,0	x	x	x	x	x	9,1
	Secundário	8,3	9,0	8,9	8,0	9,4	11,3	6,8	5,2	5,2	9,1

(a) Fonte: GIASE (2006b).

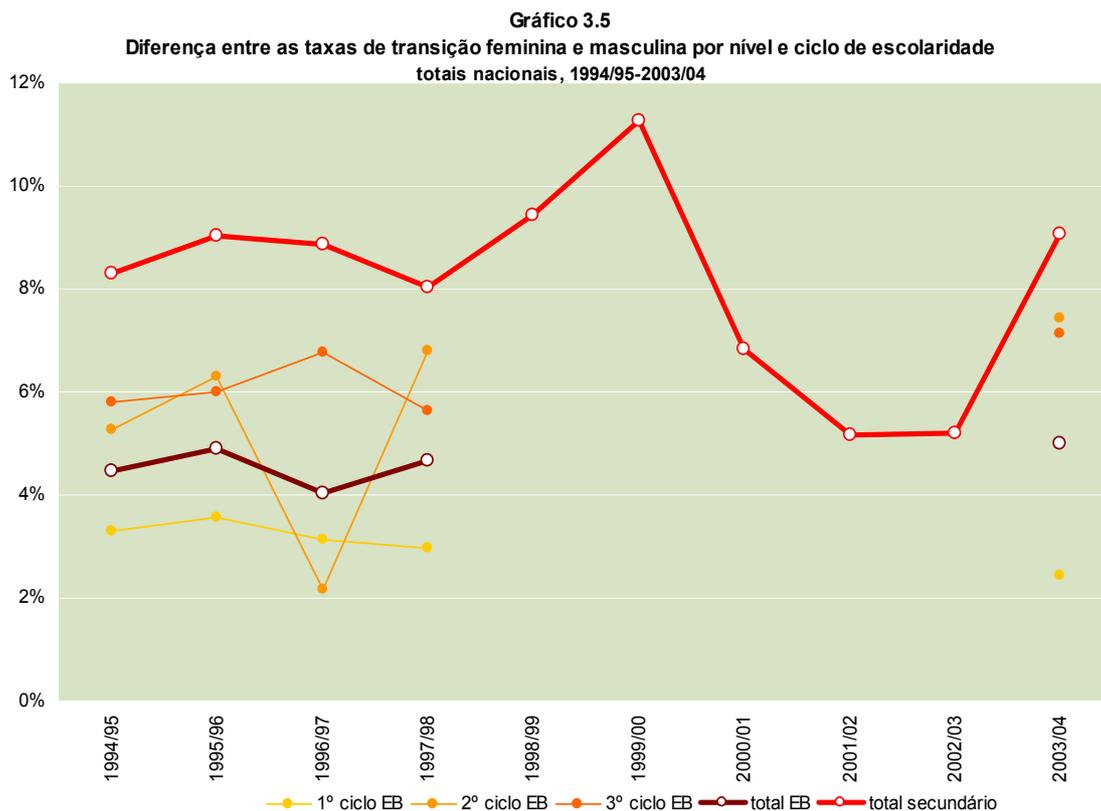
x - Valor não disponível

Os valores da **taxa de transição por sexo** revelam uma consistente tendência para um melhor aproveitamento da população escolar feminina, através dos dois níveis de ensino e também em todos os ciclos do Ensino Básico (Tabela 3.III). O facto de estas séries estarem disponíveis apenas para o território do Continente não impede a sua consideração a par dos totais anteriores, visto os valores do Continente terem um peso nos nacionais que os torna

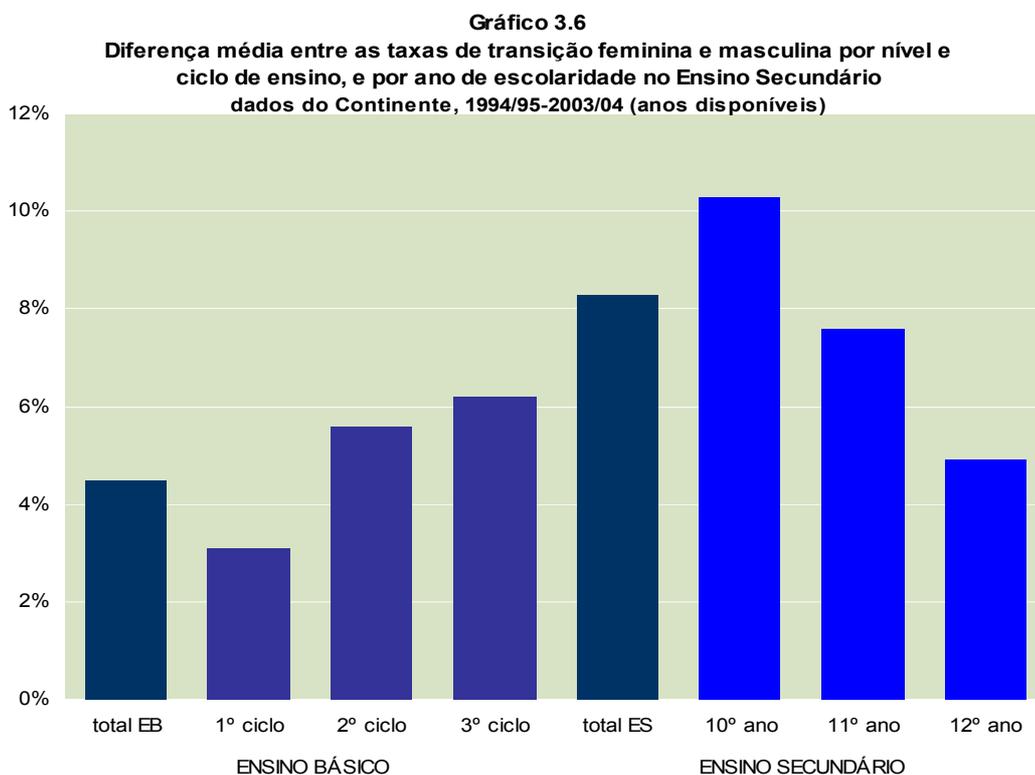
perfeitamente expressivos das distribuições e tendências destes. Já a ruptura de disponibilidade temporal prejudica a leitura da tendência evolutiva das séries, mas os dados disponíveis sugerem que as diferenças encontradas nos anos lectivos disponíveis poderão ser generalizadas aos omissos.



Como é patente nos gráficos 3.4 e 3.5, qualquer que seja o nível ou ciclo observado, ambos os sexos apresentam trajectórias *grossa modo* paralelas entre si e, evidentemente, com a taxa de transição total, existindo, sem excepção, uma diferença favorável às alunas, embora com acentuadas variações inter-anuais. No Ensino Secundário, para o qual dispomos de séries completas, detecta-se uma notória subida da vantagem relativa das mulheres entre 1997/98 e 1999/2000, quando a diferença de aproveitamento foi de 11 por cento a seu favor; a atenuação dessa diferença nos dois anos seguintes reduziu-a a menos de metade, perto dos 5 por cento, recrudescendo no último ano observado para perto de 9 por cento.



Para uma comparação de conjunto, o gráfico 3.6 apresenta as diferenças médias das taxas de transição feminina e masculina, para os dois níveis de ensino, desagregadas por ciclos de estudos no Ensino Básico e por anos de escolaridade no Ensino Secundário.



A vantagem comparativa das alunas face aos seus colegas foi superior no Ensino Secundário face ao Ensino Básico, aumentando com a progressão dos ciclos do nível básico. No Ensino Secundário, embora a vantagem feminina permaneça, diminui, pelo contrário, com a progressão dos anos de escolaridade, efeito talvez da forte selecção diferencial operada no 3º ciclo do Ensino Básico e no 10º ano.

Devido às lacunas temporais nas séries do Ensino Básico, só nos é possível calcular a **probabilidade de conclusão em tempo normal por sexo** para o Ensino Secundário (Tabela 3.IV).

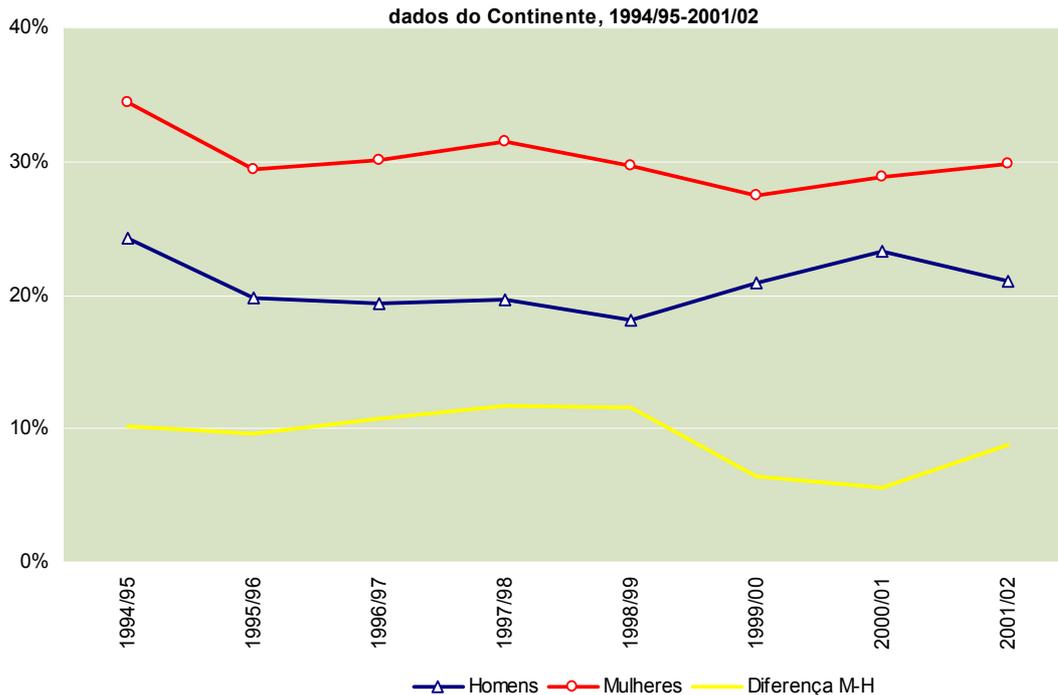
Tabela 3.IV - Probabilidade de conclusão em tempo normal, por sexo e coorte de início, no Ensino Secundário (dados do Continente, em percentagem)

	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02
Homens	0,24	0,20	0,19	0,20	0,18	0,21	0,23	0,21
Mulheres	0,34	0,29	0,30	0,31	0,30	0,27	0,29	0,30
Diferença M-H	0,10	0,10	0,11	0,12	0,12	0,06	0,06	0,09

(a) FONTE: cálculo nosso a partir de taxas de transição em GIASE (2006b)

Dado o que já foi descrito sobre a diferenças da taxa de transição por género, não é surpreendente que as mulheres apresentem uma probabilidade de conclusão do Ensino Secundário em tempo normal significativamente maior do que os homens. A diferença situa-se na ordem dos 10 por cento, tendo-se agravado nos últimos anos da década de 90 e reduzido nos primeiros da década seguinte. O tempo é ainda curto para averiguar se essa tendência para a diminuição da diferença entre os sexos estabilizou ou se se trata de uma flutuação aleatória, tanto mais que o último ano da série (2001/02) evidencia um recrudescimento (Gráfico 3.6).

Gráfico 3.7
Probabilidade de conclusão em tempo normal no Ensino Secundário, por sexo e coorte de início
 dados do Continente, 1994/95-2001/02



A **taxa de retenção e desistência** é a relação percentual entre o número de alunos que não obtiveram aproveitamento num dado ano de escolaridade, não podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte ou concluir o nível de ensino, e o número de alunos matriculados nesse ano de escolaridade, no mesmo ano lectivo. Como tal, é uma percentagem algebricamente complementar à da taxa de transição, com um comportamento necessariamente simétrico, pelo que não se justifica tecer comentários ulteriores a seu respeito. A Tabela 3.V apresenta os seus valores, para referência.

Tabela 3.V - TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA, SEGUNDO O ANO LECTIVO, POR NÍVEL DE ENSINO, CICLO DO ENSINO BÁSICO E ANO DE ESCOLARIDADE NO ENSINO SECUNDÁRIO (dados nacionais em percentagem)(a)

Ano lectivo	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/2000	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Ensino Básico	13,1	13,8	15,2	13,8	13,2	12,6	12,7	13,6	13,0	12,0
1º Ciclo	10,8	10,4	11,3	10,2	9,5	8,9	8,8	8,5	7,6	6,7
2º Ciclo	12,1	13,3	15,0	13,8	13,5	13,1	12,7	15,6	14,8	13,9
3º Ciclo	16,6	18,4	20,4	18,4	17,7	17,2	18,2	19,2	19,1	17,8
Ensino Secundário	21,3	33,1	35,7	35,6	36,0	36,8	39,4	37,4	33,7	33,8
10º ano	27,9	39,7	38,5	35,8	36,2	36,9	39,4	38,9	34,8	33,4
11º ano	9,9	19,2	19,5	20,4	20,3	20,8	24,4	21,9	19,2	17,8
12º ano	29,6	37,5	48,9	49,2	49,7	49,8	52,5	48,8	45,3	48,7

(a) Fonte: GIASE (2006b).

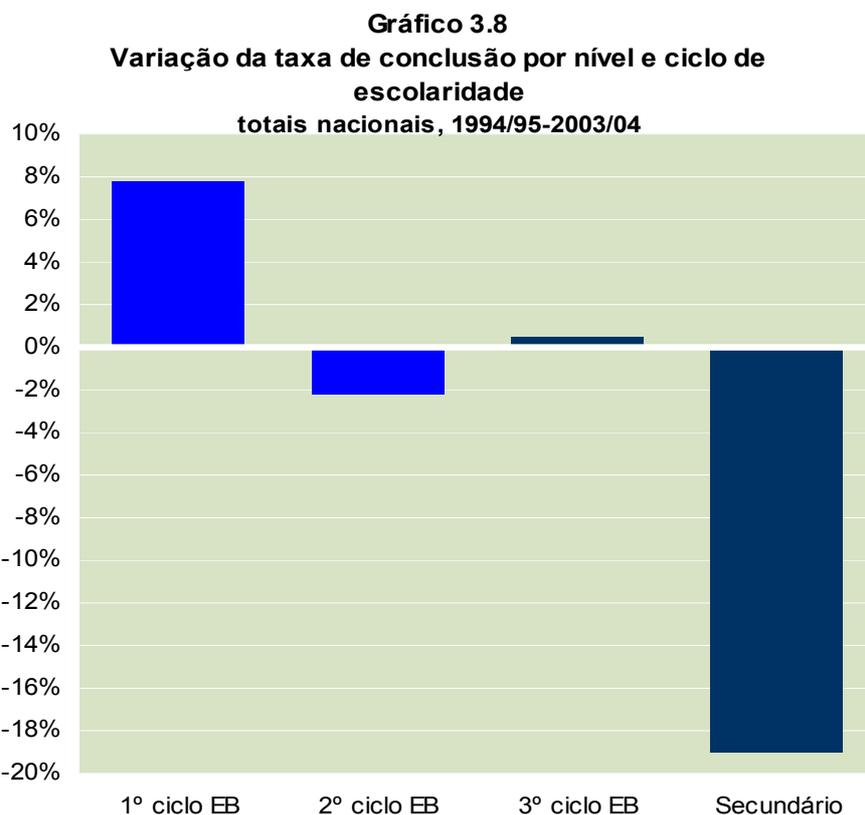
A **taxa de conclusão** é calculada de modo idêntico à taxa de transição, tomando por referência apenas os anos de escolaridade cuja completação constitui a conclusão do nível de ensino, ou seja, o 9º e o 12º anos. Consiste, assim, na percentagem dos alunos que tiveram aproveitamento no ano escolar terminal do nível de ensino num dado ano lectivo, relativamente ao número total de alunos matriculados nesse ano escolar no mesmo ano lectivo. Para efeito de tratamento e apresentação dos dados, optámos por estender a aplicação deste indicador aos anos escolares terminais dos dois ciclos primeiros ciclos do Ensino Básico (4º e 9º anos de escolaridade (Tabela 3.VI).

Tabela 3.VI - TAXA DE CONCLUSÃO, SEGUNDO O ANO LECTIVO, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE E CICLO DO ENSINO BÁSICO^(a) (dados nacionais em percentagem)

Ano lectivo	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/2000	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Ensino Básico										
1º Ciclo (4º ano)	84,2	85,4	85,4	86,9	88,2	89,3	89,8	90,2	91,6	92,0
2º Ciclo (6º ano)	88,3	88,3	86,1	86,6	87,0	87,5	87,2	83,9	85,4	86,1
3º Ciclo (9º ano)	86,4	84,7	80,4	83,8	84,6	85,2	84,2	83,3	84,7	86,9
Ensino Secundário (12º ano)	70,4	62,5	51,1	50,8	50,3	50,2	47,5	51,2	54,7	51,3

(a) Fonte: GIASE (2006b)

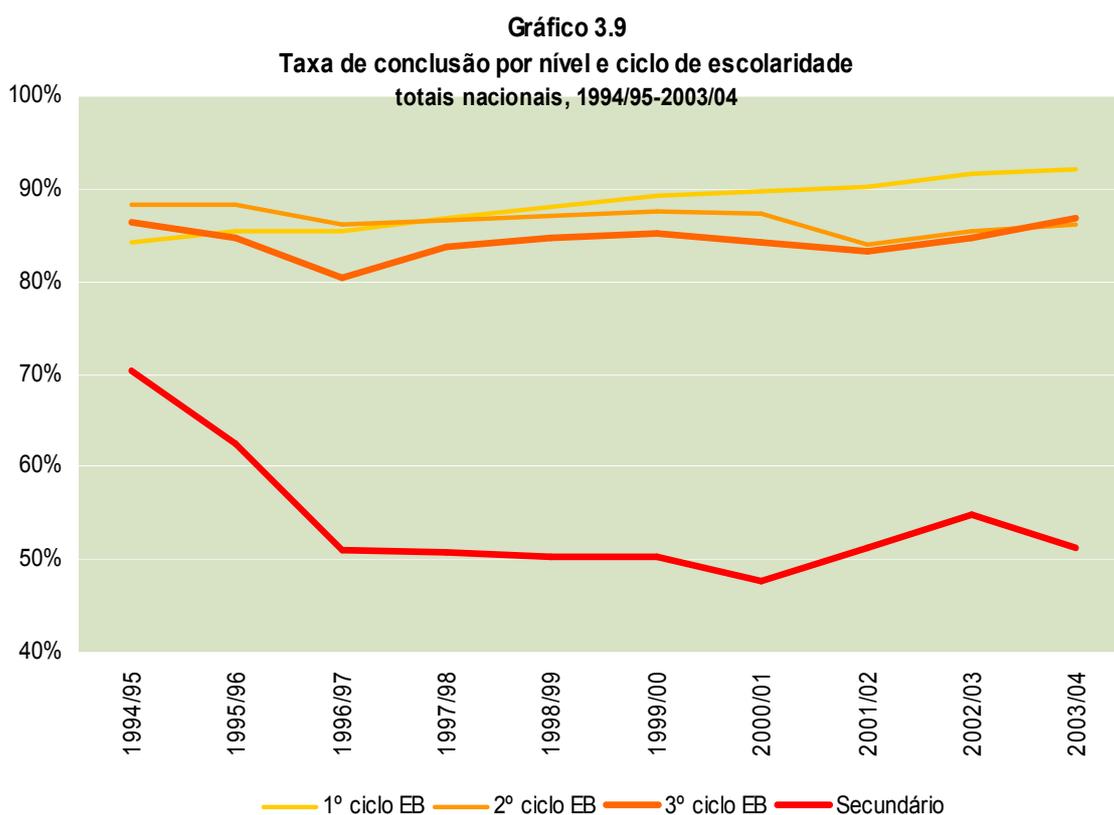
Comparando os anos extremos da série, a taxa de conclusão variou de modo escassamente positivo no Ensino Básico (1 por cento no 9º ano). No seu interior, registou-se uma subida de 8 por cento nas conclusões do 1º ciclo (4º ano) e uma descida de 2 por cento nas do 2º ciclo (6º ano). No Ensino Secundário, a taxa de conclusão caiu acentuadamente, numa redução de 19 por cento (Gráfico 3.8).



Assim, tanto na comparação entre os níveis básico e secundário, como dentro do Ensino Básico, os ganhos das taxas de conclusão em patamares mais baixos repercutiram-se em perdas nos mais elevados, e reciprocamente, levando a problematizar a adequação das aprendizagens, das definições dos objectivos mínimos e das estratégias de ensino-aprendizagem e de avaliação entre ciclos e níveis do sistema. A situação mais preocupante é evidentemente a da perda de capacidade de conclusão dos alunos do Ensino Secundário. O gráfico 3.9 mostra a variação da taxa por nível e ciclo de escolaridade ao longo dos anos, permitindo uma leitura cronológica mais fina.

Podemos ver que os 3 anos lectivos de 1994/95 a 1996/97 foram, com excepção do 1º ciclo do Ensino Básico, anos de quebra da taxa de conclusão. No 2º ciclo, embora pouco acentuada, não chegaria a ser recuperada nos anos seguintes, ao contrário da do 3º ciclo (que, recordemos, é também a do Ensino Básico), um pouco mais cavada na primeira descida mas recuperando com vantagem os últimos anos da série. A taxa de conclusão do Ensino

Secundário, por seu turno, desceu abruptamente 19 por cento nos 3 anos iniciais, nunca tendo chegado a recuperar. Se a suave tendência descendente da taxa do 2º ciclo parece ser inversamente correlativa da subida gradual da do 1º ciclo, de declive um pouco mais acentuado, e directamente da do 3º ciclo, o comportamento da taxa de conclusão do Ensino Secundário evidencia a introdução de mudanças estruturais específicas e, no âmbito temporal da série, irreversíveis. Sem prejuízo de possíveis factores complementares, esta mudança certamente terá a ver com a introdução dos exames nacionais como componente da avaliação final dos alunos no Ensino Secundário (ao invés da anterior situação de um menor número de exames, e apenas para fins de ingresso no Ensino Superior). O Ensino Secundário evidencia, assim, nunca ter conseguido, nos anos subsequentes, ajustar as suas componentes (programas e orientações programáticas, definição de objectivos mínimos, estratégias de ensino-aprendizagem, instrumentos de avaliação) aos novos requisitos de conclusão introduzidos pela mudança do regime de conclusão.



Associada às taxas de retenção e desistência, enquanto seu resultado, logo, como efeito inverso das taxas de transição e de conclusão, a **percentagem de repetentes** é a relação entre o número de alunos matriculados pela segunda ou mais vezes num ano de escolaridade, ciclo ou

nível de ensino, num dado ano lectivo, e o número total de alunos matriculados nesse ano de escolaridade, ciclo ou nível de ensino, no mesmo ano lectivo. Embora, em rigor, devesse ser considerado um indicador de morfologia,⁹ optámos por introduzi-lo neste capítulo, dada a relação com os indicadores de *output* já referida. Apenas dispomos deste indicador para o quinquénio 1994/95 a 1999/2000. Pese embora a sua aparente redundância com a informação de outros indicadores, o facto de, ao contrário da taxa de retenção e desistência, registar situações cumulativas, e de mostrar mais expressivamente o desafio apresentado às escolas e aos docentes pela dimensão dos alunos em recuperação de situações de insucesso, apresentamos os dados respectivos, com a consideração de que seria de todo o interesse actualizá-los, e, sobretudo, segmentar a sua composição segundo se trate de primeiras repetências ou situações de insucesso mais prolongadas (Tabela 3.VII).

Tabela 3.VII - PERCENTAGEM DE REPETENTES POR NÍVEL DE ENSINO E CICLO DO ENSINO BÁSICO(a) (dados nacionais)

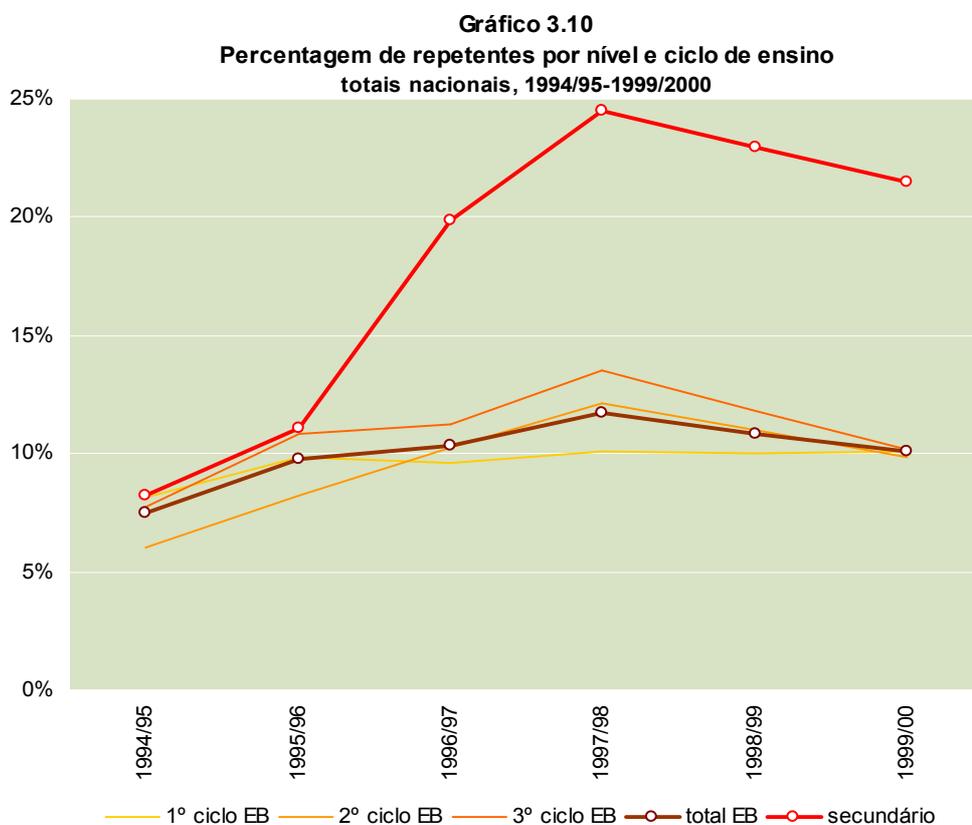
Ano lectivo	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00
Nível de ensino						
Ensino Básico	7,50	9,80	10,33	11,72	10,86	10,07
1º Ciclo	8,13	9,87	9,62	10,10	10,05	10,07
2º Ciclo	6,02	8,22	10,27	12,14	11,01	9,89
3º Ciclo	7,71	10,84	11,26	13,48	11,81	10,18
Ensino Secundário	8,26	11,07	19,90	24,52	22,96	21,52

(a) Fonte: GIASE (2006b).

Os dados disponíveis mostram a subida da percentagem de repetentes em todos os ciclos do Ensino Básico. No 1º ciclo, num período em que a universalização da sua frequência estava já consolidada há anos, regista-se ainda assim uma subida desde 8 por cento de repetentes em 1994/95 até 10 por cento no ano seguinte, patamar de que nunca chegou a descer até à viragem do século. Os 2º e 3º ciclos desenham curvas mais acentuadas, partindo de percentagens de repetentes inferiores às do 1º ciclo em 1994/95 e atingindo, respectivamente, 12 e 13 por cento de repetentes em 1997/98, recuperando depois até cerca de 10 por cento, tendência que acaba por marcar a trajectória do indicador para o conjunto do Ensino Básico. Particularmente notável, em consequência da, acima referida, regressão da taxa de transição nos anos escolares que o compõem e da taxa de conclusão no ano final a partir de 1995/96, é a acumulação de repetentes no nível secundário. Embora a sua cronologia seja idêntica à dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico – deixando supor que algo de estrutural e comum ao conjunto do sistema influenciou estas trajectórias, para lá das mudanças do regime de conclusão do Ensino Secundário –, a sua amplitude é muito mais acentuada: a percentagem de

⁹ Cf., nomeadamente, o *índice de prolongamento* de frequência, tratado no capítulo 2.

repetentes triplicou entre 1994/95 e 1997/98, de 8 para 25 por cento, e alguma recuperação a partir daí deixou-a ainda a rondar os 22 por cento em 1999/2000 (Gráfico 3.10).



Não possuindo os valores das taxas de transição e de conclusão para o Ensino Superior, construímos, a partir dos dados disponíveis, os indicadores **taxa de diplomação superior**, que é a percentagem do número de alunos que concluíram cursos do Ensino Superior, conferentes ou não de grau num dado ano, relativamente ao total de alunos matriculados nesses cursos nesse mesmo ano; e **taxa de graduação superior**, que é a percentagem idêntica referida aos cursos do Ensino Superior conferentes de grau. Para o cálculo desta última taxa, considerámos os cursos conferentes dos graus de bacharel, licenciado (incluindo os cursos de licenciatura propriamente ditos e os diversos cursos de formação complementar conduzindo a diplomas equivalentes ao grau de licenciatura) e mestre. Não considerámos para este efeito o grau de doutor, por não haver séries cronológicas dos números de alunos inscritos para cursos de doutoramento;¹⁰ adiante apresentaremos os números absolutos de diplomas de doutor

¹⁰ Existe uma base de dados de registo nacional de doutoramentos em curso, mantida pelo Observatório da Ciência e do Ensino Superior (http://www.oces.mctes.pt/?id_categoria=29&id_item=161854, acedida em Janeiro de 2007); mas a tardia e ainda incompleta institucionalização da figura de curso de doutoramento, com inscrições anuais, levaria à necessidade de quantificar o número de registos em curso ao longo do seu período de vigência legal, para obter uma taxa de graduação aproximada

emitidos pelas universidades portuguesas. As fontes utilizadas para o apuramento dos números de alunos matriculados e de alunos que concluíram os graus por ano lectivo foram as séries publicadas pelo Observatório da Ciência e do Ensino Superior no seu *website* (Tabelas 3.VIII e 3.IX).¹¹

Tabela 3.VIII - TAXA DE DIPLOMAÇÃO SUPERIOR (dados nacionais) ^{(a) (b)}

Ano lectivo	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/2000	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Matriculados	269 989	290 348	313 435	334 125	344 868	354 350	370 790	384 322	392 291	395 478	388 724	373 891
Diplomados	32 598	35 927	39 211	42 564	46 103	50 957	53 704	60 555	63 433	67 673	67 773	69 025
Taxa (%)	12,1	12,4	12,5	12,7	13,4	14,4	14,5	15,8	16,2	17,1	17,4	18,5

(a) Fonte: OCES COMPLETAR

(b) Inclui todos os cursos conferentes de diploma, independentemente de conferirem grau (excluindo doutoramento)

Tabela 3.IX - TAXA DE GRADUAÇÃO SUPERIOR (dados nacionais) ^{(a) (b)}

Ano lectivo	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/2000	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Matriculados	268 777	288 896	311 796	332 647	343 295	352 696	368 988	382 149	389 450	392 359	384 966	372 368
Graduados	32 136	35 591	38 604	41 951	45 482	50 422	53 082	59 506	62 232	66 378	64 763	65 959
Taxa (%)	12,0	12,3	12,4	12,6	13,2	14,3	14,4	15,6	16,0	16,9	16,8	17,7

(a) Fonte: OCES (www.oces.mctes.pt)

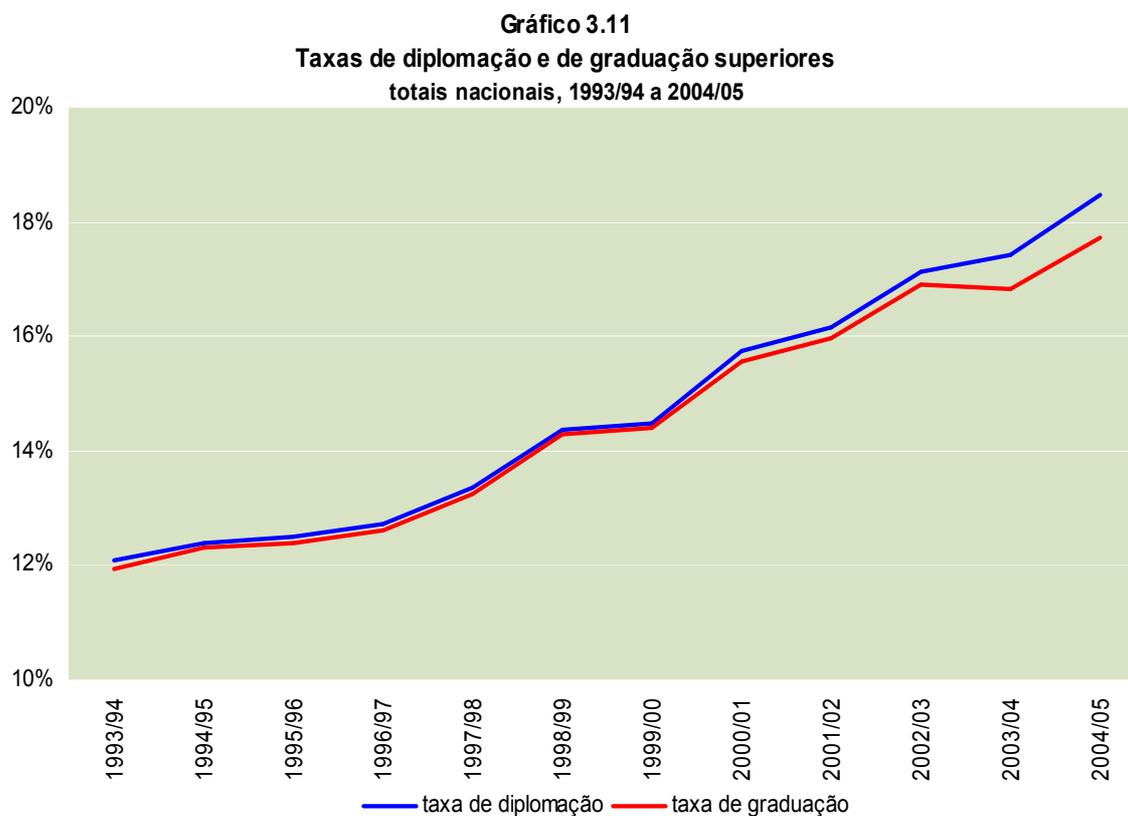
(b) Inclui todos os cursos conferentes de grau (excluindo doutoramento)

A tendência das taxas é acentuadamente ascendente, tendo ambas crescido cerca de 6 por cento ao longo do período. Uma vez que os valores de base da taxa de graduação constituem a parcela esmagadoramente maioritária dos da taxa de diplomação, ambas as trajetórias estão fortemente correlacionadas. Desde 1999/2000, a taxa de diplomação tem vindo a distanciar-se gradualmente da taxa de graduação, evidenciando o aumento do peso relativo dos diplomas não conferentes de grau na composição dos diplomados do Ensino Superior (de cerca de 0,2 por cento do total durante a década de 90, ascenderam a 0,8 por cento nos dois anos finais da série). Note-se que o número de diplomas não conferentes de grau obtidos num ano pode ser superior ao número de alunos inscritos em cursos não conferentes de grau, dada a

da definida para os outros graus. Assim, o apuramento estatístico dos registos de doutoramento em vigor de um dado ano lectivo implicaria um moroso estudo prévio, que não está nas possibilidades deste projecto.

¹¹ <http://www.oces.mctes.pt/?opcao=5&tema=58> (acedido em Dezembro de 2006). Os números de diplomados são apurados por ano civil, e referenciados ao ano lectivo concluído nesse ano. Embora existam estatísticas de diplomados do Ensino Superior publicadas pelo GIASE, na recolha de séries cronológicas que temos vindo a utilizar, os valores publicados não começam em 1989/90 mas não ultrapassam o ano lectivo de 1999/2000 (GIASE 2006c), ao passo que as do OCES começam em 1993/94 e estendem-se até 2004/05. Infelizmente, os números dos dois conjuntos de séries não coincidem nos anos em comum, o que impede a sua junção para numa única série mais longa. Entre as duas alternativas, escolhemos a que providencia dados mais actuais, a do OCES, que é também actualmente a instituição responsável pela produção e publicação destes dados estatísticos.

generalização da atribuição de diplomas de pós-graduação à conclusão da componente escolar dos cursos de mestrado (Gráfico 3.XI).



O crescimento destas taxas pode ser interpretado como um indício de aumento de produtividade do Ensino Superior, entendida a sua produção como a de cidadãos com formação superior credenciada. Trata-se, contudo, de um indicador grosseiro, visto que mistura cursos e ciclos de estudos de durações diferentes, e alunos matriculados em diferentes anos curriculares em cada curso, cujos pesos relativos no total não são constantes. Parte do aumento das taxas é certamente explicável pela mudança da composição morfológica do Ensino Superior. A diminuição do número de alunos matriculados no primeiro ano e pela primeira vez em cursos de bacharelato ou licenciatura veio, ao longo dos últimos anos, a aumentar a percentagem dos alunos de licenciatura a frequentar anos terminais dos cursos, e portanto a probabilidade de graduação, quando considerada a população total. Para o mesmo efeito terá contribuído o aumento relativo do número de alunos matriculados em cursos de duração mais curta, nomeadamente de pós-graduação e de mestrado, em consequência, seja do seu aumento absoluto, seja da redução dos números de alunos matriculados em bacharelatos e licenciaturas.

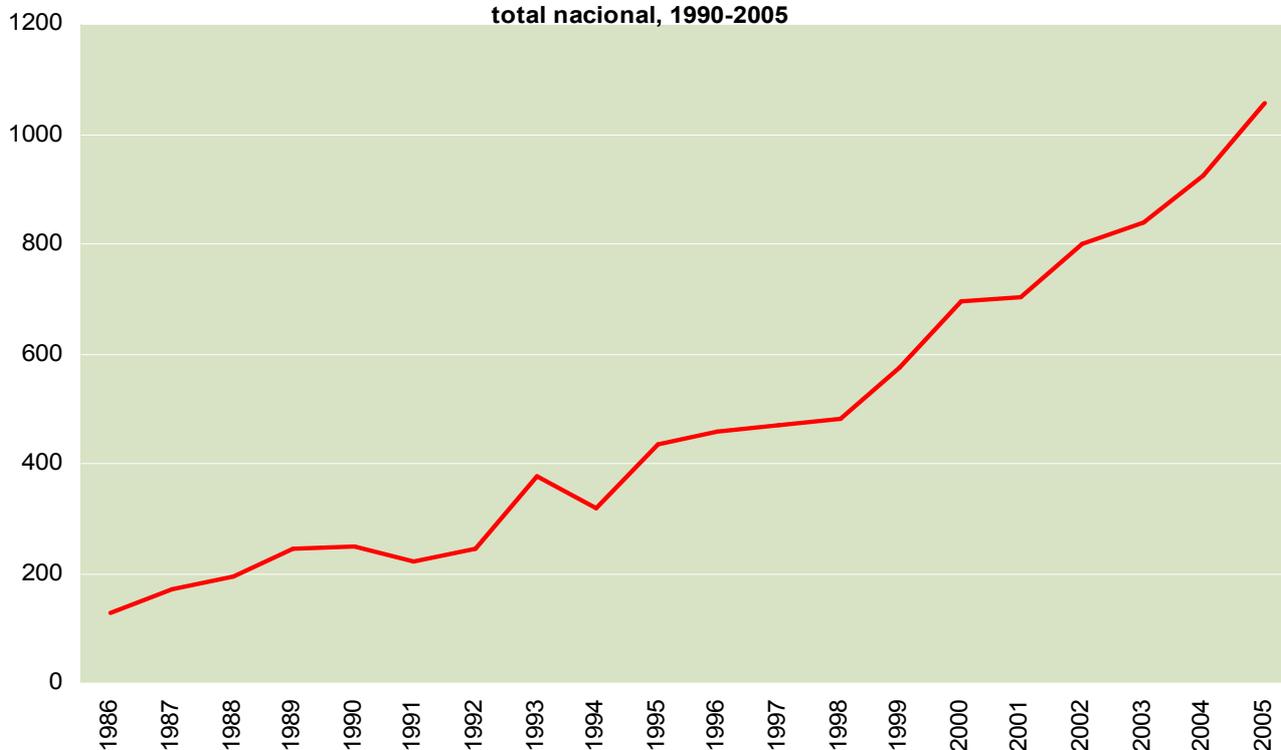
Resta abordar brevemente a evolução da saída mais qualificada do Ensino Superior, o grau de doutor. Pela razão acima exposta, não nos é possível neste caso calcular uma taxa de graduação.¹² Assim, apresentamos o **número de doutoramentos concluídos em universidades portuguesas**, por ano (Tabela 3.X e Gráfico 3.12)

Tabela 3.X - Número de doutoramentos concluídos em universidades portuguesas, 1990-2005^(a)

Ano	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nº	130	170	195	244	250	223	245	378	320	434	459	470	482	576	694	703	801	837	926	1058

(a) Fonte: OCES (www.oces.mctes.pt)

Gráfico 3.12
Número de doutoramentos concluídos em universidades portuguesas
total nacional, 1990-2005



O número de novos doutores produzidos pelas universidades portuguesas cresceu, literalmente, de modo exponencial, duplicando o volume inicial de conclusões do grau em 1993,

¹² A fonte principal utilizada foi a estatística de doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1970 e 2005, disponibilizada pelo OCES:

(http://www.oces.mctes.pt/?id_categoria=21&id_item=114631&pasta=45, acessado em Dezembro de 2006). Dado que esta fonte apresenta os valores anteriores a 1990 agrupados em intervalos de anos, os valores anuais de 1986 a 1989 resultam de apuramento nosso sobre a base de dados de doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas, igualmente disponibilizada pelo OCES:

(<http://www.oces.mctes.pt/index.php?opcao=4&tema=95>, acessado em Dezembro de 2006).

Em ambos os casos, foram retidos apenas os números respeitantes apenas a doutoramentos realizados em Portugal.

quadruplicando-o em 1999 e octuplicando-o em 2005. A esta tendência de crescimento, a maior das registadas entre todas as saídas do Ensino Superior, não é evidentemente alheio o muito baixo nível de partida, mas é notória a sustentação da trajectória ascendente e da sua aceleração até ao último ano da série. Dois factores estarão decerto associados a este crescimento: o amadurecimento académico dos contingentes de docentes ingressados na carreira universitária na década anterior, e o programa de bolsas de formação avançada lançado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia na segunda metade dos anos 90.